



IMAGENS DO PASSADO

A instituição do patrimônio em São Paulo 1969 – 1987

Marly Rodrigues

MEM
MEMÓRIAS
MEMOR

IMAGENS DO PASSADO

**A instituição do patrimônio em São Paulo
1969 – 1987**

Marly Rodrigues

MARLY RODRIGUES

IMAGENS DO PASSADO

**A instituição do patrimônio em São Paulo
1969 - 1987**

Este trabalho foi originalmente apresentado como tese de doutorado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, em maio de 1994. Nessa fase, contei com o apoio do CNPq, de meu orientador Prof. Dr. Edgar Salvadori de Decca e de inúmeros amigos, muitos deles irmãos de barca na difícil tarefa de preservação do patrimônio. Para a publicação foram inestimáveis o apoio da Fapesp e as sugestões dos membros da banca examinadora, Professores Doutores Antonio Augusto Arantes, Jorge Sidney Coli Junior, Leila Mezan Algranti e Ulpiano Bezerra de Menezes. A todos registro meu agradecimento.

SUMÁRIO

Apresentação	6
Passado, reflexo do presente	7
Materializar a história	7
De São Paulo para o Brasil	18
Outras tentativas.....	23
Um serviço de patrimônio de São Paulo	27
O Condephaat - As práticas definem a política	39
Com os olhos na tradição, de 1969 a 1975	41
Considerando o presente, de 1975 a 1982	57
Tempos de abertura, de 1982 a 1987	87
O patrimônio de São Paulo: memória e história	105
Bibliografia	112
Anexos	
Bens tombados e pedidos de estudo de tombamento arquivado 1969-1987.....	123
Composição do Conselho 1969-1987.....	135

Apresentação

Considerado pelos antigos romanos como parte da esfera privada do direito de herança, o patrimônio começa a ser entendido como herança de todos, herança pública, a partir do Renascimento, quando, juntamente com a valorização da cultura material da Antiguidade, começava a ser construída a civilização da imagem da qual somos continuadores. Hoje, a noção de patrimônio abarca um amplo universo de bens por meio dos quais a sociedade materializa o passado.

Durante a Revolução Francesa, inaugurou-se a forma moderna de o poder público tratar os bens culturais considerados representativos do passado de todos. A partir de então, e sobretudo no século XIX, caberia aos Estado identificar, reconhecer e proteger os objetos que comporiam o universo do patrimônio. Arquivos, museus e outras instituições dedicaram-se a construir memórias nacionais referenciadoras de identidades unívocas, o que tornaria possível sustentar a construção dos Estados-nação.

Segundo Chastel,¹ o cuidado do poder público com a memória não definia apenas uma área de atuação, mas o próprio poder da cultura, além de incluir cuidados morais e pedagógicos. Instituir os documentos do passado era recriar o passado determinando quem o havia construído; era criar a identidade nacional como espelho da identidade da classe dominante. Era, portanto, criar mais uma instância de exercício do poder.

O presente trabalho estuda uma das áreas de instituição de memória da sociedade pelo poder público em São Paulo, a do patrimônio, a partir da criação do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat), em 1968.

Naquele momento, o patrimônio já não era apenas entendido como conjunto material representativo da memória e da identidade nacionais, mas assumira outro sentido,

¹ Chastel, 1986, p.412.

Imagens do passado

próprio da sociedade contemporânea, o de elemento componente da indústria cultural, portador de grande potencial de incentivo ao lazer e ao turismo. A pesquisa sobre a atuação do Condephaat prolonga-se até 1987, quando o órgão define um perfil de atuação que permanece até o presente momento.

Passado, reflexo do presente

Materializar a história

As primeiras ideias de proteção ao patrimônio histórico-arquitetônico surgiram no Brasil na década de 1910. A política dos governadores iniciada em 1904 possibilitou uma estabilização relativa do regime republicano e, a partir de então, observa Sevcenko,¹ os esforços da elite política estiveram voltados para forjar um Estado-nação capaz de sintonizar o país com as exigências da expansão internacional do capitalismo. Tratava-se de ampliar a ação do Estado sobre a economia e a sociedade, articular as forças sociais à gestão pública e harmonizar as peculiaridades locais aos padrões ditados pelos modelos vigentes nos grandes centros europeus. Tal postura incluía prestigiar as instituições liberais, a ciência e o progresso material.

Pretendia-se moldar um povo para uma modernidade que fazia parte apenas do horizonte das elites políticas e intelectuais. A febre de cosmopolitismo que se instalou nas grandes cidades do país implicou a interferência no construir-se das identidades locais – especialmente as das camadas populares urbanas –, a negação dos hábitos tradicionais da sociedade brasileira, forjados em séculos de vivências do mundo rural e na transformação radical dos espaços urbanos. Nesses, a ampla adoção do eclético correspondeu ao gosto das elites dirigentes e evidenciou sua intenção de rompimento com o passado.

Segundo Fabris,² a afirmação do ecletismo no Brasil não implicou reconhecimento da tradição anterior, mas foi um repúdio aos vestígios coloniais que persistiam entre nós. A utilização de formas espetaculares nas fachadas de edifícios e em áreas públicas apontava as múltiplas possibilidades da moderna sociedade urbana e, com isso, criou a imagem que o Brasil procurava apresentar ao mundo; eram tapumes atrás dos quais se pretendia esconder

¹ Sevcenko, 1983, p.47.

² Fabris, 1993, p.135.

processos culturais definidores de uma identidade real, embora ainda não moderna e adequada à nação pretendida pelas elites.

O distanciamento entre as elites políticas e intelectuais e a sociedade, no que diz respeito à construção da nacionalidade, foi objeto de um livro de Alberto Torres, publicado em 1914, *O problema nacional brasileiro*, no qual o autor conclamava os intelectuais brasileiros a se tornarem “força social” atuante nas tarefas prioritárias do momento: forjar a “consciência nacional” e promover a “organização nacional”. Com isso, admitia-se a incompetência de os governos republicanos forjarem a nação, competindo aos intelectuais parte dessa responsabilidade.

Pécaut³ observa que, a partir de 1915, o nacionalismo invadiu a cultura brasileira assumindo formas diversas e dando origem a publicações, como a *Revista do Brasil*, e a associações entre as quais a Liga de Defesa Nacional, criada em 1916, no Rio de Janeiro, pela qual Olavo Bilac faria chegar a amplas camadas da população o ideal nacionalista mediante pregações de caráter patriótico e cívico.

Outras ligas se multiplicaram em diversos Estados da federação, todas contando com a participação de intelectuais e professores. Em São Paulo, a Liga Nacionalista, fundada em 1916 por estudantes da Faculdade de Direito, contava com professores de diversas faculdades paulistanas, industriais, advogados, engenheiros e jornalistas – entre os quais, Júlio de Mesquita e Júlio de Mesquita Filho, proprietários do jornal *O Estado de S. Paulo* – de incontestável tendência liberal. Entre os objetivos da Liga estava a promoção do civismo e da educação.

Como observa Nagle,⁴ durante as décadas de 1910 e de 1920 o país viveu um clima de “entusiasmo pela educação”. A ênfase dada ao ensino tinha suas raízes no projeto republicano construído nos últimos anos do Império; nesse momento, porém, relacionava-se à regeneração do próprio projeto republicano, especialmente a falta de representação política que, segundo os opositoristas, guardava íntima relação com a manutenção do povo em permanente estado de ignorância. Atribuía-se à escola o poder de regenerar o homem, de torná-lo cidadão apto ao exercício da política. Nesse sentido, o ensino da

³ Pécaut, 1990.

⁴ Nagle, 1977.

Imagens do passado

História, já bastante valorizado, passou a ser exaltado por seu potencial disciplinador e formador. Não apenas nas salas de aula, mas nas festas cívicas e comemorativas de datas e heróis nacionais, a história fornecia continuamente os instrumentos simbólicos necessários à moldagem do trabalhador-cidadão brasileiro.⁵

Logo após a independência coubera à história a criação de um corpo de representações simbólicas estabelecedor de um perfil para a nascente nação brasileira. Criada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro⁶ como História Nacional refletia – ressalta Schwarcz⁷ – a posição dos membros do Instituto, grupo formado pela elite portadora de títulos nobiliárquicos, vinculada ao poder, e por intelectuais, parte deles plenos de ideias patrióticas inspiradas no romantismo, quadro no qual a história significava o retorno às origens e o culto à pátria e seus heróis. Especialmente a partir de 1850, quando se intensificaram as relações entre o imperador e o Instituto, a produção historiográfica desse se voltaria para os efeitos políticos dos fatos e a exaltação das ações heroicas, narradas em discursos laudatórios da pátria e da prática política do Império.

Em 1908, explica a mesma autora, o cientificismo começou a influenciar a produção do Instituto. Gradativamente passou-se do historicismo para o positivismo e a história, até então “lição do passado”, “exemplo”, aproximou-se da erudição.

A história configurou-se, assim, como memória da nação, campo instituidor de uma unanimidade que baniu para a não história os que – índios, negros ou brancos excluídos do exercício da política – feriam a homogeneidade necessária à eficácia das intenções unificadoras. Como tal passou a ser ensinada nas escolas e perpetuada, embora permanecesse, para a maioria, o registro de uma experiência distante, a “verdade” criada como de todos, mas que não era de ninguém.

Mesmo quando, depois da década de 1930, a história passou a ser entendida como conhecimento de uma sociedade sobre seu passado, a história-memória da nação

⁵ Bittencourt, 1988.

⁶ Logo após a emancipação, o Arquivo Nacional foi pensado como espaço exclusivo para a guarda dos registros documentais da história brasileira; a instituição, porém, foi instalada apenas em 1838, ano em que também foi criado, por iniciativa da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, entidade privada que pretendia incentivar o progresso no país, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que também cumpriria as finalidades de “coligir, metodizar e guardar” documentos históricos. Ver Schwarcz, 1989.

⁷ Schwarcz, 1989.

Imagens do passado

permaneceria um forte componente do imaginário social, entre outros fatores, porque assim continuaria a ser ensinada nas escolas praticamente até o final da década de 1960.

A história seria evocada como justificativa de inúmeras manifestações que pretendiam compor a identidade nacional. Na arquitetura, essa busca resultou no neocolonial, movimento de criação de um estilo arquitetônico brasileiro que teve por marco inicial o discurso *Culto à tradição*, pronunciado pelo arquiteto português radicado no Brasil, Ricardo Severo, no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em 1912. A esse se seguiriam artigos e conferências por meio dos quais Severo – incentivado por José Mariano Filho, convicto defensor da “causa nacional” – procurou difundir o neocolonial que considerava expressão dos valores tradicionais da arquitetura brasileira, em contraposição ao eclético, por ele visto como “estranho a este ambiente”.⁸

Referindo-se ao neocolonial, em 1921, a revista *Fon-Fon* comentou:

Cansados de copiar o que fazem os estrangeiros chegamos à conclusão de que é necessário qualquer coisa de acordo com a história, a raça, a alma da nação ... de acordo com o progresso...⁹

Concomitantemente, outro movimento propunha a preservação de valores representativos do passado nacional ameaçados pela expansão do mercado internacional de arte e pela remodelação urbana de cidades – Salvador, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo – como fatores que provocaram a evasão de objetos de arte nacionais, especialmente da fase do barroco, e o desaparecimento de antigas edificações. Começam então a surgir propostas de proteção aos bens culturais por meio dos quais se materializava o passado. A emergência de tal cuidado em um momento de exacerbado nacionalismo, entre 1917 e 1935, revela certa consciência da importância das representações materiais do passado para a conformação da identidade nacional.

A primeira proposta foi formulada por Wanderley Pinho, membro do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia – academia que, com suas demais congêneres, era guardiã da história regional e pretendia estender essa atribuição às representações materiais da

⁸ Apud Fabris, 1987, p.286.

⁹ Apud Santos, 1977, p.99.

Imagens do passado

mesma história.¹⁰ O projeto colocava sob a responsabilidade de uma comissão formada por membros da entidade, a proteção dos “monumentos públicos, edifícios particulares de valor histórico ou artísticos e os objetos d'arte, de qualquer espécie de ação destruidora ou modificadora do tempo e dos homens”.¹¹

Não estavam inclusos na proteção pretendida os documentos da história da nação registrados no suporte papel. Valorizados como fontes para a produção de conhecimento sobre a história da pátria, eles foram vistos como objetos de interesse de especialistas e, abrigados em arquivos públicos ou de instituições, como os institutos históricos, atendiam também ao funcionamento de museus históricos. Esses, por sua vez, foram amplamente valorizados desde o século XIX, uma vez que se acreditava que os objetos expostos permitiam materializar o passado nacional.

O ano de 1922, quando se comemorou o centenário da independência, foi especialmente favorável à valorização dos museus históricos brasileiros. Criou-se então o Museu Histórico Nacional cujo primeiro diretor foi Gustavo Barroso, e, em São Paulo, Affonso d'Escragno Taunay, desde 1917 diretor do Museu Paulista, aí montou a Seção de História.

Segundo Brefe,¹² no Museu Histórico Nacional, a tradição, a genealogia e a ideia de permanência orientaram as atividades propostas e legitimaram o papel do Império e da nobreza brasileira na formação da nacionalidade como um processo que se iniciara na colônia, quando os bandeirantes alargaram as fronteiras do Brasil.

Fundadas no conhecimento histórico produzido, respectivamente, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, essas interpretações de passado expressam no campo simbólico não apenas as influências presentes em cada uma dessas academias, mas também as disputas regionalistas existentes no cenário político republicano na década de 1920, quando também se intensificaram as propostas de criação de instituições voltadas para a proteção do patrimônio histórico nacional.

¹⁰ Além dos projetos citados, foram também apresentados à Câmara, em 1924, o de autoria do deputado mineiro Augusto de Lima e, em 1930, e o do então deputado pela Bahia, Wanderley Pinho, que seria reapresentado em 1935.

¹¹ Apud Peres, 1974, p. 162.

¹² Brefe, 1999, p.8-49.

Imagens do passado

Por meio dessas instituições seria possível estender para as cidades as funções educacionais e morais exercidas pelos museus, pois os edifícios e monumentos históricos sob proteção do poder público materializariam a história pátria em exposições a céu aberto, passíveis de ampla fluência.

No ano de 1923, ao apresentar à Câmara dos Deputados projeto de criação da Inspetoria de Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil, o parlamentar pernambucano Luiz Cedro orientou-se pela mesma concepção de patrimônio manifesta anteriormente por Wanderley Pinho, porém atribuiu-lhe uma função simbólica, a de alimentar a nação, pois mobilizava a sua memória.

uma longa e permanente lembrança faz a perpetuidade dos grandes povos, pois uma nação começa a morrer, quando ela esquece. O culto do passado, senhores, não deve limitar-se à comemoração, como nós costumamos fazer das grandes datas nacionais, em discursos de sessões magnas, no hasteamento de bandeira nas repartições públicas e no ócio dos feriados nacionais. Comemoremo-lo também por outros modos menos platônicos, como o de evitar a destruição deste patrimônio que nos deixaram os antepassados.¹³

Em 1925, outro projeto de criação de um órgão nacional de patrimônio, de autoria do parlamentar mineiro Jair Lins, inspirado em teóricos franceses e italianos, incorpora em seu projeto uma ideia manifesta na França em 1793, por ocasião da instalação das comissões responsáveis pela proteção de monumentos e obras de arte:¹⁴ o valor do patrimônio não era apenas o de materializar o passado, mas, também, residia em sua potencialidade moral e pedagógica.

Tanto mais eficiente é a influência das obras de arte e históricas na educação do povo, quanto, por elas, a instrução se faz como que independentemente da vontade de aprender.¹⁵

Lins relacionava, assim, a proteção ao patrimônio a um dos pontos mais caros ao ideário liberal das elites brasileiras, a democratização do ensino. A crença na potencialidade

¹³ Apud Peres, 1974.

¹⁴ Chastel, 1986, p.412.

¹⁵ Brasil, 1980b, p.67.

Imagens do passado

pedagógica do patrimônio seria reafirmada por Mário de Andrade, posteriormente, ao ressaltar que “defender o nosso patrimônio histórico e artístico é alfabetização”.¹⁶

Apesar da importância atribuída por alguns intelectuais e políticos aos edifícios históricos remanescentes nas cidades brasileiras de Estados onde se concentravam monumentos do período da colonização, até a década de 1930, a história e os museus permaneciam como canais privilegiados de divulgação do passado. Algumas iniciativas oficiais – na Bahia, em 1927, e em Pernambuco, em 1928 –, criando Inspetorias Estaduais de Monumentos Nacionais, resultaram em ações limitadas ao inventário dos bens locais, em razão das restrições impostas pela Constituição de 1891, que garantia o exercício pleno do direito de propriedade.

A junção de alguns fatores, porém, resultaria na transformação desse quadro. A perda de tradição parecia iminente, pois o país se transformava sob o impacto da expansão industrial e da metropolização das capitais da Região Sul. Em 1930, a instalação de um Estado que se proclamava modernizador, construtor de uma nação que sobrepujaria os regionalismos, mantenedor da coesão social e guardião dos interesses nacionais, inaugurou uma fase de reordenação institucional e administrativa que implicou a ampliação da intervenção oficial, também, no campo da cultura, o que ampliaria a oportunidade de os intelectuais orientarem a construção do Brasil moderno por meio do Estado.

Em 1933, um decreto assinado por Getúlio Vargas, ainda chefe do governo provisório, dava mostras de que o governo federal começava a voltar a atenção para o potencial simbólico, cívico e mnemônico dos espaços. O decreto¹⁷ erigia Ouro Preto – cidade desde a década anterior valorizada pelos adeptos do neocolonial e pelos modernistas por representar a brasilidade que buscavam – “monumento nacional”. Considerando que a cidade fora

teatro de acontecimentos de alto relevo histórico na formação de nossa nacionalidade e que possui velhos monumentos, edifícios e templos de arquitetura colonial, verdadeiras obras d'arte, que merecem defesa e conservação,¹⁸

¹⁶ Carta de Mário de Andrade s. d., in Duarte, 1977, p.220-1.

¹⁷ Decreto n.22.928, 12.7.1933, in Brasil, 1980, p.89.

¹⁸ Ibidem.

Imagens do passado

o poder público instituía o primeiro monumento histórico oficial cuja referência era o século XVIII, momento de crescimento da consciência emancipacionista, de maturidade da arte e da arquitetura coloniais, que se tornaria paradigmático para a atuação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), organizado pelo governo federal em 1937 com base em um projeto elaborado por Mário de Andrade, a pedido do ministro de Cultura, Gustavo Capanema.¹⁹

A atuação do Sphan baseou-se na noção de monumento histórico. Retomando Riegl, Choay²⁰ observa que monumento – artefato construído com finalidades comemorativas e de memória – não pode ser confundido com monumento histórico, invenção do presente, qualidade possível de ser atribuída a qualquer objeto do passado com o sentido de torná-lo testemunho da história ou suporte da memória.

Com os monumentos históricos se compôs o patrimônio de todas as nações. Sua importância cresceu durante todo o século XIX, paralelamente ao crescimento da importância da história como um dos elementos básicos para a formação da consciência nacional. Determinar o patrimônio tornou-se um campo de manipulação simbólica de grande importância, uma vez que, como aponta Chastel,²¹ a ideia de patrimônio está relacionada à perpetuidade dos objetos sagrados, essenciais à comunidade. A atenção do órgão federal de proteção ao patrimônio, criado em 1937, voltou-se, preferencialmente, para os monumentos arquitetônicos, religiosos e civis, do período colonial, de formas simples, tão caras aos arquitetos modernistas brasileiros. A ação preservacionista do órgão não se limitou a reproduzir, por meio dos documentos materiais do passado, um perfil do país traçado pela história, mas também entrelaçou-se a dois processos em curso, o desenvolvimento da arquitetura moderna e a construção de sua memória, a História da

¹⁹ A organização do Sphan foi precedida de outras medidas do poder público: organização de um serviço de proteção aos monumentos históricos e obras de arte, anexo ao Museu Nacional, pelo Decreto n.24.753, de 14.7.1934; aprovação do Artigo 148 da Constituição de 1934, segundo o qual cabe à União, aos Estados e aos Municípios apoiar os trabalhadores intelectuais e a cultura em geral, bem como “proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país”. O Sphan foi organizado pelo Decreto n.25, de 30.11.1937. Em 1946 foi transformado em Diretoria sob a sigla Dphan; em 1970 passou a ser Instituto – Iphan –, e nove anos depois, como Secretaria, voltou a Sphan. Em 1981, mantendo essa sigla, transformou-se em Subsecretaria e, em 1990, passou a denominar-se Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC), voltando a ser, em 1994, ainda em caráter provisório, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

²⁰ Choay, 1992, p.21-3.

²¹ Chastel, 1986, p.406.

Imagens do passado

Arquitetura Brasileira. Ambos correspondiam à fase de introdução do estudo da disciplina História da Arquitetura nos cursos de Arquitetura recém-instituídos como campo particular de ensino, separado do de Belas Artes, medida essa que atendia à necessidade de uma formação específica voltada às exigências técnicas e estéticas da arquitetura moderna.

O advento da moderna arquitetura provocaria, portanto, a redefinição do perfil profissional do arquiteto. A eles caberia – como expresso no 4^o Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), concluído na capital da Grécia em 1931 – a responsabilidade de promover as condições de bem-estar e beleza dos ambientes modernos. Isso os autorizava, em nome dos princípios de salubridade e de justiça social, recomendar a substituição de antigos conjuntos arquitetônicos e bairros por espaços planejados de tráfego, lazer e moradia.

Tendo como conceito orientador o de monumento histórico, a Carta de Atenas, documento final daquele evento e o primeiro a orientar internacionalmente a preservação de bens arquitetônicos, consagrava a preservação de exemplares isolados, de valor excepcional, expressão de culturas anteriores; tornados monumentos esses remanescentes do passado ofereceriam um contraponto à racionalidade estética e à eficiência dos modernos espaços urbanos. Suas recomendações seriam plenamente acatadas no Brasil e cimentariam a proximidade entre duas funções do profissional arquiteto, restaurar e projetar.

Se, por um lado, a valorização da arquitetura tradicional brasileira foi motivada pelo interesse pela arquitetura moderna, por outro, fazia parte do esforço de explicação do Brasil desenvolvido por outras áreas de conhecimento, como a Sociologia e a História.²²

Em seu estudo sobre o Sphan, Rubino²³ observa que é em *Casa grande e senzala*, de Gilberto Freyre, que se explica o exemplar arquitetônico como representação da sociedade colonial, e em Lúcio Costa que se articula o moderno ao tradicional, por meio da casa brasileira. Ambos, assim, vincularam Arquitetura e História do Brasil, função que continuaria a marcar a formação dos arquitetos, especialmente os preservacionistas, e que aparecia no projeto de Mário de Andrade para o Serviço de Patrimônio Artístico Nacional,

²² A produção de obras como *Casa grande e senzala*, de Gilberto Freyre, *Evolução política do Brasil*, de Caio Prado Junior, ambas publicadas em 1933, e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, de 1936, levaram Mota (1980) a classificar o período entre 1933 e 1937 como o “redescobrimto do Brasil”.

²³ Rubino, 1991.

Imagens do passado

como um dos elementos da “arte histórica”, embora ampliado para “exemplares típicos das diversas escolas e estilos arquitetônicos que se refletiram no Brasil”.²⁴

A valorização exclusiva da arquitetura tradicional, já se manifestara em 1937, quando o assistente da 6ª Região do Sphan, Mário de Andrade, diante de São Paulo, cidade marcada pelo ecletismo, símbolo do progresso e da modernidade presente até mesmo nas casas de bairros populares e de classe média, ainda que apenas em detalhes decorativos, afirmou:

não é possível entre nós descobrir maravilhas espantosas, do valor das mineiras, das baianas, das pernambucanas e paraibanas em principal. A orientação paulista tem que se adaptar ao meio; primando a preocupação histórica à estética. Recensar e futuramente tomar o pouco que nos resta seiscentista e setecentista, os monumentos onde se passaram grandes fatos históricos. Sob o ponto de vista estético, mais que a beleza propriamente (esta quase não existe) tomar os problemas, as soluções arquitetônicas mais características e originais.²⁵

Centrado na história memória da arquitetura brasileira ponto de vista a partir do qual percebia a história memória da nação, o Sphan estabeleceu uma ortodoxia preservacionista que só viria a ser contestada a partir da década de 1970, diante de fatores diversos, como a intensificação do debate sobre cultura, especialmente do aspecto de suas relações com o Estado, e a ampliação das pesquisas de história relativas aos períodos do Império e da República, o que propiciaria a incorporação de novos elementos à memória histórica. Além disso, no plano internacional, a discussão sobre patrimônio deslocara-se do objetivo de materializar as memórias nacionais e da noção de monumento histórico isolado, para a de integração do patrimônio ao planejamento urbano e territorial e, definitivamente, à indústria cultura.

Choay²⁶ observa que o patrimônio assumiu a representação da cultura ocidental a partir da mundialização dos valores e referências internacionais concernentes a seu trato, em especial as convenções e recomendações da Unesco, entre as quais a da Conferência Geral de Genebra, em 1972, na qual se criou a categoria de “patrimônio cultural da

²⁴ Brasil, 1980b, p.93.

²⁵ Carta de Mário de Andrade a Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 23.5.1937, in Andrade, 1981, p.69.

²⁶ Choay, 1992, p.158-86.

humanidade” para classificar os monumentos históricos de excepcional valor universal, quer do ponto de vista da história, quer do da arte ou da ciência.

Permaneceria, porém, a capilaridade entre a História da Arquitetura brasileira e a eleição do patrimônio nacional; aquela buscava documentar-se nos bens tombados, enquanto esta encontraria na História da Arquitetura brasileira as justificativas para o reconhecimento e proteção oficiais. E foi com as escolas de Arquitetura que o Sphan divulgou sua ortodoxia e formou a mentalidade preservacionista dos futuros profissionais do patrimônio complementada pela prática, em estágios no “Patrimônio”. Antônio Luiz Dias de Andrade, renomado profissional da área preservacionista, formado no início da década de 1970, assim narrou sua experiência:

sobre a questão do patrimônio, sobre o problema da preservação, na escola comentava-se um problema que surgia, mas muito pouco sistematizado ... as questões do patrimônio surgiam não diretamente, mas no curso dos estudos sobre história da arquitetura ... estavam relacionadas mais com a pesquisa sobre a arquitetura tradicional do que com a questão teórica ou conceitual do patrimônio, e se dava muito em função da explicação da arquitetura brasileira.²⁷

A visão do significado dessa relação se completa com a vivência de turmas anteriores, da década de 1950, da qual fala Nestor Goulart Reis Filho.²⁸ Nesse período, o Grêmio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo mantinha atividades culturais de incentivo ao conhecimento da arquitetura tradicional, por meio do Centro de Estudos Folclóricos. Influenciados por Luís Saia, diretor e personificação do “Patrimônio” em São Paulo, e sob o olhar inspirador de Mário de Andrade, cujo retrato pendia de uma das paredes da sala onde funcionava o Grêmio, os estudantes organizavam estudos e levantamentos de campo sobre a arquitetura tradicional paulista.

²⁷ Entrevista concedida à autora em 20.9.1991.

²⁸ Entrevista concedida à autora em 14.10.1991.

De São Paulo para o Brasil

Na primeira metade da década de 1930, a oposição liberal paulista concentrada em torno da família Mesquita, proprietária do jornal *O Estado de S. Paulo*, conseguiria realizar parte de um programa de atuação, que se estruturara na década anterior, de combate à “crise nacional”, que acreditava haver sido causada com o estabelecimento do domínio oligárquico na República.²⁹ Em seu entender, o combate à oligarquia se faria com a democratização do ensino, fator que, combatendo o analfabetismo, possibilitaria a ampliação do direito de voto; acreditava-se que, estendida para o grau secundário, a ampliação das oportunidades de formação escolar permitiria também a seleção das “elites dirigentes” em todas as classes sociais.

O desenvolvimento desse projeto dependia de condições políticas, em parte alcançadas em 1933, quando Armando de Salles Oliveira foi nomeado interventor em São Paulo. No ano seguinte, por iniciativa do poder estadual, foi criada a Universidade de São Paulo, congregando as faculdades já existentes em torno da recém-criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras cujo objetivo primeiro era a formação de professores para o curso secundário, considerado celeiro das elites políticas.

A intenção de promover o desenvolvimento cultural e educacional resultou também na formação do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, cidade cujo governo estava nas mãos da oposição liberal. Criado em 1934, segundo projeto de Mário de Andrade e Paulo Duarte, o Departamento concentrou suas atividades na expansão da rede de bibliotecas públicas, na organização de arquivos documentais, na criação de parques infantis e no desenvolvimento de pesquisas, especialmente as sociológicas, etnográficas e folclóricas.³⁰

A preocupação com o resgate da cultura paulista faria Mário de Andrade, após a organização do Departamento, propor a ampliação de suas atribuições para a defesa do patrimônio histórico e artístico. Em carta dirigida a Rodrigo Mello Franco de Andrade, ele transcreveu o Artigo 180 do Ato 1.146 da Consolidação da Organização Geral da Prefeitura, que colocava sob responsabilidade do Diretor do Departamento de Cultura o

²⁹ Ver Cardoso, 1982.

³⁰ Ver Duarte, 1977.

Imagens do passado

traçar, organizar e fazer executar o plano geral do tombamento de defesa do patrimônio artístico e histórico do Município.³¹

A ideia de proteção oficial ao patrimônio, antes só defendida pelos cultualistas do passado, se incorporara ao ideário de modernização do país, abraçado pelos intelectuais, direta ou indiretamente, relacionados ao modernismo e, por meio deles, como condição de sua própria realização, foi vinculada ao projeto da oposição liberal paulista.

No centro dessa incorporação está o pensamento de Mário de Andrade, no qual o interesse pelas “tradições móveis” – como a dança, a poesia e a cantiga populares, nas quais ele fundava a brasilidade, espécie de civilização específica capaz de inserir os brasileiros na universalidade moderna, sem perder sua identidade – fundiu-se ao interesse das “tradições imóveis”, provavelmente a partir do conhecimento da obra de Gilberto Freyre e de Lúcio Costa, bem como do contato com o cultualismo bandeirante do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, ao qual, como grande parte dos intelectuais da época, fora filiado.³²

Paulo Duarte, companheiro de Mário de Andrade no Departamento de Cultura, eleito deputado pelo Partido Constitucionalista, em 1933, procuraria estender o ideário daquela instituição para o Estado de São Paulo e, posteriormente, para o Brasil, caso o candidato da oposição democrática paulista à presidência da República, Armando de Salles Oliveira, vencesse as eleições programadas para 1938. Seria então criado o Instituto Brasileiro de Cultura, órgão que centralizaria os institutos estaduais a serem organizados a partir do modelo paulista proposto por Paulo Duarte. Tratava-se de dar o melhor de São Paulo para melhorar o Brasil. Duarte pretendia estabelecer estreita vinculação entre os institutos e as universidades; os primeiros, sob a forma jurídica de fundações, receberiam subvenções do Estado, segundo o previsto pela Constituição de 1934, uma porcentagem de impostos destinada aos serviços educativos.³³

No segundo semestre de 1936, antes que tramitasse no Congresso Nacional o projeto de criação do Serviço de Patrimônio, Paulo Duarte preparava a organização do

³¹ Carta de 6.4.1937, in Andrade, 1981, p.65.

³² Andrade, 1976.

³³ Duarte, 1977, p.61.

Imagens do passado

departamento de patrimônio paulista. Para isso, pretendia tomar como modelo o projeto elaborado por Mário de Andrade a pedido de Gustavo Capanema, no início daquele ano.

A intenção de Paulo Duarte colocaria em cuidados Mário de Andrade e Rodrigo Mello Franco de Andrade, que procuraram contornar possíveis mal-entendidos, uma vez que São Paulo era um reduto de oposição a Vargas e a criação de um órgão estadual com a mesma finalidade do serviço federal poderia trazer problemas de atribuição e ferir as perspectivas centralizadoras da União. De fato, Capanema solicitaria

retardar por algum tempo a apresentação do projeto estadual, até que se saiba ao certo o que a Câmara fará do serviço federal.³⁴

Em outubro de 1936, Capanema e Rodrigo elaboraram a mensagem presidencial que remetia o anteprojeto do Sphan à Câmara. Diante disso, Paulo Duarte adiou a apresentação de seu projeto de modo a incorporar artigos de interesse que porventura iriam constar da lei federal. Um ano depois nada se resolvera em relação ao Serviço Nacional e Duarte apresentou seu projeto ao Legislativo paulista.³⁵ O fato foi precedido de intensa campanha entre junho e novembro de 1937, no jornal *O Estado de S. Paulo*.

É compreensível que *O Estado*, porta-voz de parte da oposição democrática paulista, diário que prestava total apoio a Armando de Salles Oliveira, tenha abraçado a defesa do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico de São Paulo.

Durante aproximadamente cinco meses foram publicados artigos e discursos de Paulo Duarte, editoriais, ofícios, comentários e cartas de apoio de intelectuais e instituições tão diversas como a Academia Paulista de Letras, a Sociedade de Sociologia, o Instituto de Estudos Genealógicos, a Sociedade de Etnografia e Folclore e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Este passaria a coordenar a campanha um mês após seu lançamento.

A exemplo do que ocorrera na França no final do século XVIII – quando, ao alcançar o poder a ala moderada da burguesia consagrou o termo vandalismo como “crime contra o patrimônio” –, a campanha paulista também opunha vandalismo e proteção.

³⁴ Carta de Rodrigo M. F. de Andrade para Mário de Andrade, em 25.9.1936, in Andrade, 1987, p.121.

³⁵ Projeto de Lei n.279, apresentado na 74^ª Sessão da Assembleia Legislativa de São Paulo, em 7 de outubro de 1937.

Imagens do passado

Intitulada “Contra o vandalismo e o extermínio”, ela mobilizou liberais e conservadores aos quais, por razões diversas, parecia imprescindível salvar os “documentos materiais da história de São Paulo”,³⁶ ameaçados pelo progresso, pela incúria dos homens – estrangeiros indiferentes ou caboclos brancos, em suma, o povo inculto – e pelo descuido dos poderes públicos.

Para os liberais, a ação de proteger o patrimônio guardava um caráter educativo. Plínio Ayrosa, em um artigo no qual defendia a criação do Departamento, apontava a falta de amor ao passado como uma característica do nosso povo cujo cosmopolitismo impedia a formação de uma consciência nacional; as instituições culturais, segundo Ayrosa, tinham o papel de aproximar “o povo das coisas de sua terra”.³⁷

Do ponto de vista conservador, a iniciativa de Paulo Duarte propiciaria o resgate do que se supunha estar ameaçado pela ordem social urbana, ao mesmo tempo em que representava o reconhecimento do valor de um passado que se julgava comum. Afonso José de Carvalho, em discurso pronunciado no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, classificou a criação de um órgão de patrimônio como um esforço de

exaltação e reabilitação dos homens e dos fatos até então nunca desenvolvido através da conservação das verdadeiras testemunhas imóveis da arte, do engenho e da vontade dos antigos varões formadores da história bandeirante.³⁸

Os remanescentes materiais que referenciavam opiniões tão diversas compunham um só corpo representativo, o da história bandeirante. Essa fora construída desde o final do século XIX no interior do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo por uma elite que pretendia estruturar a República. Como registra Schwarcz,³⁹ construiu-se uma história regional que procurava dar conta da totalidade brasileira.

Sintetizada na figura do bandeirante, a história paulista foi revigorada durante a década de 1920, momento de avanço da oposição democrática, que a usaria como emblema, e do nacionalismo, no quadro do qual se impunha o conhecimento do “nosso passado”,

³⁶ Duarte, 1938, p.29.

³⁷ Publicado em 16.6.1937, in Duarte, 1938, p.172.

³⁸ Sessão de 5.10.1937, in Duarte, 1938, p.224.

³⁹ Schwarcz, 1989, p.45-50.

Imagens do passado

também como fator de nacionalização do filho do imigrante, condição necessária para se constituir “em bases sólidas a mentalidade de nova geração de brasileiros”.⁴⁰

A veemente retórica de Paulo Duarte encontrou, por isso, campo fértil ao apontar o calamitoso estado de conservação dos “documentos materiais da história de São Paulo”, como Cotia “que já não tem nada da Acutia de Fernão Dias Pais e Gaspar Godói Moreira”.⁴¹ Então, como atualmente, a ideia de preservar estava diretamente relacionada à de perda e implicava o desejo de retomada total de situações que só o podiam ser fragmentariamente, uma vez que o passado é impossível de ser reconstituído em sua totalidade e sentido.

Baseado no estudo de Mário de Andrade, no anteprojeto de lei redigido por Rodrigo Mello Franco de Andrade e nas legislações francesa e italiana, Paulo Duarte propôs um Departamento cuja atribuição era

prover e superintender aos serviços de organização, guarda, tombamento, preservação, defesa, enriquecimento e propaganda do patrimônio histórico e artístico de São Paulo.⁴²

Cabia também ao Departamento a administração de alguns museus a serem criados no Estado, o controle do trabalho de missões científicas estrangeiras e a promoção de publicações.

O Departamento seria composto por um Conselho Deliberativo, do qual fariam parte oito profissionais – historiador, etnólogo, arqueólogo, músico, pintor, escultor, arquiteto e bibliófilo – com mandato de dois anos e substituição de apenas 50% dos conselheiros a cada ano, de modo a permitir a continuidade dos trabalhos.⁴³

Enquanto o projeto de Paulo Duarte estava sendo revisto pela Comissão de Educação e Cultura da Assembleia paulista – após a apresentação de 54 emendas cuja finalidade era desvincular a proteção do patrimônio histórico da proteção do patrimônio

⁴⁰ Discurso de Alfredo Ellis, in São Paulo, Câmara dos Deputados, Anais da Sessão Ordinária de 1926, 51^a sessão, 30.9.1926.

⁴¹ Artigo publicado no Suplemento em Rotogravura de *O Estado de S. Paulo* em 1937, in Duarte 1938, p.29.

⁴² Projeto de Lei n.279. Anais da Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, 1937.

⁴³ Ibidem.

artístico, proposta que atendia os interesses contrários à integração da Pinacoteca⁴⁴ ao Museu de Artes Plásticas a ser criado, subordinado ao Departamento do Patrimônio –, aconteceu o golpe do Estado Novo, em 10 de novembro, em decorrência do qual foram suspensos o funcionamento do legislativo e as eleições.

Pouco tempo depois, uma carta de Rodrigo Mello Franco⁴⁵ a Mário de Andrade revela ter havido alguma movimentação – provavelmente encabeçada pelo próprio Paulo Duarte – para a criação do Departamento, por meio de decreto do Executivo paulista. De fato, nenhuma medida se concretizou.

Outras tentativas

De 1937 a 1968, a instituição do patrimônio de São Paulo foi atribuição exclusiva do poder federal. Desta atuação resultou o reconhecimento de edificações remanescentes do povoamento do litoral, as casas rurais bandeiristas, sedes de antigas fazendas de café, capelas e igrejas dos seiscentos, como representações máximas do passado paulista. A importância desse trabalho regional foi inestimável. Porém, em parte pela perspectiva que o norteava, o conhecimento da arquitetura regional acabou por assumir características de assunto acadêmico, que dizia respeito apenas a especialistas, distanciando do cotidiano da maioria da população, para a qual os bens eram apresentados como portadores de importância para a história da nação e da arquitetura brasileira. Desse modo, bens antes vistos como integrantes da paisagem cotidiana tenderam a representar um universo distante, alheio ao cidadão comum, espécie de dádivas resgatadas do esquecimento pela ação heroica de pioneiros.

Do ponto de vista da sociedade, esse quadro se prolongaria até a década de 1970, quando a preservação ambiental e, depois, a da memória passaram a ser vistas como um direito a ser conquistado ou mantido. É compreensível, portanto, que as propostas de extensão da responsabilidade do poder estadual ao patrimônio que se seguiram à de Paulo Duarte, assim como esta, não partissem de reivindicações da sociedade, mas nascessem nos

⁴⁴ Desde janeiro de 1932, por força do Decreto n.5.361, a Pinacoteca achava-se sob guarda da Escola de Belas Artes, entidade privada dirigida por Paulo Vergueiro Lopes de Leão.

⁴⁵ Carta de 3.12.1937, in Andrade, 1987, p.141.

Imagens do passado

pequenos círculos voltados para a cultura e para a história, entendida como fator de civismo e tradição. Para essas elites, a destruição dos bens devia-se à ignorância da população que não permitia que se compreendesse o alcance histórico e cultural dos bens que tinha a seu redor.

No início da década de 1950, usando uma das competências do órgão federal, a realização de acordos com vista a “melhor coordenação e desenvolvimento das atividades relativas à proteção do patrimônio”,⁴⁶ Luís Saia, diretor do 4^o Distrito do Dphan, em São Paulo, sugeriu a elaboração de um projeto apresentado pelo deputado Antônio da Cunha Bueno ao legislativo. Tornou Lei n.1.048 em 5 de junho de 1951 pelo governador Lucas Nogueira Garcez, previa a criação de um serviço de patrimônio que atuaria “sempre em colaboração com o órgão federal”. O acordo deveria ser elaborado por uma comissão e aprovado pelo Legislativo.

Em seu trabalho *Morada paulista*, Saia⁴⁷ não faz referência à lei de 1951, mas lamenta que, em 1953, tenha desaparecido “misteriosamente nos escaninhos do Palácio e da política” um projeto entregue ao governador. Tratava-se, provavelmente, do estudo a ser aprovado pelo Legislativo para funcionamento da lei, cujo documento básico foi denominado Sugestões para uma fórmula de colaboração.

Esse documento,⁴⁸ possivelmente elaborado com a colaboração de Saia, demonstra que, mais do que transformações na estrutura de proteção ao patrimônio, buscava-se ampliar a possibilidade de ação do órgão federal. O *Sugestões* estabelecia uma espécie de hierarquia cultural dos bens arquitetônicos cuja responsabilidade financeira de manutenção era dividida entre o poder estadual e o federal, a saber: “As casas grandes rurais do segundo século, ... documentos únicos em todo o Brasil”, e as residências urbanas e rurais do século XVIII, das quais interessava “resguardar pelo menos um documento de cada tipo de arquitetura”, caberiam ao Dphan. Aquele exemplares que, “embora excelentes documentos, não apresentam importância nacional” ficariam a cargo dos cofres estaduais cabendo, porém, ao órgão federal a exclusividade de “orientação na aplicação de verbas” e de assistência técnica.

⁴⁶ Decreto-lei n.25, Art.23, in Brasil, 1980b, p.111-9.

⁴⁷ Saia, 1972, p.56.

⁴⁸ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Arquivo 9^o CR, Pasta AD24.1, doc. 006.

Imagens do passado

Mantinha-se, portanto, a garantia de que os cuidados com o patrimônio continuariam a ser aplicados segundo a prática já estabelecida e, além disso, que o trato com os documentos da História da Arquitetura permaneceria sob o controle do Dphan. Tais cuidados revelam ainda o *esprit de corps* existente entre os poucos profissionais do patrimônio, extremamente zelosos de sua atividade e posição. A distinção de atribuições não aparecia no anteprojeto do qual resultou a lei; segundo esse documento, ao serviço estadual caberia colaborar com o Dphan e “velar pela preservação do acervo histórico e artístico regional”. Suas atribuições seriam:

inventariar, estudar e classificar as coisas móveis e imóveis de valor histórico, artístico, arqueológico e etnográfico, assim como os sítios naturais a eles equiparados e quaisquer outros bens de natureza equivalente.⁴⁹

Não seria da competência do serviço estadual tomar, mas apenas organizar uma listagem de bens que, embora não tombados pelo órgão federal, deveriam ser “preservados e zelados como parte integrante do patrimônio histórico e artístico de São Paulo”.⁵⁰

Em 1957, Jânio Quadros, então à frente do governo do Estado, manifestou a intenção de ampliar a ação cultural de seu governo, nomeando uma comissão composta por Sérgio Buarque de Holanda, Lourival Gomes Machado e Ernani da Silva Bruno, para elaborar o anteprojeto de criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado de São Paulo.⁵¹

Luís Saia⁵² informa que essa comissão retomou as sugestões anteriores e quando o trabalho já estava quase terminando, uma pendência entre o governador e os professores da Universidade provocou a demissão de Gomes Machado e Buarque de Holanda, substituídos por Paulo Duarte e Herbert Baldus.

Segundo notícias veiculadas pela imprensa, pretendeu-se, então, criar um órgão com plenos poderes. Em razão disso, um editorial de *O Estado de S. Paulo*, depois de elogiar a

⁴⁹ Ibidem, doc. 002.

⁵⁰ Ibidem, doc. 002.

⁵¹ *Diário de São Paulo*, 28.10.1957, p.12.

⁵² Saia, 1972, p.56.

Imagens do passado

ideia, recomendava a realização de um convênio entre Estado e União de modo a serem evitadas “prejudiciais concorrência e interferência”.⁵³

Ainda dessa vez o serviço estadual de proteção ao patrimônio não seria constituído. A administração Quadros optou por orientar sua ação no campo da “cultura histórica” para a instalação de museus históricos e pedagógicos na sede de diversos municípios paulistas. Partindo de uma perspectiva cívica e disciplinadora, os museus visavam “manter permanente culto das tradições nacionais”, incentivando as interpretações de dados históricos, o trato constante com a documentação, a evocação dos grandes vultos da história pátria e os seus lances gloriosos, com o duplo objetivo de esclarecer e edificar, contribuindo para formar uma vigilante consciência cívica entre os estudantes de nossas escolas, conforme esclarecia um documento oficial.⁵⁴

Com o objetivo de complementar a ação dos museus, o governo estadual também criou o Serviço de Reconstituição Histórica Municipal,⁵⁵ que, com unidades instaladas em cada município, deveria incentivar a pesquisa das histórias locais.

Posteriormente, a instalação de um órgão estadual de patrimônio foi incluída, em 1962, entre as propostas do 2º Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto, mas também não se efetivou.

⁵³ *O Estado de S. Paulo*, 29.11.1957, p.2.

⁵⁴ Mensagem do governador Jânio da Silva Quadros à Assembleia Legislativa em 14.3.1958, São Paulo: Imprensa Oficial, 1958, p.162. Os Museus Históricos Pedagógicos foram criados pelo Decreto n.26.218 de 3.8.1956.

⁵⁵ Decreto n.32.767 de 16.6.1958.

Um serviço de patrimônio de São Paulo

A proteção do governo paulista se estenderia ao patrimônio histórico apenas em 1968, com a criação do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico (Condephat), cujas atribuições um ano depois alcançaram a guarda do patrimônio arqueológico, razão do acréscimo de mais uma vogal em sua sigla.

A criação do Condephaat tornou-se possível quando frações conservadoras e tradicionalistas da burguesia paulista buscaram reafirmar a identidade bandeirante nos limites do quadro autoritário estabelecido em 1964. O ato protetor pressupunha uma ameaça de destruição quase sempre atribuída, pelos que escrevem a história, àqueles que nela não são incluídos. Essa ideia já estivera presente na campanha de Paulo Duarte, “Contra o vandalismo e o extermínio”, mostrando que de há muito as elites intelectualizadas de São Paulo haviam entendido a proteção do patrimônio como uma “missão civilizadora”.

Proteger o patrimônio era mais um traço distintivo desse grupo em relação aos demais que compunham a sociedade. Em seu discurso de final de mandato, em 1971, Lucia Piza Figueira de Mello Falkenberg, primeira presidente e uma das idealizadoras do Condephaat, referindo-se aos conselheiros afirmou:

Cada um de nós, independentemente, em diferentes posições e em diferentes situações, há muito lutava desesperadamente em defesa deste patrimônio que desaparecia dia a dia em mãos ignorantes, de interesses particulares e acima de tudo dos que desconhecem o que é brasilidade.¹

As condições propícias à criação do Condephaat surgiram durante a gestão de Roberto Costa de Abreu Sodré, em 1967, eleito governador pela Assembleia Legislativa.

¹ IBPC, Arquivo 9º CR, Pasta AD24.2, doc. 005.

Imagens do passado

O Grupo Executivo da Reforma Administrativa (Gera), por ele instituído, reorganizou a administração estadual criando, entre outros órgãos, a Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, à qual foram sendo agregadas instituições culturais antes locadas nas Secretarias de Governo e de Educação.²

Um dos responsáveis pelo Gera, Luís Dória,³ observa que não existia então um programa de governo articulado antecipadamente, o que daria chance à concretização de propostas de diferentes setores da sociedade, segundo sua possibilidade de acesso aos canais de decisão. Assim, José Bonifácio Coutinho Nogueira, em 1967, articulou a organização da Fundação Padre Anchieta,⁴ destinada a promover atividades educacionais e culturais pelo rádio e pela televisão. Luiz Arrôbas Martins, secretário do Planejamento e, depois, da Fazenda, empenhou-se na organização do Festival de Inverno de Campos do Jordão, na instalação do Museu de Arte Sacra⁵ e, com a assessoria de Waldisa Russio, dos Museus da Imagem e do Som,⁶ da Casa Brasileira⁷ e do Paço das Artes.⁸

Tais iniciativas, inscritas no quadro da expansão do mercado cultural, não obedeceram a um plano estabelecido a partir de uma política de governo, mas refletiram, segundo Waldisa Russio,⁹ os projetos de uma vanguarda política e intelectual que pôde operar aproveitando contradições do governo autoritário e traduzindo, à sua maneira, a obrigação constitucional de o Estado amparar a cultura. Congregando opositoristas de diversos matizes, essa vanguarda procuraria superar o didatismo que marcara o discurso nacional-populista e projetar a popularização de uma visão erudita da cultura brasileira.¹⁰

² Na Secretaria de Cultura, criada pelo Decreto n.49.165 de 29.12.1967, foram sendo locados o Arquivo do Estado, o Serviço de Museus Históricos, o Serviço de Fiscalização Artística, a Pinacoteca e o Conselho Estadual de Cultura.

³ Entrevista concedida à autora em 21.2.1992.

⁴ Lei n.9.849, de 26.9.1967.

⁵ Decreto-lei de 28.10.1969.

⁶ Decreto n.247 de 29.5.1970.

⁷ Decreto n.246 de 29.5.1970.

⁸ Decreto n.52.423 de 25.3.1970.

⁹ Entrevista a Maria Lucia Pinheiro Ramalho e Walter Pires, em 25.4.1984, Centro de Documentação do Condephaat.

¹⁰ Seu projeto mais ambicioso foi a criação do Centro Estadual de Cultura cuja proposta coube a um grupo especial organizado em 1970; os estudos foram interrompidos na gestão Laudo Natel. O Centro, integrado ao Palácio dos Campos Elíseos – onde deveria ser instalado o Museu da Civilização Urbana do Café, segundo proposta de Paulo Emílio Salles Gomes –, concentraria a maior parte das atividades culturais promovidas pelo governo; teria teatros, salas de projeção, de conferências e ateliês.

Imagens do passado

Chama a atenção que o esforço dessa vanguarda não abarcasse a atividade patrimonialista. Se isso, por um lado, se relaciona à própria postura dos preservacionistas – que protegiam a área como um campo de atuação de portadores de saber arquitetônico –, por outro, provavelmente, deveu-se a concepção de ação cultural do Estado, que desde então privilegiava o espetáculo e as artes plásticas limitando o cuidado com a memória a criação de arquivos e museus.

A área do patrimônio histórico configurava-se, portanto, como de atividade cultural não prioritária, distante, cujos contornos eram difusos, afeta a poucos profissionais da arquitetura e eruditos que viam na história uma forma de expressão de seus conhecimentos e de culto ao passado. Este último aspecto, em particular, talvez motivasse o pequeno interesse dos profissionais da história pelo patrimônio; esses, em grande parte, concebendo a história como conhecimento científico da sociedade, restringiam suas atividades a docência.

Assim a proposta de criação de um órgão de defesa do patrimônio pôde impor-se a partir da mesma matriz conservadora e tradicionalista que influíra, por intermédio de Vinício Stein Campos, na criação dos Museus Históricos e Pedagógicos e do Serviço de Reconstituição Histórica, na segunda metade da década de 1950, durante o governo Jânio Quadros.

Vinício Stein Campos e Lucia Falkenberg estavam entre os fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Guarujá e Bertioga, criado em 1958 e, dois anos depois, reconhecido como de utilidade pública. Entre seus objetivos constava o de

identificar e preservar os marcos referenciais da colonização portuguesa no litoral paulista, desde o século XVI, que se encontravam em completo abandono e cuja perda seria inestimável à constituição da memória social.¹¹

A ação do Instituto ia ao encontro do que preconizava o Decreto Estadual de 1958 referente à reconstituição do quadro histórico dos municípios paulistas; ele promoveria cursos, comemorações cívicas, organizaria museus e incentivaria o restauro de remanescentes da ocupação lusitana no litoral.

¹¹ IHGGB, s.n.t., p.13.

Museus Pedagógicos, Serviços de Reconstituição Histórica e Instituto afiguram-se pontos constitutivos de um mesmo projeto de defesa da tradição que se completou com a criação do Condephaat. Como observou Lucia Falkenberg, o Conselho atendia à urgência de “coibir as destruições sucessivas que vinham dizimando o patrimônio cultural de São Paulo”.¹² A proteção pretendida, embora formalmente não difira da proposta pelo órgão federal de patrimônio, se origina de uma perspectiva diversa que guardava um profundo sentido cívico; isso e o interesse em promover o turismo fizeram que o governo paulista acampasse a idéia de proteger bens culturais.

A intervenção do Estado na cultura, que, desde 1964, se tornara incisiva, alcançaria o patrimônio histórico sob o ponto de vista de sua valorização econômica.¹³ Esse aspecto tornara-se relevante não apenas no Brasil. O documento final do encontro promovido pelo Departamento de Assuntos Culturais da Organização dos Estados Americanos (OEA), realizada em Quito, em novembro de 1967, do qual o Brasil foi signatário, recomendava que projetos de valorização do “patrimônio monumental” fizessem parte dos planos de desenvolvimento nacional e fossem realizados simultaneamente com o equipamento turístico das regiões envolvidas. Recomendava-se, ainda, a cooperação dos interesses privados e o respaldo da opinião pública para o desenvolvimento dos projetos.¹⁴

A exploração sistemática das atividades turísticas estava entre as intenções do governo Castelo Branco. Ele instituíra o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur),¹⁵ ambos voltados a coordenar as atividades do turismo às necessidades do desenvolvimento econômico e cultural, e o Sistema Nacional de Turismo, esse em 1967, ano em que também se realizou o I Encontro Oficial de Turismo Nacional. Tratava-se de fomentar uma atividade econômica que atendia ao desenvolvimento social, meta que com a segurança e a integração nacionais constituíam o núcleo da política do governo federal. A valorização turística do patrimônio já se mostrara eficiente em outros

¹² *O Estado de S. Paulo*, 18.3.1971, p.5.

¹³ O dever do Estado amparar a cultura foi firmado no Artigo 180 da Constituição Federal e na Constituição Estadual de 1967, Artigo 128. Miceli (1984) observa que, no âmbito federal, a presença do Estado foi proporcional à impossibilidade de autofinanciamento de uma atividade o que, entre outros fatores, impulsionou uma postura “eminente patrimonial que se voltava quer para a restauração de monumentos de ‘pedra e cal’ e outras de arte do passado ... como para as atividades que não encontravam receptividade no mercado de bens culturais”.

¹⁴ Encontro de Quito, in Unisinos, 1986, p.75.

¹⁵ Decreto-lei n.55, de 18.11.1966.

Imagens do passado

países e, além disso, possibilitava a manipulação de um universo simbólico de considerável importância para o reforço do civismo. A propaganda dos “monumentos históricos”, juntamente com as das “festas típicas” e das “belezas naturais”, promoveria aos olhos do mundo e dos brasileiros a imagem de um país com tradição e potencialidade para enfrentar o futuro.

Em São Paulo, o governador Sodré promoveria em 1967 uma reforma administrativa que uniu as atividades oficiais de turismo às da cultura e esportes, tendo por objetivo, entre outros, o de melhor coordená-las;¹⁶ assim foi criada a Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo,   qual ficaria subordinado o órgão de preserva o do patrimônio criado no mesmo governo. Até então, as questões culturais haviam sido tratadas no âmbito da Secretaria de Educa o; a cria o de uma secretaria voltada para os negócios da cultura se daria apenas quando essa já se configurara como indústria no Brasil e como tal passara a interessar ao poder público.

A cria o do órgão de prote o ao patrimônio em São Paulo inscreveu-se nos contornos do culto cívico ao passado e da consagra o pragmática desse mesmo passado, como produto de consumo cultural valorizado com a expansão da indústria do turismo. Essas concep es opunham-se àquela, de matriz modernista, que orientara a forma o do Sphan e dos profissionais que atuavam no “Patrimônio”, segundo a qual o passado era referência para a constitui o da nacionalidade e fonte de conhecimento da História da Arquitetura.

Embora anteriormente apresentada ao governador Laudo Natel,¹⁷ a ideia de cria o de um órgão estadual de patrimônio só pode desenvolver-se durante a discussão da nova Constitui o Estadual. Em maio de 1967, a deputada Dulce Sales Cunha Braga propôs   Assembleia Legislativa a emenda n.565, que previa fosse incluída no texto constitucional a cria o do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado. A proposta seria vetada pela Comissão Especial por considerar que a “matéria seria melhor tratada por lei ordinária”.¹⁸

¹⁶ Decreto n.49.165 de 29.12.1967.

¹⁷ Entrevista de Lucia Falkenberg a Maria Lucia Pinheiro Ramalho e Walter Pires, s. d., Centro de Documenta o do Condephaat.

¹⁸ São Paulo, Assembleia Legislativa de São Paulo, GAT – Se o de Documenta o. Proposi es apresentadas   Constitui o do Estado de São Paulo, 1967/1975. Parecer n.385/67, relator Sólon Borges dos Reis, p.32.

Imagens do passado

A parlamentar, porém, voltaria ao plenário argumentando com a “convicção de estar defendendo uma causa justa”:

Justamente nesta época de subversão dos valores artísticos e desprezo dos valores históricos, impõe-se a criação de um órgão estatal nem sequer oneroso ao erário estadual, que promova não somente o levantamento do patrimônio espiritual dos paulistas como também a defesa deste mesmo patrimônio, através de projetos e propostas de governo, através da defesa de nossa paisagem, considerada mundialmente “monumento natural”, defesa de nossas bibliotecas, museus, obras de arte, igrejas, inclusive assistência técnica, artística aos municípios que necessitem ... Todas as atividades que pretendemos reunir como atribuição desse Conselho se acham esparsas e perdidas junto a órgãos pertencentes a diversas secretarias de Estado, numa flagrante evasão de esforços que se deveriam concentrar na consecução de um objetivo comum.¹⁹

Apesar do exagero retórico próprio da tribuna, a fala da deputada deixa entrever um órgão centralizador, de funções tão amplas quanto pouco definidas, talvez pretendido nos moldes do Conselho Estadual de Cultura,²⁰ órgão constituído por comissões que, contando com uma pequena estrutura administrativa, tratava de questões referentes a áreas diversas como o teatro, as artes plásticas e publicações. A criação do Condephaat foi consignada no Artigo 128 da nova Constituição, na qual também se firmou o dever do Estado amparar a cultura.

Em setembro de 1967, o governador Sodré assinou a Resolu o n.1.926, instituindo na Secretaria de Governo, sob a responsabilidade do titular da pasta, uma comissão especial para elaborar um anteprojeto de lei dispondo sobre o amparo   cultura e a prote o do patrimônio histórico, artístico e turístico do Estado. A Comissão foi composta pelo assessor cultural da Secretaria de Governo, Miroel Silveira; pelo procurador do Estado, Olavo Fernandes; por Vinicio Stein Campos, diretor do Serviço de Museus Históricos e Pedagógicos da Secretaria de Educa o; por Lucia Piza Figueira de Mello Falkenberg, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Guarujá-Bertioga; por Eurípedes Simões

¹⁹ Discurso, 31^a Sessão Extraordinária, 8.5.1967, Assembleia Legislativa de São Paulo, DROAG, Caixa 25, 1967. Também publicado no *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 12.5.1967.

²⁰ O Conselho Estadual de Cultura fora criado pelo Decreto n.34.825 de 9.4.1959 e era ligado   Secretaria de Educa o.

Imagens do passado

de Paula, diretor do Museu de Arte e Arqueologia da USP; e pelo jornalista Francisco Ruiz Ribeiro.²¹

O projeto elaborado pela Comissão – que contara extraoficialmente com a colaboração de Paulo Duarte e Rodrigo Mello Franco de Andrade –, segundo Waldisa Russo,²² passaria pelo Gera com ordens expressas de não sofrer alterações de estrutura. Desse modo, embora alvo de críticas de funcionários administrativos relativas às representações do Conselho por não corresponderem aos órgãos que, naquele momento, se ocupavam da cultura em São Paulo, apenas foram verificados os dispositivos referentes à viabilização financeira do órgão.

Em agosto de 1968 o executivo encaminhou o projeto de lei para a aprovação na Assembleia. Nas considerações preliminares o governador ressaltava:

A preservação de tal patrimônio constitui, antes de mais nada, dever do Estado, não só pelo resguardo desses valores culturais da população, mas também pelos atrativos que deles resultam como imediata repercussão no âmbito do turismo.²³

O projeto tornou-se a Lei n.10.247, de 22 de outubro de 1968, promulgada por Abreu Sodré em cerimônia solenidade realizada no Palácio dos Bandeirantes, em dezembro do mesmo ano. Durante a solenidade, o governador foi condecorado com a medalha Martim Afonso de Souza, distinção conferida pelo Instituto Histórico e Geográfico de Guarujá-Bertioga a personalidades que se destacam por relevantes serviços prestados à pátria.²⁴

Na imprensa diária o processo de criação do Conselho não mereceu destaque e a cerimônia de assinatura foi anunciada sem comentários. Sua criação ia ao encontro da política federal de ampliação da participação do Estado em diversas áreas da produção cultural, fato, entre outras medidas, posteriormente firmado no documento resultante do Encontro Nacional para a Defesa do Patrimônio, o Compromisso de Brasília, de 1970.

²¹ *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 20.9.1967, p.7.

²² Entrevista concedida a Maria Lucia Pinheiro Ramalho e Walter Pires, em 24.4.1984, Centro de Documentação do Condephaat.

²³ *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 15.8.1968, p.55.

²⁴ *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 23.10.1968, p.1.

Imagens do passado

Nele, reconhecia-se a necessidade de uma “ação supletiva dos Estados e Municípios à atuação federal no que se refere à proteção dos bens culturais de valor nacional”.

Em janeiro de 1969, quando os nove membros do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico se reuniram pela primeira vez, apenas estavam estabelecidas as condições mínimas para o funcionamento do órgão.

Composto por conselheiros escolhidos pelo governador como representantes da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo; da Universidade de São Paulo, Departamento de História e Instituto de Pré-História; dos Institutos Históricos e Geográficos de São Paulo e de Guarujá-Bertioga; do Instituto dos Arquitetos do Brasil – Seção de São Paulo; da Cúria Metropolitana de São Paulo e da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o conselho deveria adotar

todas as medidas para a defesa do patrimônio histórico, artístico e turístico do Estado, cuja conservação se impunha em razão de fatos históricos memoráveis, do seu valor folclórico, artístico, documental e turístico, bem como assim dos recantos paisagísticos que mereçam ser preservados.²⁵

A lei, porém, que determinava sua competência era omissa em relação à estrutura administrativa necessária à sustentação das atividades. Essa foi sendo definida lentamente, e obrigou os conselheiros a acumularem, por um longo tempo, funções técnicas e administrativas, o que os levaria a protestar, paralisando as atividades do Conselho entre maio e agosto de 1969.

A urgência em regulamentar as atividades levou os conselheiros a elaborarem um anteprojeto de lei no qual procuraram contornar também o que lhes parecia falhas da Lei n.10.247, entre essas, a omissão relativa ao suporte financeiro das atividades preservacionistas e o uso dos edifícios pertencentes ao Estado e tombados que, segundo o estabelecido no Artigo 6º, deveriam ser utilizados exclusivamente para a instalação de museus, ou, ainda, a indeterminação das “autoridades competentes”, às quais o Artigo 2º remetia a decisão dos tombamentos²⁶ propostos. Na opinião de Paulo Duarte, conselheiro representante do Instituto de Pré-História, o tombamento cabia ao Conselho que, ao

²⁵ Lei n.10.247 de 22.10.1968.

²⁶ Tombamento é uma figura jurídica que protege da destruição e da alteração os bens culturais reconhecidos como portadores de valor cultural pelo poder público sem, entretanto, impedir sua alienação do bem.

Imagens do passado

contrário, deixaria de “ser o executor do preceito constitucional”,²⁷ tendo dessa forma seu trabalho invalidado.

O comentário de Paulo Duarte sugere adiante pretender-se para o Conselho extrema autonomia, condição própria dos que se propõem realizar uma “missão”. Algumas observações de Rodrigo M. F. de Andrade a respeito do anteprojeto – inspirado no Decreto n.25 que criara o Sphan em 1937 – parecem apontar para uma certa exacerbação de poderes, que comprometeria a constitucionalidade do projeto, especialmente no que se refere às restrições do exercício e uso da propriedade privada e a possíveis dificuldades de aplicação de uma lei estadual, diante de lei federal sobre a mesma matéria. Sugeriria, por isso, que o anteprojeto se referisse ao Artigo 172 da Constituição Federal de 1967, que colocava sob proteção especial do poder público “os documentos, as obras e os locais de valor histórico e artístico, os monumentos e paisagens naturais notáveis e as jazidas arqueológicas”; sugeriria também menção ao Decreto n.25 e, por último, que se estabelecesse a precedência dos bens tombados pela União, para a inscrição nos livros do Tombo.²⁸

Em 1^o de setembro de 1969, o governador assinou o Decreto-lei n.149 dispendo sobre o tombamento de bens; a regulamentação das atividades do Conselho seria, finalmente, estabelecida por um Decreto que não recebeu número, possivelmente calcado no anteprojeto de autoria dos conselheiros. Nele foram estendidas as atribuições do Conselho ao patrimônio arqueológico, o que, em parte, se deve ao empenho de Paulo Duarte, há muito envolvido na obtenção da proteção do Estado às áreas de interesse arqueológico. O Decreto estabeleceu, também, ser competência do secretário de Cultura, Esporte e Turismo a deliberação final sobre os tombamentos. Porém, não fazia referência ao apoio financeiro do órgão e à utilização dos bens públicos tombados.

Do ponto de vista administrativo, o Decreto estabelecia a figura de secretário do conselho deliberativo, eleito entre seus membros. O cargo foi ocupado pela primeira vez por Vinício Stein Campos, que nele permaneceu até outubro de 1971, quando Ruy de Azevedo Marques foi indicado para a Secretaria Executiva do Condephaat, criada pelo

²⁷ Reunião do Conselho, Ata n.2, 8.1.1969, Centro de Documentação do Condephaat.

²⁸ Carta a Luis Saia, em 2.2.1969, Arquivo 9^o CR IBPC, Pasta AD24.1, doc. 011.

Imagens do passado

Decreto n.52.620, de 21 de janeiro de 1971, que também estabelecia a composição e as atribuições das unidades técnicas do órgão.²⁹

À Secretaria Executiva, com exceção do conselho deliberativo, estavam subordinadas todas as unidades componentes do Condephaat: Comissão Técnica de Estudos e Tombamentos, Serviço Técnico de Conservação e Restauro, Seção Técnico-Auxiliar e Secretaria de Administração, cujas competências administrativas e técnicas também foram determinadas no Decreto. Os bens tombados deveriam ser inscritos em cinco livros do Tombo, o Arqueológico, o Etnográfico, o Paisagístico; o das Artes Aplicadas, o das Artes, o das Artes Populares e o Histórico.

Em 1975, ao iniciar sua gestão no governo do Estado, Paulo Egydio Martins criou a Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia,³⁰ à qual foi integrado o Condephaat. Pouco depois, em 3 de fevereiro de 1976, o secretário José Mindlin assinou o Decreto n.7.516 acrescentando ao conselho mais duas representações da Universidade de São Paulo – do Departamento de História da Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas –; uma da Comissão de Artes Plásticas do Conselho Estadual de Cultura; e uma da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), totalizando treze conselheiros.

Essas medidas atendiam à solicitação contida em um documento enviado ao secretário no qual fora apontada a duplicidade de representações dos Institutos Históricos e a falta de representação de áreas especializadas, o que, diante das cada vez mais frequentes exigências de decisão sobre o valor de áreas naturais e de coleções de pintura, se tornava imprescindível.³¹

Em razão disso, o Decreto também estabelecera a escolha de conselheiros em lista tríplice, acompanhada de *curriculum vitae* dos profissionais indicados pelas entidades representadas. O mesmo documento instituía, ainda, a vice-presidência do Conselho que da

²⁹ Também exerceram o cargo de secretário executivo do Condephaat: José Geraldo Nogueira Moutinho, 1977-1979; Aldo Nilo Losso, 1979-1983; Celso Marchi, 1983.

³⁰ Decreto n.5.929, de 15.3.1975.

³¹ Relatório de Atividades, 1974; organizado por Ruy de Azevedo Marques, entregue a José Mindlin em 31.3.1975.

Imagens do passado

mesma forma que a presidência, era de escolha do governador, entre os conselheiros designados.³²

Essas disposições foram posteriormente ratificadas no decreto que reorganizou a Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia.³³

Uma nova ampliação do conselho deliberativo efetivou-se em 1983, quando da reorganização da Secretaria de Cultura, criada pelo governador Paulo Salim Maluf, em 1979.³⁴ Foram, então, incluídas representações dos Departamentos de Ciências Sociais e Antropologia de todas as universidades públicas do Estado e ampliadas as representações dos Departamentos de Geografia, História e História da Arquitetura para a Universidade de Campinas e para a Universidade Estadual Paulista.

Outro Decreto, n.22.986, de 30 de novembro de 1984, acrescentou ao conselho deliberativo mais duas representações, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e da Secretaria de Esporte e Turismo, totalizando 25 conselheiros. Ao iniciar seus trabalhos, o Condephaat não contava com um setor técnico; embora não estruturado por lei, ele começaria a ser formado em outubro de 1969, por profissionais comissionados de outras secretarias. O arquiteto Carlos Lemos, que trabalhava no setor de engenharia sanitária da Secretaria de Saúde, foi o primeiro responsável pela “coleta de dados técnicos para os tombamentos em estudo”.³⁵ Em seguida, outro arquiteto, Raphael Glender, se transferiu do Instituto de Pensões do Estado de São Paulo para o Condephaat.

Os primeiros historiadores foram contratados a título precário somente em 1973. Dada a exiguidade de técnicos, grande parte dos serviços necessários era contratada fora do órgão e orientados por Carlos Lemos, que se tornou responsável pela Comissão Técnica de Estudos e Tombamentos. A inexistência de um corpo técnico próprio e estável dificultaria a reflexão sobre o trabalho e retardaria a possibilidade de estruturação de uma cultura de preservação própria do órgão. Ao mesmo tempo em que o Condephaat reproduzia, quase sem questionamentos, a ortodoxia do Sphan, a relação entre o Conselho e a Universidade, segundo as possibilidades da própria estrutura do Conselho, era tênue. Por si só, a presença

³² Decreto n.7.516, de 3.2.1976, respectivamente § 2º e 3º.

³³ Decreto n.7.730, de 23.3.1976.

³⁴ Decreto n.13.426, de 16.3.1979; a reorganização foi determinada pelo Decreto n.20.955, de 1.7.1983 que, no Cap.II, Art.162, estabeleceu a nova composição do Conselho.

³⁵ Reunião do Conselho, Ata n.28, 15.10.1969, Centro de Documentação do Condephaat.

Imagens do passado

de conselheiros representando as universidades embora especialistas em suas áreas, não garantiu a troca necessária entre a prática preservacionista e os centros de produção do conhecimento a partir do qual a noção de patrimônio poderia ampliar-se para a de objeto pluridisciplinar.

A contratação de um corpo técnico permanente para compor o Serviço Técnico de Conservação e Restauro (STCR) ocorreria apenas em 1982, compondo-se prioritariamente de arquitetos e historiadores.

O Condephaat – As práticas definem a política

O Condephaat foi criado no momento em que se acelerava a expansão do consumo e da cultura de massas no país. Embora o projeto modernista que pretendia definir a brasilidade e, nesse quadro, traçara a ação preservacionista como instituidora do passado da arquitetura brasileira já houvesse sido absorvido por outras tentativas de explicação do país, a ortodoxia criada pelo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional impunha-se ainda como única e adequada à missão de salvar a cultura nacional da destruição.

Tecida sob o argumento da perda, buscando a continuidade do que considerava autêntico e parecia se perder em meio ao desenvolvimento tecnológico ocorrido desde a modernidade, essa ortodoxia, aponta Santos,¹ valorizava a esfera pública como normativa, orientadora de uma ética. Por isso, ressalta a mesma autora, o Sphan fora organizado nos moldes de uma academia, na qual a estratégia de documentação permitia comprovar os valores históricos e estéticos nacionais e universais, o que revestia os tombamentos de um caráter de utilidade pública.

Em razão disso, as divergências relativas aos critérios, procedimentos e métodos a serem adotados para o reconhecimento da importância histórica de bens pelo Condephaat de pronto expressaram-se entre os conselheiros. Alguns, profissionais do patrimônio formados na perspectiva do Sphan, como Luís Saia, entendiam que os bens deveriam ser avaliados como documentos da arquitetura, o que implicava a valorização de aspectos como o das técnicas construtivas, dos materiais e das formas que lhe davam concretude e os tornavam testemunhos da história e da cultura brasileiras. Esses se oporiam frontalmente àqueles que pretendiam que antigos edifícios fossem valorados, predominantemente, como testemunhos da tradição nobiliárquica ou pela relação com a vida dos grandes heróis do passado.

¹ Santos, 1992.

Imagens do passado

Tais opiniões encontraram um ponto de convergência, a valorização do bandeirismo e dos primeiros anos da ocupação do litoral brasileiro, que representavam momentos básicos da memória histórica regional e nacional. As ações do Condephaat se orientaram inicialmente por essas balizas históricas às quais foi acrescentado o período clássico de expansão do café no Vale do Paraíba e na região de Campinas. Em plano absolutamente secundário permaneceram outros processos regionais de importância, como a industrialização.

Até 1987, os critérios de valoração de bens ampliaram-se sem que, entretanto, fossem definidas explicitamente políticas de preservação. Na ausência de referências maiores, as políticas culturais do Estado, as práticas do Condephaat foram circunstanciais e definiram políticas a partir da composição dos conselhos deliberativos, das pressões externas resultantes da vontade política do poder público, de interesses do setor privado, em especial os relativos à especulação imobiliária intensificada a partir da década de 1970, e de referências teóricas e conceituais assumidas por conselheiros e técnicos.

A influência dos setores sociais não representados no Conselho na determinação do patrimônio se fazia pelo uso do direito de todo cidadão solicitar tombamentos. Os pedidos, até a década de 1980, grande parte dos quais advindos de órgãos públicos, corroborariam o critério “valor histórico”. Por meio deles é possível avaliar-se a intensa penetração da história oficial nos diferentes estratos da população, pois os argumentos dos solicitantes eram, em geral, os da passagem de personagens históricos pelo espaço que se pretendia consagrar como patrimônio ou a posição social e nobiliárquica de seu proprietário.

A valorização da história oficial estabeleceu a consonância entre a ação do Conselho e a expectativa de parte da sociedade, embora outros fatores, como o precário estado de conservação dos bens tombados, influíssem negativamente na imagem do órgão junto à opinião pública.

A partir de então, alguns pedidos de tombamento começaram a apresentar argumentos referentes à memória de um grupo social ou à memória local e, também, à importância de manutenção das condições ambientais. O aparecimento desses argumentos correspondeu à ampliação do entendimento social sobre o patrimônio e sobre os direitos de cidadania que, se não foi de todo acompanhada por uma renovação na atuação do Condephaat, foi parcialmente assumida por ele, que se tornou pioneiro, no Brasil, na

preservação de áreas naturais por meio de tombamento. Esse movimento da sociedade incentivou, no âmbito interno, a ampliação de uma discussão que se fazia sobre alguns conceitos, desde os meados da década de 1970 e, entre eles, o de patrimônio. Antes restrito à definição de monumentos históricos, o termo passou a abranger outros objetos e, pouco a pouco, a ser entendido como referente ao conjunto da cultural material, e não apenas às formas arquitetônicas. Isso abriria as possibilidades de estender a proteção oficial para áreas naturais e urbanas de porte, bem como para a consideração da memória social como um dos vetores envolvidos na preservação de artefatos materiais.

Essa ampliação conceitual, porém, se refletiria apenas parcialmente na metodologia de trabalho adotado pelos técnicos e nos critérios determinantes das decisões sobre os tombamentos que continuariam influenciadas por circunstâncias de momento.

O estudo da trajetória dos primeiros dezoito anos de atuação do Condephaat indicou que, de modo a sistematizar o conhecimento de sua ação, fossem estabelecidas três fases, delimitadas cronologicamente com base na adoção de critérios e conceitos diferenciadores que, embora sempre mesclados com procedimentos anteriores, caracterizaram a definição de um perfil particular das práticas instituidoras de parte da memória oficial da sociedade paulista.

Com os olhos na tradição, de 1969 a 1975

Abelardo Gomes de Abreu, representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil no primeiro conselho deliberativo, recorda que a dinâmica deste era realmente interessante, porque cada conselheiro agia com estilo próprio e não existia uma orientação, uma diretriz bem-definida para os procedimentos.²

Apesar dessa impressão, desde logo conhecedores de procedimentos técnicos e de conceitos relativos à preservação, os conselheiros arquitetos procurariam desempenhar papel central no estabelecimento da metodologia do novo órgão, que acabou por tornar-se herdeiro e reproduzidor da ortodoxia do Sphan.

² Entrevista concedida à autora em 24.10.1991.

Imagens do passado

O primeiro processo de tombamento estudado foi o da casa do Barão de Jundiá, por meio do qual os conselheiros arquitetos procurariam estabelecer um paradigma para futuros casos, orientando o conselho em seu encaminhamento.³

Na mesma oportunidade proporião um procedimento geral de trabalho, a realização de um inventário do conjunto de bens de importância remanescentes no Estado e o estabelecimento de critérios de seleção e de prioridade de proteção.

De fato, os critérios para a atribuição de valores dos bens em processo de tombamento limitavam-se à consideração de sua materialidade e da representação para a história regional e da arquitetura. Assim, do ponto de vista arquitetônico, classificou-se a casa do Barão de Jundiá no respectivo “ciclo” econômico durante o qual fora construída, considerou-se a raridade desse tipo de habitação e o grau de manutenção de suas características construtivas originais. Além disso, o historiador Aureliano Leite, representante do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo no Conselho, examinou o caso e ressaltou a importância da família proprietária, sua atuação política e títulos nobiliárquicos, posição que justificava a necessidade de moradia de “aparência, feitiço e conforto”; quanto ao edifício propriamente dito, o conselheiro observava que ali teriam estado presentes

mãos hábeis, talvez as de um arquiteto, quem sabe se francês ou mesmo austríaco. Um simples gamela, um simples mestre-de-obras não seria capaz de uma vivenda deste quilate.⁴

E finalizava apontando um fato que por si só bastava “para torná-la histórica, para fazer dessa mansão uma relíquia de nosso passado”, a visita que D. Pedro fizera ao solar.

Expressando posição semelhante à de Aureliano Leite, o parecer do proponente e relator do processo, conselheiro Vinício Stein Campos, aproveitava para expressar sua visão sobre o que, entendia ele, deveria ser uma linha de ação para o Condephaat: os monumentos históricos do Estado, de interesse regional, “característicos de épocas sócio-econômicas em áreas bem demarcadas do Estado” e os de exclusivo interesse municipal,

³ Reunião de Conselho, Ata n.12, 19.3.1969, Centro de Documentação do Condephaat.

⁴ Processo de tombamento n.07.857/69, Centro de Documentação do Condephaat.

Imagens do passado

que nas velhas cidades paulistas recordam a vivência das gerações de outrora não apenas pela expressão arquitetônica e artística dos mesmos, como por serem eles o traço de ligação material entre o passado e o presente e a fonte de fecundas afirmações e conseqüências de ordem cultural, educacional e cívica, no tecido social do Estado, vitalizado a partir das células municipais.⁵

Além dos critérios históricos e arquitetônicos, o conselheiro pretendia estabelecer outros, o educativo e o cívico; por meio dessa proposta, que no Conselho encontraria estreito espaço de aceitação, ele retomava os pressupostos orientadores da criação do Serviço de Reconstituição Histórica Municipal e dos Museus Históricos e Pedagógicos.

As posturas expressas no primeiro processo de tombamento discutido definiam visões divergentes sobre o patrimônio e a disputa entre elas foi a do estabelecimento de um perfil de atuação para o Conselho. As divergências não seriam, porém, objeto de discussão – o que, talvez, tivesse possibilitado a emergência de uma definição mais precisa do escopo da ação pretendida. Desenvolvidas apenas pontualmente, em torno de aspectos técnicos, a busca de critérios de atuação esvaziou-se de sentido político. A indefinição do rumo a ser dado ao Condephaat mostra que a proteção do patrimônio não se inseria mais em um projeto para a sociedade, como o fora no caso dos intelectuais modernistas durante a década de 1930, mas restringia-se a ser campo de disputas simbólicas entre segmentos sociais. Além disso, não se tratava mais de reconhecer e dar a conhecer a cultura do país, mas de colocá-la pragmaticamente como um produto a ser oferecido no mercado de bens culturais.

Reduzida à procura de definições técnicas, a linha de atuação do órgão seria buscada com insistência, o que talvez, em 1971, tenha levado Luís Saia a observar que o Condephaat “não alcançara a graça de condições efetivas de funcionamento, eivado de vícios funcionais e operativos”, mas que havia notícias de que um possível remanejamento o poria a funcionar.⁶ Nesse mesmo ano, uma comissão de conselheiros composta por Eurípedes Simões de Paula, Nestor Goulart Reis Filho e Carlos Lemos estava elaborando critérios para a atuação de instância técnica do Conselho, a Comissão Técnica de Estudos e Tombamentos.

⁵ Ibidem

⁶ Saia, 1972, p.56.

Imagens do passado

O documento retomava alguns pontos definidos provavelmente em 1953 no *Sugestões para uma fórmula da colaboração*.⁷ Começava a definir o problema da preservação e tombamento por uma hierarquia de interesses – regional ou municipal, estadual e nacional –, o que mostra certa confusão entre os critérios de determinação do valor dos bens e a responsabilidade de sua proteção. Ao Condephaat caberia prestar assistência e supervisão técnica às prefeituras e tomba *ex-officio* os bens já tombados pelo Patrimônio Nacional. Suas atenções se concentrariam nos bens de interesse estadual “relacionados à história sócio-econômica e à arte da terra paulista”, sobre os quais deveria

efetuar um esboço histórico com o fim determinado de isolar e caracterizar nossos vários ciclos econômicos que plasmaram no tempo e no espaço nossa sociedade e, então passará a procurar e a escolher exemplares significativos desses vários ciclos com o fito de tombá-los.⁸

Os testemunhos dessas fases históricas, continuava o documento, estariam sendo “racionalmente escolhidos através de um critério pré-determinado, onde a coerência seria a tônica”. A determinação dos critérios de seleção dos bens continuava, porém, indefinida:

no campo da arquitetura, irá o Condephaat tomba e preservar restos relativos ao ciclo das bandeiras. Seriam tombados exemplares construtivos civis e religiosos urbanos e rurais, exemplares escolhidos após triagem amparada por justos critérios críticos.⁹

Ainda que presa ao período colonial, a proposta considerava outros “ciclos” econômicos, como o do café no Vale do Paraíba, e o Industrial. Palavra que envolve ideia de progresso, decadência e sucessão contínua de atividades exclusivas, o ciclo afigurava-se como forma de situar um bem material nos limites do tempo e do espaço dando-lhe historicidade, embora restrita, pois o critério econômico não atende à complexa rede de relações culturais presentes em um período histórico. A consideração do “ciclo industrial” significou, porém, um avanço em relação às concepções até então predominantes. Reconhecer a indústria como possível elemento definidor do valor de um bem significou incorporar a produção cultural de fases mais recentes da história como parte do que deveria

⁷ Iphan, Arquivo 9º CR, pasta AD24.1, doc. 006.

⁸ Processo n.00078/71, Seção de Protocolo, Condephaat.

⁹ Ibidem.

Imagens do passado

ser preservado, representou a aproximação com espaços cuja importância persistia viva na memória de boa parte da população urbana. Em relação à operacionalização, o documento previa certa normatização dos aspectos a serem considerados em cada bem:

os componentes da Comissão Técnica de Estudos e Tombamentos, cada um dentro de sua especialidade, estudam e justificam a escolha de peças a serem tombadas segundo um roteiro preestabelecido pelo Condephaat.¹⁰

O referido roteiro, se elaborado, não seria colocado em prática e o julgamento do valor dos bens continuaria dependente de pontos de vista particulares. Entretanto, o documento tentava definir as atribuições da Comissão Técnica de Estudos e Tombamentos, núcleo de fundamental importância para o desenvolvimento do trabalho do Conselho, uma vez que lhe cabia pesquisar para informar processos de tombamento e projetos de restauro, subsidiar a formação do cadastro de bens, dos arquivos internos e de publicações.

O idealismo que permeava as intenções dos que, possivelmente, elaboraram o documento ultrapassava de longe as possibilidades operacionais do órgão, carente de pessoal e recursos. Além das funções básicas de análise e fiscalização de bens, propunha-se que a Comissão procedesse ao inventário dos documentos históricos e iconográficos e das demais fontes para a História da Arte no Brasil, bem como à catalogação sistemática dos arquivos oficiais e particulares de modo a recomendar o tombamento da documentação de importância. Desse modo, davam-se mostras de que documentos sobre o suporte e papel começavam a ser valorizados pelo Condephaat.

A realização do inventário de bens culturais do Estado de São Paulo, considerado instrumento básico para a eficiência das ações preservacionistas, nunca se desenvolveram plenamente. Em 1972, atendendo a uma proposta de Carlos Lemos para que o inventário se procedesse gradualmente e por regiões, foi realizado um levantamento em Itu; depois de três anos ele havia se estendido para a região de Campinas e do Vale do Paraíba. Os estudos de tombamento, porém, não passariam a orientar-se por eles, mas continuariam a atender à sugestão dos conselheiros e à demanda do público; o Conselho continuaria também sem definir uma política de atuação.

¹⁰ Ibidem.

Imagens do passado

A sempre expressa preocupação com a “coerência” e com os “critérios críticos” revela a preocupação com a representatividade arquitetônica de um bem no universo de outros semelhantes, pois tratava-se de selecionar documentos arquitetônicos. O excessivo cuidado com a História da Arquitetura chegava a ser um empecilho à adoção de condutas determinadas por outras motivações. O apego aos critérios tradicionais de eleição do patrimônio edificado encontrava correspondência no campo jurídico, pois esse oferecia um único instrumento legal para o exercício da proteção do Estado, o tombamento. O tradicionalismo da área preservacionista faria crescer a incompatibilidade entre as ações de proteção e a dinâmica da própria sociedade, em especial nas grandes cidades onde a especulação imobiliária via no tombamento uma restrição de suas possibilidades de expansão.

O tratamento das edificações como patrimônio urbano não ultrapassava os limites da consideração de centros históricos como um único monumento histórico. Embora as experiências europeias – como a Lei Malraux,¹¹ que estabeleceu “setores preservados”, “manchas” dentro de um bairro ou cidade com qualidades justificadoras da existência de um plano permanente de preservação e valorização, ou o Plano Regulador de Bolonha,¹² experiência que integrou a preservação do centro histórico a solução de problemas urbanos e sociais, como o de moradia – fossem conhecidas entre os profissionais do patrimônio e, como elas, as vantagens decorrentes de outras formas jurídicas, como a listagem, se manteriam os procedimentos anacrônicos. Do ponto de vista dos conselheiros adeptos do culto nostálgico do passado, a concepção de cultura como erudição não compreendia a vida urbana contemporânea como expressão cultural, o que justifica seu alheamento em relação às novas posturas preservacionistas, que consideravam a aproximação entre o patrimônio e a cidade.

¹¹ A lei Malraux, de 4.8.1962, instituiu na França medidas excepcionais de proteção de antigos bairros, pois visava a conservação, restauração e valorização de conjuntos de imóveis, para o que previa investimentos públicos. O modelo francês de proteção aos monumentos históricos, lei de 1913, não dispensa o *classé*, classificação semelhante ao tombamento, mas que implica a participação financeira do Estado na conservação de bens particulares.

¹² Na cidade de Bolonha, o trabalho de revitalização do centro histórico iniciou-se em 1964; nele não se considerou a excepcionalidade dos bens, mas o fato de comporem a paisagem histórica que guardava as marcas de várias gerações que sucessivamente a haviam construído. A paisagem histórica era o presente dos espaços e foi tratada tendo em vista sua configuração presente, através de planos urbanísticos.

Imagens do passado

Por motivos diversos, impedidos de romper o excessivo apego às formas tradicionais de atuação, os conselheiros adeptos da ortodoxia do “Patrimônio” não conseguiram impor no Conselho parâmetros modernos de definição e de procedimentos patrimonialistas, ou obter do Estado um arcabouço legal e administrativo à realização de uma preservação adequada a seu tempo.

Em 1969, durante a discussão do anteprojeto do decreto-lei que regulamentaria a atuação do Conselho, o arquiteto Abelardo Gomes de Abreu propôs, sem sucesso, fosse acrescentado ao anteprojeto um artigo determinando que todos os planos diretores ou de reforma municipal ou estadual, que compreendessem a destruição de edifícios, fossem submetidos ao Condephaat, antes de sua aprovação pelos poderes locais.¹³ A resistência em assumir-se como órgão cuja atuação interferia na gestão urbana correspondeu a idêntico movimento externo ao Conselho. Mesmo quando algumas prerrogativas de intervenção na gestão urbana foram estabelecidas por lei, a atuação do Condephaat seria cerceada em razão dos interesses envolvidos.

É o caso da proteção do litoral norte do Estado, área de interesse turístico¹⁴ na qual o Conselho tornou-se, por força de lei, responsável pelo estabelecimento dos “padrões de ordem estética” a serem fixados pelo Estado. A instalação de cartazes e painéis, bem como a aprovação de construções e loteamentos nessa região – valorizada com a abertura da estrada Rio–Santos que acompanhava a costa – ficaria subordinada à normatização estadual.

Posteriormente, outro decreto¹⁵ estabeleceria novas áreas de interesse turístico, às quais se estendiam as atribuições anteriores do Conselho. Consideradas muito rígidas, as normas sobre a matéria traçadas por uma comissão de conselheiros responsável por elaborá-las foram amenizadas por propostas substitutivas de outros conselheiros e consignadas na Resolução n.1 do Secretário de Cultura, Esporte e Turismo.¹⁶

Um ano depois, um informe da Secretaria Executiva do Condephaat relativa às mudanças nas normas disciplinares das áreas de interesse turístico apontava como tendência do Conselho

¹³ Reunião de conselho, Ata n.10, 5.3.1969, Centro de Documentação do Condephaat.

¹⁴ Decreto-lei complementar n.2, de 15 de agosto de 1969.

¹⁵ Decreto n.52.892, de 7 de março de 1972.

¹⁶ Resolução n.1, SCET, 23.6.1972.

Imagens do passado

promover gradualmente as modificações, para não correr o risco de teorizar demasiadamente sobre os problemas que requerem enfoque realista e prático.¹⁷

o que evidenciava os limites das ações preservacionistas ao atingir interesses imobiliários.

O Condephaat tornava-se cativo do emaranhado das pressões de interesses, dos limites político-administrativos e das discussões de critérios de atuação, esses elementos essenciais mas não suficientes para definir uma política de atuação.

Assim o perfil do órgão permaneceria difuso, o que, além de causar perdas inestimáveis ao patrimônio, criava uma imagem pública de ineficiência. Os problemas não escapavam aos membros do Conselho, que algumas vezes buscaram apoio na reconhecida autoridade de instituições, como a universidade.

Um exemplo que caracteriza esta situação é o do parecer sobre o Palácio Pio XII, antiga residência dos arcebispos de São Paulo, no bairro do Paraíso, na capital, elaborado a pedido do Conselho, em 1971, por professores da Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo, Benedito Lima de Toledo, Eduardo Kneese de Mello, Nestor Goulart Reis Filho e Carlos Lemos, estes últimos membros do Condephaat.

O documento expressa algumas contradições do pensamento preservacionista. Inicialmente os professores criticavam o Condephaat por não lhes fornecer critérios orientadores, teciam considerações sobre critérios de tombamento – raridade, excepcionalidade, importância documental – que eram exatamente os utilizados pelo órgão, diferenciavam tombamento e conservação, citavam recomendações, experiências internacionais e formas legais de proteção mais ágeis que o tombamento e, por fim, reclamavam maior eficiência do Conselho:

Pedem-nos para dizer se um edifício determinado pode ser tombado. A resposta é que esse tombamento só terá sentido se for parte de uma política geral, devidamente expressa e apoiada por um órgão técnico que possa tornar essa preservação operante.¹⁸

Embora mostrando-se atualizados em relação às modernas formas de proteção aos bens culturais, ao analisar o Palácio, os professores se utilizaram de critérios estéticos

¹⁷ Informação SE 48/73, Processo Condephaat n.277/73, Seção de Protocolo do Condephaat.

¹⁸ Processo de Tombamento n.00043/71, Seção de Protocolo do Condephaat.

Imagens do passado

tradicionais fundados na valorização da arquitetura brasileira e, por isso excludente de “estilos importados”, como o eclético que orientara a construção daquele edifício.

Os professores arquitetos consideraram haver sido a residência executada “a partir de um risco amadorístico”, “sem unidade plástica” ou “linha estética”, portando acréscimos posteriores que “desvirtuavam o prédio original”. E concluíam:

sob o ponto de vista arquitetônico o prédio em questão insere-se no movimento eclético que caracterizou a segunda metade do século passado, não apresentando méritos que o distingam dos demais exemplares dessa época...¹⁹

E, voltando ao problema da definição de uma política preservacionista, acrescentavam ser

inoportuno o tombamento do Palácio Pio XII, enquanto os poderes constituídos, tanto estadual como municipal, não estipulem de modo claro e preciso uma política de preservação de nossos bens culturais.²⁰

O antieclétismo expresso pelos analistas do Palácio Pio XII era um dos componentes básicos da atuação do Patrimônio Nacional e fora motivo do desaparecimento de importantes exemplares que desde a Belle Époque vinham pontuando as capitais brasileiras; o nacionalismo arquitetônico foi tão extremado que atingiu até mesmo exemplares que, do ponto de vista da história oficial, guardavam importância, como o Palácio do Imperador, em Itapura, construção do início da segunda metade do século XIX, destinada ao abrigo das forças militares que guardavam as fronteiras do sul do país. Sobre seu tombamento pelo Condephaat, Luís Saia opinou não haver “nenhum sentido histórico no edifício, construção de um alemão, sem nenhuma vinculação com a arquitetura tradicional do Brasil”.²¹ O sentido histórico referido possivelmente fosse o relativo à História da Arquitetura, pois, sob o ponto de vista da história oficial, tratava-se de um lugar de importância, uma vez que testemunho da delimitação do território nacional. De fato, o que parecia um oposição de defesa da cultura nacional era de negação da historicidade da cultura material e da constante renovação dos sentidos a ela atribuídos pela sociedade.

¹⁹ Ibidem.

²⁰ Ibidem.

²¹ Reunião de conselho, Ata n.15, 9.4.1969, Centro de Documentação do Condephaat.

Imagens do passado

Posteriormente, Carlos Lemos²² comentaria que a postura do órgão federal fora levada muito a sério e, ao mesmo tempo que servia de guia, provocava equívocos dos quais resultavam posições incongruentes diante de casos da mesma natureza.

No início da década de 1970, começava a emergir uma revisão dessa postura excludente, talvez, também, sob influência da abertura em curso na própria historiografia.²³ Embora ainda não as considerando dignas de tombamento, forma máxima de reconhecimento do valor de um bem, os profissionais do patrimônio passaram a admitir o valor histórico de edificações que não se enquadravam na “arquitetura tradicional” e para o reconhecimento das quais eram adequadas formas não tão consagradas, como a listagem. O exemplo utilizado no parecer sobre o Palácio Pio XII para compará-lo com edificações que lhe eram contemporâneas é esclarecedor, pois permitia incluí-lo no “rol (*listing*) de exemplares significativos da fase cafeeira do fim do século”, embora os pareceristas considerassem que

uma lista de exemplares importantes da mesma época fatalmente seria encabeçada pelo Palácio dos Campos Elíseos, residência ilustre de Elias Chaves, projetada por arquiteto de valor, pela residência Álvares Penteado, pela residência ainda perfeitamente conservada (inclusive no que diz respeito ao equipamento) dos Alves de Lima, na confluência das Alamedas Guaianazes e Nothmann, pela residência do intelectual René Thiollier, na Avenida Paulista, e ainda envolvida por manto antigo remanescente do velho Caaguaçu e pela importante e histórica Chácara do Carvalho, que pertenceu aos Silva Prado.²⁴

A prática preservacionista permaneceria, porém, intocada. O *listing* foi adotado por um órgão que não tinha entre suas atribuições o reconhecimento do valor cultural dos bens, mas tinha sob sua competência o planejamento urbano. Em 1974, a Coordenação Geral de Planejamento (Cogep), da Prefeitura de São Paulo, hoje Secretaria Municipal de Planejamento (Sempla), iniciou o cadastramento das edificações e logradouros paulistanos a serem protegidos.

²² Entrevista concedida à autora em 15.10.1991.

²³ D'Alessio (1994) aponta que, nesse período, o Império e a República começaram a ter a preferência dos mestrandos e doutorandos; em meio a grande diversificação temática, autores modernos, como Le Goff e Hobsbawm, começam a ser frequentemente citados.

²⁴ Processo de Tombamento n.00043/71, Seção de Protocolo do Condephaat.

Imagens do passado

Carlos Lemos,²⁵ que com Benedito Lima de Toledo foi responsável pelo trabalho, afirmou em uma entrevista que o cadastramento fora orientado pelo moderno conceito de bem cultural que permitia congelar certas “fatias” da cidade, até as de época mais recente, o que não era cabível no “velho sistema”, o do patrimônio histórico que “preocupava-se com a forma externa e a excepcionalidade estética, o purismo do estilo”. E concluía: “No sentido moderno da arquitetura e da antropologia, interessa estudar, por dentro da forma, um documento de como vivia um segmento social daquela época”.

O conceito de patrimônio alargava-se, portanto. O trabalho, inspirado na experiência francesa de criação de “setores preservados”, tinha por objetivo orientar a nova legislação de zoneamento urbano em São Paulo, cidade então convulsionada pelas obras do Metrô, a partir da consideração de “manchas”, nas quais se incluíam os bens culturais significativos dos diferentes períodos de desenvolvimento da cidade, classificadas como Z8-200, e sujeitas a medidas específicas incluídas na legislação de uso e ocupação do solo do município, a Lei n.8.328/75.

A inclusão de medidas de proteção ao patrimônio na legislação urbana representou um avanço significativo que apontava um caminho prático para a recolocação do problema da preservação do patrimônio e do papel dos órgãos exclusivamente voltados a essa atividade. O tombamento já se mostrara uma medida ineficaz de preservação e sua imagem estática se reflete na observação de Benjamim Ribeiro, presidente da Cogep:

Planejamento urbano não é simplesmente questão de tombamento. Nossos interesses estão ligados à legislação de zoneamento que não é passado, mas presente vivo.²⁶

À imagem estática dos órgãos de preservação opunha-se a dinâmica da ação planejadora; à resistência dos profissionais da preservação e do Estado à mudança, respondia-se com o poder da renovação das formas de operar o patrimônio. Aos órgãos de planejamento coube adaptar alguns aspectos, mais procedimentos que conceitos, das experiências europeias que vinham se acumulando desde o pós-guerra.

²⁵ *Visão*, 23.6.1975, p.28.

²⁶ *Ibidem*.

Imagens do passado

Em 1974, a realização de um curso para diplomados em arquitetura trouxe um arejamento das perspectivas patrimonialistas. Atendendo ao Compromisso de Brasília, a Restauração e Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos resultou de um convênio entre o Ministério da Educação e Cultura e a Universidade de São Paulo. Coordenado pelo Condephaat, Iphan e Departamento de História da Arquitetura da FAU-USP, o evento contou com a participação de especialistas estrangeiros, entre os quais Hügues de Varine-Bohan, que havia dirigido o Conselho Internacional de Museus (Icom), da Unesco, durante muitos anos.

No dizer de Ulpiano Bezerra de Meneses,²⁷ conselheiro do Condephaat e um dos coordenadores do curso, durante as aulas de Varine-Bohan, pela primeira vez foram tratados “conceitualmente temas conceituais” referentes ao patrimônio, o que até então encontrara forte resistência entre os especialistas.

Ao discutir o conceito de patrimônio, Varine-Bohan abriu aos especialistas o caminho para a compreensão da complexidade e amplitude das ações preservacionistas. Admitindo as inúmeras interpretações do conceito e sua mutabilidade, o professor mostrou o patrimônio como um fato cultural composto por três categorias de elementos, o meio ambiente, o conhecimento e tudo o que o homem fabricou, isto é, os bens culturais. Segundo ele, a consideração desse conjunto traz como consequência a recusa das distinções, das

classificações cômodas, úteis, entre monumentos e objetos, entre sítios e monumentos, entre pintura e escultura, entre arte popular e arte erudita, entre uma máquina que incluímos na história das técnicas e um arado que chamamos de folclórico etc.²⁸

Abordando diferentes aspectos da questão preservacionista, tendo como ponto de partida o ponto de vista antropológico de patrimônio, Varine-Bohan colocou dúvidas sobre procedimentos técnicos considerados indiscutíveis, a exemplo do inventário que, enquanto classificação sistemática de categorias, chamou de “instrumento de pesquisa universitária”, que não possibilita o conhecimento do verdadeiro significado dos objetos, em contraposição ao “inventário operacional”, realizado com a concorrência de várias

²⁷ Entrevista concedida à autora em 13.12.1991.

²⁸ Varine-Bohan, s. d., p.5.

Imagens do passado

disciplinas e orientado no sentido do conhecimento das “formas culturais dos moradores tradicionais da região”. Seriam

estudos sistemáticos, não para conservar tudo, mas para conhecer a tipologia e a inserção das formas nas regiões de modo a poder orientar as pessoas, (...) não quebrar o desenvolvimento cultural de antes e depois, e para chegar a uma continuidade um pouco racional.²⁹

Entendendo a preservação como ação cujo alvo era o homem e não as coisas, Varine-Bohan lançou aos preservacionistas que o ouviam uma pergunta inquietante – “Por que vocês querem conservar o patrimônio?”³⁰ – que marca o início da problematização das posturas que orientavam a preservação no Condephaat, e da crítica da atuação preservacionista até então desenvolvida.

Antonio Luiz Dias de Andrade, que àquela época iniciava sua atuação na área de patrimônio, hoje percebe a importância do curso para sua formação:

Bohan discutiu aquelas questões mais conceituais, mais relativas a uma política de preservação. Na verdade, foi a primeira ocasião em que tive contato com problemas assim de forma mais intensa, porque até então o que se discutia eram os problemas cotidianos, as idéias que o Saia tinha; ... enfim, tudo aquilo me aparecia de maneira acabada, não me parecia terem grandes questões, porque importava desenvolver os trabalhos que até então tinham sido possíveis. Os problemas estavam mais ou menos resolvidos. Nesse curso eu percebi que não estavam resolvidos coisa nenhuma, até por posições dos profissionais, de discussões que ocorreram em classe durante o curso.³¹

O curso influenciou também os profissionais já experientes, como Carlos Lemos,³² que registra esse fato em seu trabalho *O que é patrimônio histórico*, e o reafirmou recentemente:

meu conhecimento era mais intuitivo e em cima destes textos [publicados na *Revista do Patrimônio*] e algumas leituras, uma coisa que surgia aqui, uma lá. Na verdade eu aprendi mesmo alguma coisa, passei a olhar com outros olhos, foi a partir do curso que o Varine fez em 1974.³³

²⁹ Ibidem, p.7 e 13.

³⁰ Ibidem, p.14.

³¹ Entrevista concedida à autora em 29.9.1991.

³² Lemos, 1982.

³³ Entrevista concedida à autora em 15.10.1991

Imagens do passado

De grande importância no plano da formação individual da segunda e terceira gerações de profissionais dedicados ao patrimônio, essa abertura conceitual se refletiria tardia e parcialmente na prática institucional. Embora adotando a nomenclatura “patrimônio cultural”, o Condephaat continuou a operar com antigos conceitos, métodos e critérios. No corpo técnico, instância própria a seu desenvolvimento, o excesso de solicitações não deixava espaço para a sistematização das reflexões e experiências do cotidiano; no colegiado, onde, parece, se concentravam as expectativas de atendimento a essas questões, as possibilidades de resolução eram, porém, mínimas, dado o caráter temporário de sua formação e ao fato de muitos conselheiros terem contato com a problemática preservacionista apenas ao assumirem o Conselho. Declara o ex-conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses:

o próprio interesse por esse tipo de problema só surgiu depois que eu comecei a atuar no Condephaat, ... antes era um problema genérico de cultura material que me interessava, mas, aquilo que especificamente se pode chamar patrimônio cultural foi só depois de ter assumido as funções de conselheiro.³⁴

Considerando-se esses aspectos, explicam-se em parte as dificuldades de adoção de conceitos e de reflexão sobre o trabalho do órgão. No caso de Ulpiano Bezerra de Meneses, dada sua formação e tempo de permanência no órgão – cerca de 15 anos, entre 1971 e 1987, como representante do Instituto de Pré-História, da Comissão de Artes Plásticas e do Departamento de História da USP – houve a oportunidade de desenvolvimento de uma reflexão teórica, baseada em conceitos da História, da Sociologia, da Antropologia e da Arqueologia, que orientou procedimentos que se tornaram paradigmáticos no órgão, influenciou a formação de seus técnicos, mas não logrou fundamentar uma política de atuação, uma vez que ela é resultante não apenas de definições teóricas, mas, sobretudo, da disposição política dos governantes e das reivindicações do direito de cidadania pela sociedade.

Considerando o patrimônio como um conjunto de objetos que, acima de suas características físicas, representam as relações entre os homens, o conselheiro introduziu novos referenciais de avaliação de bens culturais paulistas. Provavelmente a discussão

³⁴ Entrevista concedida à autora em 11.2.1992.

Imagens do passado

desses conceitos cuja matriz é a mesma dos apresentados por Varine-Bohan e representavam a mais contemporânea postura internacional, seja responsável pelas definições presentes no relatório de atividades do Condephaat em 1974, segundo o qual “o patrimônio cultural engloba, em síntese, os ‘artefatos’ da sociedade, compreendidos no sentido lato, ou antropológico da expressão”, no qual passaram a estar incluídos os

valores trazidos pelos imigrantes surgidos no final do século XIX, ou daqueles importados pela classe dominante, desde os primitivos tempos coloniais.³⁵

Em que pese ser o relatório um documento oficial no qual a retórica por vezes mascara as contradições da atuação do órgão, é possível entrever indícios de que a ortodoxia até então dominante começava a ser revista. O documento atribuía ao caráter “amadorístico”, que presidira a constituição do Conselho, a precariedade de critérios e métodos que o levava a escolher os bens culturais pelo simples critério de excepcionalidade. Palavras como “revitalização”, “simbolismo” e “bem cultural” denunciavam o contato com novos conceitos e, contraditoriamente, estavam alinhados à costumeira ênfase ao monumento edificado e a procedimentos técnicos como o do inventário, demonstrando que, na prática, pouco ou nada se modificara.

Às dificuldades metodológicas e teóricas do Conselho somavam-se as crônicas da administração pública, falta de recursos materiais e humanos. Se, de um lado, esses fatores não possibilitaram ao Condephaat estruturar-se de modo a interferir com eficácia na gestão urbana, de outro, as intervenções causavam problemas ao desenvolvimento de projetos do poder público para as cidades e, não raro, feria interesses particulares, o que o tornaria vulnerável diante da opinião pública e mesmo no âmbito da própria secretaria de Cultura, onde também era criticado pela morosidade de suas decisões.

Vários são os exemplos de desrespeito às determinações legais que respaldavam as ações protetivas do Condephaat, resultando em destruição de exemplares de importância mesmo quando em estudo de tombamento, sem nenhuma consequência para os infratores. Um caso típico, em que a falta de uma política de atuação e a fragilidade do órgão de

³⁵ Relatório de atividades, 1974, organizado pelo Secretário Executivo do Condephaat, Ruy de Azevedo Marques, ao Secretário de Cultura, Ciência e Tecnologia, José Mindlin, em 31.3.1975.

Imagens do passado

preservação do governo paulista ficou evidente, foi o da Vila Fortunata, em 1972.³⁶ A residência, projeto de Augusto Fried, fora construída em 1903, na Avenida Paulista, constituindo um dos primeiros marcos de ocupação daquela via.

No início da década de 1970, um projeto de renovação urbana, desenvolvido pela Prefeitura de São Paulo, naquela tradicional via, resultou em descaracterizações, como o alargamento do leito carroçável e a perda dos jardins das residências. Esse projeto, de grande impacto em uma área que marca uma das etapas do desenvolvimento urbano de São Paulo, não sensibilizou o Condephaat para as previsíveis destruições decorrentes da valorização imobiliária da região, e, dada a limitação de sua autoridade às edificações tombadas ou em processo de tombamento, ele foi desenvolvido sem sua participação. A atenção para uma possível ação protetiva só seria despertada quando o arquiteto Benedito Lima de Toledo sugeriu, pela imprensa, o tombamento da Vila Fortunata, ameaçada de demolição, pois tratava-se de “monumento arquitetônico insubstituível” que havia pertencido ao poeta René Thiollier.

Aberto o processo de tombamento, a residência foi demolida e o Condephaat, revelando a timidez de seu posicionamento, limitou-se a arquivar o processo e acatar a sugestão de Luís Saia de

realização de um levantamento da Paulista de modo que os tombamentos obedecessem a um plano de conjunto,³⁷

o que não se efetivou senão depois da destruição da maior parte das residências ali existentes, fato ocorrido em 1982.

Ao fim de seis anos, os limites das possibilidades políticas de funcionamento de um órgão de patrimônio no quadro de distanciamento entre a sociedade e o Estado estavam delineados e reforçavam a concepção culturalista que orientara sua instituição, pois o tornaram cada vez mais voltado para o passado.

Do ponto de vista conceitual, embora acrescentando elementos à herança que recebera do Patrimônio Nacional, a prática do Condephaat mantivera-se nos limites da ortodoxia cujos princípios foram reafirmados durante uma entrevista concedida por Luís

³⁶ Processo de Tombamento n.00226/72, Seção de Protocolo do Condephaat.

³⁷ Reunião de conselho, Ata n.139, 1.11.1972, Centro de Documentação do Condephaat.

Imagens do passado

Saia em 1975, na qual o conselheiro pronunciava-se contra os “saudosistas” que pretendiam tombar exemplos de má arquitetura, como o Mosteiro de São Bento, a Sé, os casarões da Paulista e outros exemplares, resíduos da “importação de estilos” ocorrida no Brasil.

O que está ocorrendo em São Paulo é engraçado para não dizer que é lamentável ou irresponsável. Qualquer coisa velha, sem o menor valor representativo é apontada como coisa tombável. Inclusive e principalmente uma certa arquitetura que, se representa alguma coisa, representa coisa infeliz e quase apodrecida.³⁸

Se a fala de Saia visava diretamente aos culturalistas do passado, com quais mantinha constantes atritos no Conselho, não deixava de refletir as mudanças que se anunciavam e que, até certo ponto, retirariam o patrimônio de seu nicho sagrado. Ele deixara de ser objeto da “missão” de uma elite, para ser valorizado por seu potencial de promover a fruição do tempo passado aliada ao lucro dos empreendimentos turísticos.

Considerando o presente, de 1975 a 1982

Em março de 1975, o Condephaat passou a fazer parte da Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, criada por Paulo Egydio, recém-nomeado governador de São Paulo.

Essa mudança não trouxe transformações administrativas para o Conselho, mas coincidiu com um momento em que, sob o impacto das ideias de Varine-Bohan, especialmente o conceito de patrimônio cultural e a reflexão ocasionada por sua pergunta sobre a finalidade da ação preservacionista abririam um campo para a discussão e o amadurecimento de novos conceitos, iniciando-se, por isso, o questionamento dos procedimentos e da orientação única até aquele momento aplicada ao patrimônio.

Em meio a contínuas contradições, o Condephaat adotaria novos objetos de proteção, escolha reveladora de uma concepção de ação preservacionista até então inédita, que colocava como finalidade última o homem, produtor de cultura. Sob a influência de Aziz Ab’Sáber, representante do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, o tombamento passou a ser adotado como medida de proteção ao meio ambiente e,

³⁸ Soares, D. Afinal que obras devem ser preservadas? *Folha de S.Paulo*, 4.5.1975, p.26.

por essa vertente, o patrimônio passaria a ser entendido em sua dimensão urbana, tornando-se instrumento de elevação da qualidade de vida.

Essa postura coincide com outra, a da sociedade que, em meio a movimentos de oposição e resistência à ditadura, começava a entender, por meio da perspectiva da ecologia e da memória, a preservação como um direito social, aspecto revelado no crescente defesa de bens por setores organizados da sociedade.

No plano federal, porém, a dinâmica orientou-se em outro sentido, embora também questionador das antigas práticas preservacionistas. Inovações, implantadas por Aloísio Magalhães, implicaram ampliar a atuação do Patrimônio Nacional para além dos “monumentos de pedra e cal”, por meio do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), e valorizar o potencial turístico do patrimônio pelo Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PRCH). O Programa pretendia criar linhas de crédito especiais para o restauro de imóveis destinados ao aproveitamento turístico, a concessão de incentivos tributários, a formação de mão de obra especializada em restauro e instituir a inclusão da legislação protetora do acervo cultural, histórico e artístico, incluído nos planos diretores de desenvolvimento urbano.³⁹

A possibilidade de obtenção de recursos federais por meio do PRCH levaria o Condephaat a realizar em 1978 – quando completava dez anos de atividades e recebia críticas da imprensa por suas poucas realizações⁴⁰ – um levantamento que, considerada a representatividade de algumas cidades ante a história do Estado, serviu para a elaboração do Programa de Núcleos e Cidades Históricas⁴¹ que se desenvolveria até meados da década seguinte.

O Programa representou a reafirmação do procedimento ortodoxo de instituição do patrimônio, pois detinha-se nos limites da consideração dos núcleos originários das cidades como um único monumento histórico e, assim, pautava as ações preservacionistas pela representatividade histórico-arquitetônica dos conjuntos. Essa postura, desde os meados da década, convivia com outra que pretendia abarcar em um objeto, o meio ambiente, vários domínios do fazer dos homens.

³⁹ Plano de Cidades Históricas: uma esperança. *CJ Arquitetura*, n.17, p.114-8, 1977.

⁴⁰ Condephaat, 10 anos e quase nada, artigo de Pedro Zan em *O Estado de S.Paulo*, 22.10.1978.

⁴¹ Foram incluídas no programa as cidades de Iguape, Cananeia, Iporanga, Itu, Bananal, São Luiz do Paraitinga, Santana de Parnaíba e São Sebastião.

Imagens do passado

A abertura do Condephaat à proteção do meio ambiente nasceu, por um lado, do arejamento provocado pelo já referido contato com novas ideias e, por outro, como desdobramento de atividades desenvolvidas na área de planejamento que, no Estado de São Paulo, desde a década de 1960, se tornara instrumento de governo, atendendo à crescente tecnização da administração pública.

A gestão de Paulo Egydio Martins no governo do Estado pautou-se por uma estratégia traçada a partir do Diagnóstico 75, um conjunto de estudos desenvolvidos por especialistas, que teve como ponto central a interiorização da economia paulista enfatizando também a necessidade de preservação do meio ambiente.

Tendo em vista esses fatores, no início de 1976, o Conselho de Governo aprovou a Política de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado, elaborada pela Secretaria de Economia e Planejamento. Essa política tinha em vista criar condições para a descentralização industrial, melhorar a qualidade de vida na Grande São Paulo e atenuar os desequilíbrios regionais.

O governo paulista pretendia estabelecer normas para o uso do solo que permitissem a retomada do equilíbrio entre espaço público e privado, apoiando-se em instrumentos como o “solo criado”,⁴² também utilizado em algumas cidades, como Nova York, São Francisco e Chicago, para a proteção do patrimônio arquitetônico.

Em 1977, ao completar a segunda fase do cadastramento de bens culturais realizado para a Cogep, Benedito Lima de Toledo e Carlos Lemos também sugeririam sua utilização pontual do “solo criado” como forma de esvaziamento das pressões econômicas que afetavam a existência de antigas edificações paulistanas.

O “solo criado” tinha por base jurídica a separação entre o direito de propriedade e o de construir, amplamente discutida desde o início da década de 1970. Tal dissociação seria consagrada na Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, “Habitat”, realizada em Vancouver, em junho de 1976, que, ao reconhecer “o direito do Estado de

⁴² O “solo criado” abria a possibilidade de um proprietário, que desejasse construir em uma área superior à permitida pelo coeficiente de ocupação da zona em que se localiza seu terreno, comprar de particulares ou do poder público área equivalente àquela que excedesse o permitido. Os estudos sobre “solo criado” foram coordenados por Domingos Theodoro de Azevedo Netto e realizados pelo Grupo Executivo da Grande São Paulo (Gegran), órgão da Secretaria de Planejamento, e pelo Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal (Cepam), da Secretaria de Estado de Negócios do Interior. Em dezembro de 1974, um relatório de Azevedo Netto sobre controle e uso do solo fez parte de um estudo preparatório do governo Paulo Egydio.

fiscalizar o uso, a propriedade, a disposição e a reserva de terras”, assegurando a este “o direito de planejar e administrar o uso do solo de modo a permitir a realização dos objetivos básicos da reforma social e econômica de cada Nação”, reafirmava a supremacia do interesse público sobre o privado e a importância do planejamento como instrumento político e administrativo.⁴³

Na Política de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado estava incluído o Programa de Preservação e Revitalização do Patrimônio Ambiental Urbano que, elaborado no interior da Secretaria de Economia e Planejamento, absorvia as diretrizes traçadas pelo governo federal por meio da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana e pela Política Nacional de Cultura, que preconizavam o desenvolvimento sem a destruição dos referenciais característicos de “nossa” cultura.⁴⁴

Talvez também influenciado pelos ecos das discussões desenvolvidas na Europa⁴⁵ sobre as relações entre meio ambiente, patrimônio e planejamento, o Programa foi desenvolvido sob a coordenação técnica do arquiteto Eduardo Yazigi e contou com a participação de técnicos de outras secretarias, a de Negócios Metropolitanos, a de Esporte e Turismo e a de Cultura, Ciência e Tecnologia, esta representada pelo Condephaat, na pessoa de Carlos Lemos, diretor do Serviço Técnico de Conservação e Restauro.

Ao Condephaat caberia estabelecer critérios para seleção e classificação de informações referentes a preservação e restauro.⁴⁶ Em meados de 1976 os trabalhos estavam terminados. Em ofício enviado ao Condephaat em fevereiro do ano seguinte, Maria Adélia A. de Souza, coordenadora da Ação Regional da Secretaria de Economia e Planejamento, informava que o Programa sofrera “pequenas modificações em função de adequá-lo às exigências técnicas e orçamentárias”, que acabaram por ampliar o conceito de

⁴³ Uma política para salvar os bens culturais de São Paulo, *CJ Arquitetura*, n.17, p.27, 1977.

⁴⁴ Memorando, *CJ Arquitetura*, n.16, p.4, 1977.

⁴⁵ O Conselho da Europa desenvolveu, em 1970, uma campanha para sensibilizar a opinião pública e os governos para a proteção da natureza; em 1973, por meio de uma recomendação, apontava a necessidade de serem adotados planejamentos regionais que considerassem os aspectos físicos, econômicos e sociais, de modo a reequilibrar as relações entre cidade e campo, promovendo a modernização rural, a descentralização industrial e a melhoria da qualidade do meio ambiente. Três anos depois, a Carta Europeia dos Solos afirmava a necessidade e o direito de os governos e os poderes administrativos planejarem a ocupação do solo, de modo a protegê-lo do esgotamento e da destruição advindos de obras inadequadas às suas características. Detti (1980).

⁴⁶ Processo n.20.025/76, Seção de Protocolo do Condephaat.

Imagens do passado

patrimônio que passaria a “definir também aspectos sócio-culturais que impregnam todas as edificações, mesmo as de caráter recente”.⁴⁷

O Programa, de fato, recebera nova versão duramente criticada por Carlos Lemos que, embora declarando-se partidário do conceito de patrimônio ambiental urbano, julgava ser ela excessivamente enfática nos aspectos sociais. “Esse patrimônio deve ser encarado mais sob o enfoque material – deve ser ligado, o nome assim indica, ao ambiente, ao meio físico, ao espaço urbano, ao espaço arquitetônico”, a “elementos tangíveis”, pois, considerava o arquiteto, os objetivos da preservação eram as marcas dos homens e não quem presentemente as usufruía ou produzia. Lemos observava, ainda, haver divergências entre preservadores e planejadores, políticos e administradores de cidades, advindas não apenas de postura tecnicistas, mas também das pressões dos interesses imobiliários e indicava a necessidade de se atentar para a reformulação das leis relativas à gestão urbana.⁴⁸

A inclusão do patrimônio no planejamento urbano por iniciativa dos órgãos responsáveis pela gestão urbana se significava um passo para agilizar a proteção do Estado aos bens culturais, também explicitava o esgotamento da ação protetiva até então adotada, quer no plano federal, quer no estadual. A situação de crise presente na área preservacionista e, possivelmente, o confronto entre duas áreas de desempenho profissional do arquiteto, mereceria uma recomendação do IX Congresso Brasileiro de Arquitetos, realizado em 1976, para que as seções do IAB aprofundassem as discussões a fim de revisar o conceito de patrimônio e os critérios de seleção de bens a serem preservados, de discutir a quem cabia selecioná-los e a questão de seu uso, bem como as contradições geradas pela ação dos órgãos responsáveis pela preservação.⁴⁹

Para os planejadores envolvidos no Programa, o patrimônio histórico era “um elemento a mais na composição da cidade contemporânea, parte integrante do meio ambiente”. O conceito de patrimônio ambiental urbano, acreditavam, era mais amplo e inclusivo que aquele que orientara as práticas preservacionistas até então, pois, em lugar da singularidade e da monumentalidade, reconhecia em diferentes espaços urbanos os valores

⁴⁷ Programa de Preservação do Patrimônio Ambiental Urbano, Centro de Documentação do Condephaat, 1976, mimeografado, também Processo n.20.025/76, Seção de Protocolo do Condephaat.

⁴⁸ Processo de tombamento n.20.025/76, Centro de Documentação do Condephaat

⁴⁹ Contra a destruição do nosso patrimônio, *CJ Arquitetura*, n.14, p.109-10, 1976.

Imagens do passado

histórico, social, cultural, formal, técnico e afetivo que caracterizavam a cidade. Entendendo a noção de natureza como espaço em que o homem projeta sua cultura, e a de cultura no sentido material e ideativo, os planejadores apresentavam o patrimônio ambiental urbano como um conceito capaz de abarcar os aspectos sociais do espaço, pois o percebiam como portador de significados. Quanto à compreensão do que era histórico, o Programa afirmava entender as representações de “qualquer passado e não apenas o ligado aos grandes feitos”.⁵⁰

Embora tendo em conta que o processo de criação de significados fosse o mesmo nas áreas rurais ou urbanas, o Programa atendia às últimas por considerá-las espaços privilegiados de concentração das atividades do homem contemporâneo e os mais suscetíveis às rápidas transformações. Tratava-se de controlar não a mudança, mas as formas de mudar, para que as transformações não levassem ao “gradativo empobrecimento das funções e significados originais, apagando dessa forma a história e a memória das cidades”.⁵¹

Essa importante dimensão do patrimônio, segundo os elaboradores do Programa não implicava uma postura nostálgica, mas, sim, de discussão de “um certo estilo de progresso que só reconhece a variável econômica”, não levando em conta a dimensão social e cultural da cidade em consequência do que perdiam-se os “traços visíveis de sua história” e a possibilidade de seus habitantes situarem sua trajetória sociocultural.⁵²

A área de planejamento adotara uma postura preservacionista atualizada que acreditava ser capaz de responder à dinâmica do destruir e do expropriar inerente à acelerada transformação do espaço em mercadoria; tal objetivo estava longe de ser alcançado pelos órgãos de patrimônio cujo poder de controle desses mecanismos restringia-se ao tombamento.

A possibilidade preservacionista prevista pelo planejamento relacionava-se ao conceito de cultura que norteava a estruturação do conceito de patrimônio ambiental urbano. No dizer de Ulpiano Bezerra de Meneses,⁵³ a cultura foi entendida como “coisa viva”, “maneira de responder aos problemas do cotidiano” e, distante de uma herança

⁵⁰ São Paulo (Estado), 1978, p.16-20.

⁵¹ *Ibidem*, p.38.

⁵² *Ibidem*, p.35.

⁵³ São Paulo (Estado), Emplasa, 1979, p.22.

estática, “em constante reelaboração”. Conjunto de produtos materiais da cultura que assumem significados diversos segundo o modo que se articulam às formações socioculturais, o patrimônio ambiental urbano apresenta-se como representação cultural do mundo urbano. Os artefatos que o compõem, nos quais se inclui o ambiente, não são testemunhos do passado mas passado no presente. Por isso o passado perde a característica de algo distante, a ser venerado e utilizado para finalidades “nobres” determinadas nos parâmetros da cultura erudita, para tornar-se aberto a diversas formas de fruição e consumo, do conhecimento à arte, desta ao mundo da produção.

O conceito de patrimônio ambiental urbano procurava sintetizar elementos diversos, as ruas, as casas, a paisagem, de modo a compor a um só tempo o quadro material que dá suporte à memória e permite preservar o meio ambiente.

O Programa tinha como objetivos gerais preservar, valorizar e revitalizar o patrimônio ambiental urbano “na medida em que o mesmo se configura como um dos fatores determinantes do nível de qualidade de vida da população”; por extensão, pretendia contribuir para o desenvolvimento do lazer da população e do turismo interno e garantir “o uso e a contemplação cotidiana do espaço urbano por parte de seus habitantes”.⁵⁴ Por falta de recursos, limitou-se às iniciativas preliminares, como a realização de um concurso de fotografia em todo o Estado de São Paulo, visando ao cadastramento das áreas merecedoras de intervenção e à participação da população na escolha do patrimônio ambiental. Dessa atividade resultou uma pesquisa preliminar sobre os valores simbólicos da cidade, coordenada por Ulpiano Bezerra de Meneses.⁵⁵

Por diferentes caminhos, o Programa de Preservação e Revitalização do Patrimônio Ambiental Urbano e o cadastramento de edificações realizado pela Cogep – esse ainda que desenvolvido sob dois enfoques tradicionais e concomitantes, o da evolução da cidade por “ciclos econômicos” e pela adoção de novas técnicas construtivas –, significaram a possibilidade efetiva de renovação da prática preservacionista pois ressaltavam a importância das edificações, inclusive a arquitetura menor, não apenas como bens em si, mas como componentes de antigas ambiências urbanas, cuja preservação fora relegada em favor da afirmação e da planificação da arquitetura modernas, desde a Carta de Atenas.

⁵⁴ São Paulo (Estado), 1978, p.41-2.

⁵⁵ Uma política... *CJ Arquitetura*, n.17, p.28, 1977.

Imagens do passado

Nem mesmo a Carta de Veneza, de 1964, consignada em um momento em que a destruição das cidades europeias durante a Segunda Guerra já havia impulsionado o debate e a consideração dos remanescentes arquitetônicos no planejamento urbano, consagraria internacionalmente essa perspectiva. A manutenção do ambiente urbano e das populações originais nas áreas preservadas seria recomendada na Carta Europeia do Patrimônio Arquitetônico, a Declaração de Amsterdã, de 1975. Esse documento baseou-se no conceito de conservação integrada que propõe tornar o patrimônio arquitetônico o centro do planejamento urbano e do território, preservando a composição social e a diversidade sociocultural das áreas preservadas. A conservação integrada remete à importância do patrimônio como fator de “continuidade histórica”, isto é, de permanências espaciais que permitem que nos reconheçamos uma vez que, como aponta Halbwachs, “não é tão fácil modificar as relações que são estabelecidas entre as pedras e os homens”.⁵⁶

O conceito de “patrimônio ambiental urbano” mostrou-se filho de seu tempo e como tal passou a ser citado em inúmeros estudos e propostas de intervenção no Condephaat e na área de planejamento e, segundo Bezerra de Meneses,⁵⁷ tornou-se um “modismo legitimador de propósitos muito diversificados”, o que lhe “retirava o sentido, de resto não suficientemente esclarecido”, gerando “equívocos e ambigüidades”.

Diferentes entendimentos do conceito seriam explicitados durante um debate realizado pela Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo (Emplasa), órgão da Secretaria de Negócios Metropolitanos.

À Emplasa cabia, entre outras atribuições, implementar a participação da comunidade na resolução dos problemas que envolviam as condições de vida urbana. Em setembro de 1978, empenhada em elaborar uma minuta de legislação que preservasse o patrimônio histórico e cultural da Grande São Paulo, a Empresa promoveu um debate público sobre patrimônio ambiental urbano do qual participaram, entre outros, Murilo Marx, do Departamento de Patrimônio Histórico da Secretaria de Cultura do Município de São Paulo; Carlos Lemos, do Condephaat; Antonio Luiz Dias de Andrade, do Iphan; e Ulpiano Bezerra de Meneses que, embora conselheiro do Condephaat, lá estava como representante da Universidade de São Paulo.

⁵⁶ Halbwachs, 1990, p.136.

⁵⁷ Meneses, 1978, p.45.

Durante o encontro, alguns tópicos apontados para discussão demonstram que havia uma disposição de redimensionar a questão da preservação do patrimônio histórico não apenas dos pontos de vista técnico e cultural, como também institucional, o que fez que os participantes apontassem algumas dimensões envolvidas, como a da responsabilidade do Estado na preservação, a da inserção institucional dos órgãos por ela responsáveis – tradicionalmente situados na área de educação e cultura –, a da competência administrativa do encaminhamento da proteção ao patrimônio e a do relacionamento entre as áreas de preservação e planejamento. Além dessas, algumas novas preocupações relativas à abordagem do próprio objeto “bem cultural”, como seu papel na manutenção da inteligibilidade do espaço urbano e a revitalização, essa entendida como uma intervenção preservacionista diferenciada.

A questão básica para a discussão de uma política de preservação era, porém, conceitual e acabou por merecer a abordagem de Carlos Lemos e de Ulpiano Bezerra de Meneses, no sentido de definir patrimônio ambiental urbano.

Lemos entendia que o patrimônio ambiental urbano não se compunha “apenas de monumentos históricos e artísticos”, mas fundamentalmente “de grande massa de bens culturais típicos, normais, comuns, cotidianos que, eles sim, representam alguma coisa no contexto urbano”. Um dos interesses maiores de sua preservação era permitir “a compreensão da cidade, a leitura da cidade”.⁵⁸

Embora atribuindo ao patrimônio uma função referenciada na cidade e ampliando tal qualidade para além dos bens excepcionais e monumentos, esse entendimento não ultrapassava os limites já alcançados pelas definições tradicionais de patrimônio, isto é, circunscrevia-se a valorização das características materiais e formais dos bens apreciados. Essa postura suscitara críticas de Bezerra de Meneses por não se diferenciar da já adotada pelo Patrimônio Histórico, no sentido em que ambas tomavam o patrimônio “como um dado preestabelecido, produto já pronto e acabado, cujas qualidades sintomáticas poderiam ser identificadas e nomeadas”.⁵⁹

⁵⁸ São Paulo (Estado), Emplasa, 1979, p.9. Coube a Carlos Lemos a iniciativa de ampliar a discussão do conceito para a Universidade. Em 1978, ele promoveu na FAU-USP um curso de especialização que, além de professores brasileiros, contou com a presença de nomes internacionais, o americano James Marston Fitch e o italiano Adriano La Regina.

⁵⁹ Meneses, 1978, p.45.

Imagens do passado

Bezerra de Meneses propunha a leitura dos signos, testemunhos materiais acumulados por gerações passadas, presentes em uma dimensão territorial. O caráter dinâmico do patrimônio era assim evidenciado por uma análise que o inseria nas sucessivas transformações da sociedade, como um fato social, produto da cultura, dos “procedimentos por intermédio dos quais o homem organiza a prática social, nisso incluída a manipulação da linguagem simbólica”.⁶⁰

A partir dessa proposição, a recuperação da leitura da cidade – que, segundo entendia Lemos, fundava-se em listagens estabelecidas por especialistas de modo a referenciar as etapas de transformação do espaço urbano – tinha por base a formação, evolução e representatividade social dos símbolos urbanos. No caso de sociedades complexas, esse ponto de vista implica a consideração de múltiplas imagens da cidade e, portanto, de múltiplos patrimônios ambientais urbanos cuja eleição considera valores como o afetivo, legitimações e aspirações, fatores exteriores à qualidade material dos bens culturais, mas próprios de grupos sociais.

Ao considerar o patrimônio como um fato da cultura, produto das respostas do homem aos desafios cotidianos, Bezerra de Meneses retirava-lhe o sentido de “coisa do passado”, “herança estática”, para torná-lo um dado do presente, “coisa viva” submetida ao constante refazer-se da sociedade. De sua perspectiva, o conceito de patrimônio ambiental urbano definia-se como “um sistema de objetos socialmente apropriados, percebidos como capazes de alimentar representações do ambiente urbano”. Não se tratava, portanto, de considerar este ou aquele objeto isoladamente, mas em relação a um sistema, “suporte de significados”, cuja apropriação social precisava ser conhecida.⁶¹

Por fim, ele atribuía à ação preservacionista integrada à gestão urbana um caráter político. A “devolução da cidade aos cidadãos” passava, também, pelo programa de uso das edificações de valor histórico ou arquitetônico, de modo a orientá-las para a integração ao cotidiano.

A relação entre patrimônio e memória seria detidamente tratada por Bezerra de Meneses em um artigo publicado no mesmo ano de 1978.

⁶⁰ São Paulo (Estado), Emplasa, 1979, p.22.

⁶¹ Ibidem, p.23-24.

Imagens do passado

Falar de patrimônio ambiental urbano, como falar de patrimônio cultural geral, é, de maneira direta ou indireta, falar de memória social, de onde se projetam as significações que vão enformar as representações da cidade.⁶²

Tratava-se de um fenômeno social que unia o passado ao presente, “um instrumento biológico-cultural de identidade, conservação e desenvolvimento” que favorecia a percepção do universo social como algo em constante mudança. Considerando o que Balandier classifica de “ilusão social essencial”, isto é, a tendência de as sociedades se perceberem mais pela ordem e estabilidade que pelo processo de mudança a que estão submetidas, e o fenômeno que Jacoby chama de “amnésia social” – que tem entre suas formas básicas o culto ao passado e a autofagia provocada pela obsolescência programada da sociedade de consumo –, o autor ressaltava a importância estratégica dos “componentes físicos do ambiente urbano como suportes de evocações”,⁶³ uma vez que por meio deles torna-se possível a percepção das transformações sociais.

O conceito de patrimônio ambiental urbano trazia para a prática patrimonialista a possibilidade de consideração da cidade como um produto de cultura que ocupa lugar de destaque na memória e no imaginário sociais. É no imaginário social que se referenciam os sentidos do patrimônio, uma vez que, além da materialidade dos espaços captada pelo olhar e, em si, reveladora das técnicas, materiais, formas e mentalidades que precederam às atuais, a cidade se multiplica em “cidades imaginárias”,⁶⁴ nas quais indivíduos ou grupos articulam valores constituídos por experiências particulares, essas também compostas de memórias às quais os espaços dão suporte físico, o que os torna referências de ordem subjetiva, lugares de memória.⁶⁵ Esses, quando destruídos, rompem o sentido de continuidade social necessária à construção de identidades coletivas, as quais, como aponta Santos,⁶⁶ dependem do que é lembrado, da mesma forma que o que é lembrado depende da identidade de quem lembra.

Dessa perspectiva, o patrimônio poderia vir a se constituir como um universo avesso à reificação até então predominante, resultado do entendimento dos bens culturais apenas

⁶² Meneses, 1978, p.46.

⁶³ Ibidem.

⁶⁴ Argan, 1984.

⁶⁵ Nora, 1984.

⁶⁶ Santos, 1998.

Imagens do passado

por suas qualidades materiais e estéticas. Além disso, apontava para a possibilidade do trabalho dos patrimonialistas tornar-se interdisciplinar e, assim, mais próximo do apreender a complexidade do conhecimento de seus objetos e de adequar a ação de proteger os bens culturais à melhoria da qualidade de vida da sociedade.

A absorção do conceito na prática do Condephaat foi parcial e mais próxima do entendimento expresso por Carlos Lemos. Não obstante, algumas iniciativas procuraram tornar a atuação do órgão mais adequada à aceleração das transformações e aos procedimentos de preservação urbana, e atualizada com os avanços conceituais de áreas dedicadas ao estudo do ambiente.

O início da gestão Nestor Goulart Reis Filho, em maio de 1976, foi propício à apresentação de dois documentos com esse objetivo. Um deles, *Proposta e roteiro para a atuação do novo conselho deliberativo do Condephaat*, foi apresentado por Ulpiano Bezerra de Meneses, então vice-presidente do órgão. Explicitando a intenção de estabelecimento de uma política estadual de preservação, a proposta previa a definição de programas a curto e a médio prazos, constituídos por arrolamentos, atividades de obras e serviços, projetos de reabilitação urbana e uma “experiência piloto”, constituída por uma ação cultural integrada, a ser desenvolvida na cidade de Itu, com objetivo de embasar a atuação futura do Condephaat. Por fim, o documento propunha a “proteção e valorização do patrimônio natural”.⁶⁷

A orientação dos procedimentos com o patrimônio natural estavam consignados no trabalho de Aziz Ab'Sáber, *Diretrizes para uma política de preservação de reservas naturais no Estado de São Paulo*, no qual antigas formações geológicas foram tratadas como documentos da formação da paisagem, como memória da natureza, cuja preservação se impunha para a manutenção das condições fundamentais do ambiente.

O conselheiro estabelecia três critérios essenciais: o da preservação de áreas críticas e ecologicamente estratégicas, correspondentes a filtros da Biosfera como, por exemplo, a Serra do Mar; o do tombamento de paisagens distintas, reconhecidamente de exceção; e, finalmente, uma política de revalorização, controle e planejamento de paisagens de substituição ou de elaboração artificial, com vistas ao aproveitamento para turismo e lazer.

⁶⁷ Reunião de conselho, Ata n.287, 14.6.1976, Centro de Documentação do Condephaat.

Imagens do passado

O primeiro critério sobrepunha-se aos demais por apresentar implicações diretas com a preservação das condições ambientais; nesse caso, estavam as reservas existentes nos arredores da metrópole paulistana e a Serra do Mar,⁶⁸ cujo tombamento se concretizaria após dez anos.

Em setembro de 1976, após inúmeras discussões, o plano que pretendia reorganizar os trabalhos do Condephaat foi apresentado ao secretário Max Feffer.⁶⁹ Nele estavam explicitados os objetivos do órgão – identificação, proteção e valorização do patrimônio cultural –, bem como suas formas de atuação: a ação normativa, de assessoria e fomento e de ação executiva, nas quais se incluía a retomada da prática de convênios, o que permitiria uma aproximação efetiva com os outros órgãos de gestão urbana.

Procurava-se, mais uma vez, estabelecer um perfil para o órgão. O plano previa, também, a criação de uma estrutura de apoio aos trabalhos, pois propunha a organização de uma biblioteca e de arquivos. Por fim, arrolava entre as metas do Conselho a problematização do campo de sua atuação e a formulação de conceitos, critérios, técnicas e estratégias, de modo a garantir uma ação articulada e coerente.

Em relação às obras e aos serviços, o plano procurava redefinir prioridades e agrupar casos que possibilitassem tratamentos semelhantes sob uma mesma tipificação – por exemplo, o do Parque da Independência e do Pátio do Colégio, em “projetos de reabilitação urbana” – ou, ainda, a criação de novas tipificações, como a “proteção e valorização do patrimônio histórico, arqueológico e artístico no contexto do patrimônio ambiental”, à qual se ajustavam o Projeto Lorena que pretendia revitalizar a antiga estrada São Paulo–Santos e os estudos dos sambaquis da área de Iguape e Cananeia.

Previa-se, também, a divulgação das atividades do Conselho por meio de exposições, de seminários, da imprensa, do rádio e TV educativos e de publicações. Embora reconhecendo os problemas de funcionamento do órgão – natureza institucional, competência legal, capacidade administrativa e estrutura operacional interna –, os conselheiros preocuparam-se em investir o Conselho da organicidade necessária à eficiência de ação. A concretização desse conjunto articulado de medidas permanecia,

⁶⁸ O trabalho foi publicado e o autor o dedicou aos conselheiros do Condephaat, “companheiros de trabalho e luta”, Ab'Sáber, 1977.

⁶⁹ Reunião de conselho, Ata nº 300, 20.9.1976, Centro de Documentação do Condephaat.

Imagens do passado

contudo, dependente da vontade política do poder público. A postura oficial em relação ao patrimônio, porém, se traduziu durante todo o período estudado em uma sutil estratégia representativa do lugar secundário ocupado pela cultura nas políticas públicas. Ao Condephaat não foram propiciadas senão as condições mínimas para que ele representasse a presença do Estado como guardião do “interesse social” na área preservacionista.

Em consequência, o plano referido e diversas outras propostas que o sucederam, com o objetivo de substituir a atomização das ações cotidianas do Conselho por uma efetiva política de preservação, foram esquecidos ou, na melhor das hipóteses, tiveram alguns aspectos adotados descontinuadamente.

A barreira é efetivamente política, como bem ilustram as palavras do secretário Jorge Cunha Lima durante uma reunião do Conselho deliberativo, em 1984, na qual lhe foi entregue uma proposta de reestruturação e atuação do Condephaat amplamente discutida entre os técnicos e conselheiros. Ponderando sobre as diferenças existentes entre os tempos técnico e burocrático, ele atribuía a este último características de perenidade “que não se coadunam com as atividades de órgãos político-técnicos, como é o caso do Condephaat”. Segundo o secretário, aí residiam as dificuldades para se levar a bom termo os objetivos principais do órgão. E, terminando, chamou a atenção para a importância da adequação das “necessidades técnicas às políticas”, como saída “para a obtenção dos objetivos colimados, neste caso, a difusão e a preservação da cultura como um todo”.⁷⁰

Apesar das limitações institucionais, o Condephaat experimentava um relativo avanço em sua prática preservacionista, especialmente no que se refere a alguns aspectos urbanísticos. Houve uma aproximação com a Cogep para a promoção de trabalhos conjuntos e ampliação dos instrumentos legais de preservação de certas áreas da cidade,⁷¹ realizaram-se estudos para a preservação de ambientes urbanos como o Parque da Independência, em São Paulo,⁷² cogitava-se conciliar a defesa do patrimônio com a melhoria das condições funcionais das regiões mais deterioradas de bairros centrais da capital, como Santa Ifigênia, Luz e Campos Elíseos.⁷³

⁷⁰ Reunião de conselho, Ata n.613, 6.8.1984, Centro de Documentação do Condephaat.

⁷¹ Reunião de conselho, Ata n.289, 28.6.1976, Centro de Documentação do Condephaat.

⁷² Reunião de conselho, Ata n.295, 9.8.1976, Centro de Documentação do Condephaat.

⁷³ Reunião de conselho, Ata n.292, 26.7.1976, Centro de Documentação do Condephaat.

Imagens do passado

Em relação à arquitetura, porém, mantinha-se, na maioria dos casos, a ortodoxia, a exemplo do tratamento dado ao pedido de tombamento da residência da família Matarazzo, obra atribuída a Piacentini que, embora considerada representante do período de fixação da aristocracia cafeeira e do imigrante próspero no espigão da Paulista, teve seu pedido de tombamento arquivado, entre outras justificativas por sua arquitetura ser “desvinculada das nossas tradições construtivas, já que é um estilo importado que mereceu duras críticas de Mário de Andrade...”⁷⁴

Na segunda metade da década de 1970, embora a ação do Condephaat, tivesse ganhado um dinamismo sem precedente, não atendia às expectativas criadas com a expansão da consciência preservacionista em diversos setores da sociedade. Começavam a surgir nessa época as associações preservacionistas, como a Associação de Defesa do Patrimônio da Comunidade, que congregava especialistas, e, do ponto de vista dos poderes públicos locais, a ser instituídos os primeiros conselhos municipais de proteção ao patrimônio. O assunto patrimônio, frequentemente abordado na imprensa e debatido publicamente por órgãos de planejamento, seria também objeto de discussões de membros da sociedade civil e começava a mobilizar a opinião pública.

A íntima relação entre a mobilização social e a eficiência da ação preservacionista se mostrou durante o tombamento do edifício do Instituto de Educação Caetano de Campos, antiga Escola Normal da Praça. No segundo semestre de 1975, a Companhia do Metropolitano preparava-se para executar o projeto da Estação República da linha Leste-Oeste, o que, segundo decisão técnica, implicava a demolição do edifício da Escola. A iniciativa de sua preservação coube ao deputado federal Ruy Codo, que em ofício dirigido ao governador Paulo Egydio Martins protestava contra a medida. Encaminhada ao Condephaat, a manifestação do parlamentar deu base para a abertura de um polêmico processo de tombamento no qual estavam envolvidos interesses diversos, entre os quais os das construtoras encarregadas das obras

A preservação do edifício acabou gerando uma campanha liderada por ex-alunos e ex-professores que, ganhando amplo espaço na imprensa, mobilizou a opinião pública. Como lembra Ulpiano Bezerra de Meneses, o caso do Caetano de Campos foi emblemático,

⁷⁴ Reunião de conselho, Ata n.303, 11.10.1976, Centro de Documentação do Condephaat. Conselheiro Benedito Lima de Toledo, representante da FAU-USP.

pois marcou a participação de segmentos não especializados da população e consagrou o patrimônio como um dos assuntos de pauta nos jornais. Esse fato novo, segundo ele, foi fundamental, uma vez que favoreceu a posição do Condephaat que, a princípio, parecia não ter força para responder à argumentação técnica da Companhia do Metrô que, a cada passo, demonstrava ser absolutamente indispensável demolir o prédio, opinião que ganhara adeptos no âmbito da própria Secretaria de Cultura.⁷⁵

Em artigo publicado na imprensa,⁷⁶ assinado por Carlos Lemos, o STCR do Condephaat extraoficialmente deixava pública sua posição favorável ao tombamento. Em um parecer, parte do processo de tombamento, o arquiteto justificava a medida protetora do Estado pela importância do edifício para a inteligibilidade da trama urbana, por sua relação com a história, especialmente a do ensino e sua representatividade na história da arquitetura, enquanto exemplar da fase do ecletismo do final do século XIX.⁷⁷

Após seguidas reuniões com representantes do Departamento de Patrimônio Histórico da Prefeitura Municipal de São Paulo, da Cogep, do Departamento de Obras Públicas do Estado de São Paulo e do Metrô, o Conselho decidiu-se pelo tombamento.⁷⁸ O parecer favorável do relator Eduardo Corona, representante da FAU-USP, considerava a importância histórica, paisagística e arquitetônica do edifício ressaltando que sua preservação envolvia a preservação de sua moldura envoltória. Com essa recomendação certamente procurava prevenir possíveis investidas contra outras edificações de importância na área, como o Edifício Esther, considerado marco da arquitetura moderna em São Paulo, embora, como de praxe, este estivesse protegido por situar-se no raio de 300 m de um bem tombado, área denominada envoltória, que garante a manutenção das visuais dos edifícios de valor reconhecido pelo poder público.

A deliberação final baseou o tombamento em três ordens de significados – histórico, arquitetônico e ambiental – entre os quais se valorizava um aspecto pela primeira vez expresso pela população e levado em conta em um tombamento, o valor afetivo dos bens culturais. Aí, “o valor afetivo possível de lhe ser atribuído independentemente de qualquer

⁷⁵ Entrevista concedida à autora em 11.2.1992.

⁷⁶ *Folha de S.Paulo*, 12.10.1975.

⁷⁷ Processo de Tombamento n.00610/75, Centro de Documentação do Condephaat.

⁷⁸ As atas de Reunião de conselho entre julho de 1975 e maio de 1976 não foram localizadas, o que impossibilitou a reconstituição das discussões.

Imagens do passado

saudosismo, nostalgia ou outro sentimento, no caso, de menor peso” foi relacionado à significação histórica do edifício, esta, por sua vez, decorrente de “carga documental expressiva”. Do ponto de vista arquitetônico, o bem foi considerado como “documento válido e testemunho de uma época”, o que também era inédito em relação ao ecletismo, e, no que se refere ao ambiente, como portador de “significado semântico de primeiro interesse para a leitura da cidade, constituindo legítimo patrimônio ambiental urbano”.⁷⁹

O tombamento do edifício da antiga Escola da Praça constitui um momento privilegiado da ação do Condephaat não apenas porque fortaleceu sua imagem junto a opinião pública, mas, sobretudo, porque o Conselho, mesmo que não conscientemente, consagraria um objeto da memória coletiva de uma parte considerável dos habitantes da cidade, aqueles que, como alunos ou professores, haviam compartilhado experiências no Caetano de Campos e por isso mantinham uma relação de profunda afetividade com aquele espaço. Não se tratava, pois, de consagrar um artefato representativo apenas da memória histórica da cidade ou da educação, mas da memória de um grupo de pessoas, em cujo imaginário a Escola aparecia como referência espacial de extrema importância afetiva. A captação dessa força afetiva daria ao Condephaat as condições políticas de manter o edifício e, também possibilitou-lhe maior credibilidade junto à sociedade.

Da mesma forma o Conselho contemplaria a memória coletiva ao rever, sob pressão da opinião pública, a decisão contrária ao tombamento do edifício da antiga Escola Alemã, depois Porto Seguro.⁸⁰ A mobilização para a defesa de bens culturais dependeu da representatividade atribuída pela sociedade ao bem e teve efeitos quando recebeu o apoio da mídia, chegando a fortalecer as posições do Condephaat diante do próprio governo, como nos casos de Caucaia do Alto e da Estação da Luz. Nos casos, porém, em que o debate, ainda que público, restringiu-se aos especialistas, a preservação ou destruição de um bem foi condicionada às possibilidades de influência das partes envolvidas.

O sítio arqueológico do Pátio do Colégio,⁸¹ configurado pela ocupação que deu origem à cidade de São Paulo, seria destruído com a construção de uma réplica da terceira

⁷⁹ Processo de Tombamento n.00610/75, Centro de Documentação do Condephaat.

⁸⁰ Processo de tombamento n.20.063/76, Centro de Documentação do Condephaat.

⁸¹ Processo de Tombamento n.00538/75. Centro de Documentação do Condephaat. A argumentação do Condephaat no litígio com a Sociedade Brasileira de Educação, representação jurídica da Companhia de

igreja erguida pelos jesuítas naquele local, em 1671. Sem que o Condephaat tivesse força política para impedir, um documento autêntico foi destruído para a criação de um monumento, falso documento referenciador da obra de educação dos jesuítas à memória da cidade.

Aberto em maio de 1975, o tombamento do Pátio do Colégio tinha por objetivo salvaguardar o sítio arqueológico que começara a ser destruído com a abertura das valas para construção dos alicerces da nova igreja dos jesuítas que ali se ergueu por iniciativa da Sociedade Brasileira de Educação, entidade que representa juridicamente a Companhia de Jesus.

A recriação que pretendia representar o primeiro templo construído pela Companhia no Planalto paulistano foi, na verdade, baseada em iconografia do século XIX referente à terceira igreja construída no local, em 1671, com pedra e barro, cujos alicerces mantiveram-se intactos até 1975, uma vez que a primeira, de construção precária, fora substituída no mesmo século de sua construção, o século XVI, por outra de taipa de pilão, da qual um dos muros ainda pode ser visitado no Pátio do Colégio.

O domínio do Pátio do Colégio fora transferido para os jesuítas em 1954, ano do 4º centenário da cidade de São Paulo, com a condição de que ali construíssem

um novo Colégio de São Paulo e igreja anexa, tanto quanto possível nos limites das fundações iniciais e reproduzir em um perfeito renascimento o ato inicial da fundação de São Paulo.⁸²

Às edificações que se obrigaram a erguer por lei, os jesuítas pretendiam acrescentar outras – um prédio de 20 andares na esquina da Ladeira Gal. Carneiro e mais dois junto à Rua Bittencourt Rodrigues, segundo consta do projeto do arquiteto Carlos Alberto Gomes Cardim.⁸³ O tombamento mostrava-se, portanto, inoportuno, uma vez que a ocupação do entorno do local do antigo colégio seria controlada por diretrizes específicas de área envoltória.

Jesus, foi publicada pelo Conselho; a redação é de Benedito Lima de Toledo e Ulpiano Bezerra de Meneses (São Paulo (Estado), 1977).

⁸² Art.2º, Lei n.2.658 de 1.1.1954, assinada pelo governador Lucas Nogueira Garcez.

⁸³ O projeto, publicado na *Revista de Engenharia Municipal*, São Paulo, ano II, v.II, n.4, p.9-16, dez. 1956, nunca foi apresentado ao Condephaat apesar das insistentes solicitações do órgão.

Imagens do passado

Caso executado em sua totalidade, o projeto da Sociedade Brasileira de Educação impediria a visão que da colina se tem para a várzea do Tamanduateí e desta para o alto, com grande prejuízo para a percepção das características topográficas do sítio inicial da cidade. A manutenção dessas condições foi apontada como necessária no *Projeto de Renovação do Pátio do Colégio* elaborado pelo escritório de Jorge Wilhelm para a Empresa Municipal de Urbanismo (Emurb), em 1975, o que garantiria sua permanência.

Embora a construção da réplica da igreja jesuítica tenha se iniciado em 1975, seu projeto fora desenvolvido na década de 1950, e seria retomado quatro anos antes do início das obras. Nessa ocasião, 1971, em reportagem publicada no *Jornal da Tarde*, Nestor Goulart Reis Filho criticava a construção da réplica e Luís Saia afirmava que

Tudo o que se pretende fazer no Pátio do Colégio contraria frontalmente todas as normas internacionais para a preservação de monumentos antigos.⁸⁴

O pronunciamento dos dois conselheiros do Condephaat antecedeu em muito o início das obras, mas não serviu de alerta ao Conselho que não lançaria mão das prerrogativas legais de proteção que dispunha, uma vez que o Pátio do Colégio, por sua importância de marco fundador da cidade, possuía qualidades bastantes para ser tombado; é possível que essa omissão se justifique no fato de o Pátio localizar-se no interior da área envoltória da Casa da Marquesa, antiga residência da Marquesa de Santos situada à Rua Roberto Simonsen, cujo tombamento data de meados de 1971. Isso, porém, não impediu que nesse mesmo ano fossem realizadas no Pátio “pesquisas arqueológicas”, que tiveram por objetivo primeiro o recolhimento das ossadas de representantes da “velha São Paulo” sepultadas na área, o que não seria contestado pelo Conselho, sempre complacente com os empreendimentos de revitalização de um determinado passado paulista.⁸⁵

Aberto o processo de tombamento, o Condephaat procurou embargar as obras já iniciadas, o que provocou uma forte reação da Sociedade Brasileira de Educação. Em contraposição às escavações em desenvolvimento, o Conselho determinou a realização de um levantamento topográfico e de pesquisas arqueológicas que possibilitassem a ampliação

⁸⁴ *Jornal da Tarde*, 5.1.1971.

⁸⁵ Ver relatório de autoria de José Anthero Pereira Junior in Processo de Tombamento n.00538/75.

do conhecimento a respeito dos primeiros séculos de ocupação do planalto pelos portugueses.

Desenvolveu-se a partir daí uma disputa jurídica na qual o Condephaat não contou com nenhum apoio político: suas determinações foram desrespeitadas, as obras continuaram e, com elas, a destruição dos documentos materiais existentes na área, em clara demonstração de que a memória é uma questão de poder. A polêmica ganhara a imprensa, mas não a opinião pública, cuja perspectiva preservacionista não incluía a valorização dos sítios arqueológicos, o que manteve a polêmica restrita a um grupo afeto às lides do patrimônio.

O Pátio do Colégio colocaria o Condephaat diante de novas questões – como o valor dos documentos arqueológicos e a autenticidade dos documentos-monumentos –, assuntos que, como outros, não seriam efetivamente enfrentados. Entretanto, verificou-se nesse caso a ampliação do universo teórico presente no posicionamento oficial. Referindo-se a ele, Ulpiano Bezerra de Meneses⁸⁶ afirmou que do ponto de vista teórico, o Pátio do Colégio ajudaria a definir certas orientações do órgão. Assim, a qualidade documental dos sítios arqueológicos passou a ser valorizada bem como reconhecida a importância dos estudos geográficos na avaliação de determinados bens.

Com o endosso das autoridades, o prefeito Olavo Setubal e o governador Paulo Egydio Martins, um documento – que possibilitaria reconstruir as formas sociais de convivência e produção dos primeiros séculos da cidade e, além disso, a reconstituição de um espaço específico, a igreja jesuítica do século XVII – seria destruído em favor da construção de um simulacro desenraizado do passado paulistano mas diretamente relacionado à mentalidade ufanista e conservadora prevalecente na autoritária década de 1970, o que mais uma vez enfatizou que a construção da memória se faz a partir do presente.

Em contrapartida, foi com o apoio de entidades de preservação ambiental, imprensa e membros da sociedade civil que o Conselho logrou preservar Morro Grande,⁸⁷ no bairro de Caucaia do Alto, em Cotia, área florestal e de mananciais, embora isso contrariasse enormes interesses econômicos, e do próprio governo do Estado que ali pretendia construir

⁸⁶ Entrevista concedida à autora em 11.2.1992.

⁸⁷ Processo de Tombamento n.20.519/78, Centro de Documentação do Condephaat.

um aeroporto. Em maio de 1978, em meio ao desenvolvimento das discussões sobre Caucaia, esgotou-se a gestão do colegiado. Por pressão política, um novo conjunto de representantes seria empossado apenas em agosto e, embora em sua maioria permanecesse favorável à preservação da área, o tombamento só seria decidido em 1980.

Outro caso, da Estação da Luz, exemplifica a vulnerabilidade das ações preservacionistas diante de interesses manifestos em diferentes instâncias do poder público. Diante da ameaça de destruição daquele importante edifício, a *Folha de S. Paulo*, em editorial, tomou a defesa dos bens culturais em geral e, em especial, criticou o descaso e a omissão do governo diante daquela importante referência urbana; aparentemente, dizia o jornal, as autoridades haviam tomado medidas que agrediam integridade da Estação sem ouvir o Condephaat, tornando-o assim frágil e quase inoperante.⁸⁸

O tombamento foi, nesse caso, o instrumento adequado para sustar a pretensão da Rede Ferroviária Federal de realizar na Estação – edifício já protegido por lei municipal, pois incluído na Z8-200 – obras descaracterizadoras que não apenas adaptavam as instalações às necessidades da conexão ferrovias-metrô, mas criavam no interior da Estação, aproveitando o alto pé-direito, novos espaços destinados à exploração comercial.

A decisão de tomar a Estação da Luz mais uma vez colocou a questão da fragilidade das ações culturais diante de interesses diversos – tanto mais poderosos quanto mais a cidadania não seja exercida plenamente. O Condephaat sofreu pressões advindas de setores contrários ao tombamento, que acabaram por provocar constrangimentos entre os governos federal e estadual.

A Assembleia do Estado de São Paulo, em agosto de 1976, enviara ao presidente da República, Gal. Ernesto Geisel, uma moção⁸⁹ na qual solicitava fosse encaminhado o tombamento do edifício pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no que foi atendida. Esse órgão, porém, aceitaria as pressões do Ministério dos Transportes que, em ofício enviado ao ministro da Educação e Cultura, Ney Braga, apresentava os fatos e

⁸⁸ *Folha de S. Paulo*, 8.1.1977, in Processo de Tombamento n.20097/76, Centro de Documentação do Condephaat.

⁸⁹ Moção n.104, de autoria do deputado João Lázaro de Almeida Prado, aprovada em sessão de 17.8.1976, in Processo de Tombamento, n.20.097/76, p.14, Centro de Documentação do Condephaat.

solicitava que o processo de tombamento fosse sustado, pois o uso do edifício não se coadunava com a de um monumento tombado.⁹⁰

A ideia de inadequação do uso ao *status* conferido pelo tombamento nascera da prática oficial de preservação que sacralizara como “senso comum” o uso cultural das edificações tombadas. Esse argumento tornava ainda mais delicada a situação do Iphan, pois ia ao encontro de um dos aspectos de sua ortodoxia. A posição final do órgão federal já fora sugerida em um dos primeiros informes constantes do processo de tombamento, no qual o chefe da Seção de Arte do Iphan observava que o “tombamento não implica em coibir expansões e alterações compatíveis, desde que não afetem o caráter essencial da edificação” e acenava com a possibilidade de um acordo entre a Rede – uma vez que esta estava ciente do que a Estação representava para o patrimônio paulista – e o Condephaat, “que não há de interferir com rigores injustificados”.⁹¹

A estratégia de retirada aí implícita foi também utilizada pelo relator do processo, Cyro I. Correa de Oliveira Lyra, com base em outros argumentos, os do conhecimento arquitetônico e das versões oficiais da história. O conselheiro, após reconhecer os atributos artísticos, arquitetônicos, históricos e paisagísticos do edifício, acabava por atribuir-lhe expressão apenas regional.

Peça indispensável do acervo cultural do Estado de São Paulo, a Estação não se vincula a fatos memoráveis da história brasileira e nem é dotada de excepcional valor artístico, não possuindo portanto aquelas qualidades que motivassem seu tombamento pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.⁹²

O condicionamento da importância cultural à hierarquia dos poderes públicos ou, se preferível, aos limites da história local ou regional – argumento largamente utilizado em situações de difícil solução – não foi apenas uma saída política, mas também revelou que os critérios vigentes no órgão federal continuavam voltados à construção de uma tradição nacional que, alcançando apenas o século XVIII, rompia a própria concepção moderna de nação, unidade que, tendo fronteiras culturais e territoriais definidas, possui também uma continuidade temporal na qual o patrimônio tem o papel de mediar as dimensões do tempo

⁹⁰ Aviso n.18/SG/DSI/MT, in Processo de Tombamento, n.20.097/76, p.137-8.

⁹¹ Informação 207, Processo n.944-T-76/Iphan, in Processo de Tombamento n.20.097/76, p.140, Centro de Documentação do Condephaat.

⁹² Processo de Tombamento n.20.097/76, p.147-8.

e estabelecer parte da memória histórica. A Estação da Luz seria tombada pelo Condephaat em 1976, mas o secretário da Cultura homologaria a decisão do Conselho apenas em 1982, quando os ventos da abertura já sopravam fortes na política nacional. Em março de 1979, a mudança de governo e do conselho deliberativo do Condephaat resultou em mudanças de orientação dos trabalhos do órgão. O corpo de conceitos que até então parecia tender a consubstanciar-se em uma nova prática do Conselho – que, em alguns momentos rompera o isolamento que o caracterizava aproximando-o dos movimentos preservacionistas da sociedade – foi sendo colocado em segundo plano.

Tratava-se, tanto quanto possível, de agilizar as ações protetivas sem criar constrangimentos entre as esferas da administração pública e de torná-las de domínio público, de modo a garantir dividendos políticos e eleiçoeiros.

Ruy Ohtake, arquiteto escolhido para presidir o Conselho, contando com o apoio político do secretário da Cultura, Antonio da Cunha Bueno, se empenharia em criar para o órgão uma imagem política de eficiência; para isso, lançaria mão de expedientes administrativos, como a transferência de funcionários de outros órgãos públicos para o Conselho, de realização de convênios e da divulgação do patrimônio por meio de filmes, exposições, cursos, seminários e publicações. Entre essas, foram editados *Boletim* que divulgava as atividades cotidianas do Condephaat, *Documentos* focalizando bens tombados; além de *Cidades Históricas*, série de oito cartazes, e um volume de *Monografias*, publicação de caráter técnico, dedicado a Santana de Parnaíba.⁹³

Do ponto de vista dos conceitos, voltariam a predominar os de patrimônio histórico e de monumento histórico. Embora nas referências o patrimônio aparecesse quase sempre classificado como “cultural”, sua valorização privilegiaria critérios arquitetônicos e da história oficial. Ohtake procuraria também instrumentalizar o trabalho técnico. Nesse sentido, promoveu o inventário fotográfico de bens e um estudo de critérios de tombamento. Esse apontava os “ciclos” econômicos – bandeirista, torna viagem, açucareiro, cafeeiro, primeira industrialização, crise do café, segunda industrialização,

⁹³ *Boletim* teve 5 números, entre maio de 1979 e julho de 1980. Relatório de Gestão, maio de 1979-julho de 1980, v.I, Centro de Documentação do Condephaat. O Conselho, em colaboração com o Instituto dos Arquitetos do Brasil, promoveu cursos e seminários para profissionais e estudantes de patrimônio. Um deles, “Preservação de bens culturais: políticas e experiências”, realizado em agosto de 1980, contou com a participação de Pier Luigi Cervelatti, responsável pela preservação da cidade de Bolonha.

desenvolvimentismo e pós-desenvolvimentismo – como referenciais para a classificação da produção arquitetônica paulista.⁹⁴ O trabalho seria aceito pelos conselheiros como contribuição, mas não como estabelecedor de critérios operacionais. Não obstante, em 1983, ele seria utilizado como base para a organização da exposição que o Condephaat promoveu para divulgar sua atuação no Museu de Arte de São Paulo (Masp), por ocasião do tombamento daquele edifício. Esse tombamento e o do edifício da FAU, na Cidade Universitária, USP, projetos contemporâneos, completariam a representação da História da Arquitetura brasileira no universo do patrimônio paulista.

O Condephaat se orientaria pela busca de racionalidade e eficiência, o que, em parte, explica a visão pragmática e tecnicista de atuação então assumida pelo órgão e bem exemplificada no estudo de tombamento de Santana de Parnaíba.

O estudo de tombamento estabeleceu critérios gerais cuja consideração conjunta, entendiam os técnicos, permitiria definir todo e qualquer centro histórico: homogeneidade, isto é, a harmonia entre as edificações e as relações espaciais; densidade, entendida como concentração de edificações de alto valor histórico-cultural; qualidade, expressando as características de formas, materiais e técnicas construtivas do acervo construído.⁹⁵

Analisava-se, assim, um cenário do passado desprovendo-o da dinâmica cultural, das relações atuais ele e as pessoas que ali viviam. O estudo propunha a revitalização de Santana de Parnaíba por meio de um plano completo de intervenção urbana cujos programas pretendiam orientar as medidas das autoridades públicas locais, também no que se referia ao uso e ocupação do solo. Do ponto de vista turístico, propunha-se a dinamização das atividades socioeconômicas e culturais ali já desenvolvidas, e, no que se refere à participação popular, previa-se a criação de um Conselho Comunitário. Visando agilizar o atendimento aos moradores quanto às normas estabelecidas para reformas,

⁹⁴ O trabalho de inventário foi coordenado pelo arquiteto Gustavo Neves da Rocha; Júlio Katinsky, professor da FAU-USP, apresentou ao conselho o documento “Critérios de tombamento de bens arquitetônicos no Estado de São Paulo”, que complementaria o inventário. Reunião de Conselho, Ata n.483, 9.9.1981, e n.484, de 16.9.1981, Centro de Documentação do Condephaat. O mesmo texto, com o título “Critérios de Classificação de Bens Arquitetônicos do Estado de São Paulo”, consta do Processo n.20.954/79, Seção de Protocolo do Condephaat.

⁹⁵ Trabalho coordenado por Rosa Castro, com consultoria de Gustavo Neves da Rocha, Sérgio Zaratini e Rui Granziera. São Paulo (Estado), 1982). Processo de Tombamento n.21.946/82, Centro de Documentação do Condephaat.

Imagens do passado

restaurações e novas construções no entorno da área tombada, o Condephaat instalou um escritório na cidade.

Essa iniciativa foi posterior as tramitações de tombamento desenvolvidas sem a participação da população local e não logrou “conscientizá-la” da importância da manutenção do que se acreditava ser sua herança cultural; o escritório do Condephaat pretendia orientar as intervenções nos antigos edifícios mas as reformas e descaracterizações continuaram a acontecer à revelia das autoridades, quadro que, repetindo-se em outras localidades tombadas, revelava mais a inadequação dos procedimentos preservacionistas que a incompreensão atribuída às populações.

O Condephaat insistia em soluções técnicas que, por desconhecerem os significados simbólicos dos bens, foram, muitas vezes, ineficazes. Além disso, o conceito de patrimônio como representação do passado circunscrita aos limites de testemunho estático mostrava-se anacrônica mesmo entre o público, que começara a perceber o patrimônio como elemento propiciador de uma melhor qualidade de vida.

Essa perspectiva fora expressa nas discussões e conclusões do I Encontro Nacional de Arquitetos sobre a Preservação de Bens Culturais – Arquimemória, realizado em São Paulo, em 1981, do qual também participaram profissionais e estudantes de outras especialidades. O Encontro tinha por objetivo definir uma política de preservação de bens culturais a ser defendida pelos arquitetos e refletiu o clima reinante durante o processo de abertura política, no qual segmentos organizados da sociedade procuravam defender direitos e estabelecer canais que possibilitassem maior participação nas decisões de interesse público.

Considerando o patrimônio parte da memória da sociedade brasileira, os participantes criticaram a excessiva centralização das decisões e dos instrumentos de preservação nas mãos do Estado, o que acabava por favorecer interesses políticos particulares e por alijar a população das decisões.

Entre as propostas aprovadas no Arquimemória,⁹⁶ havia a de criação de entidades civis de defesa do patrimônio, reconhecidas oficialmente. Outras reivindicações, como o direito dos residentes nos centros históricos a continuarem a residir após ele haver sido

⁹⁶ *Jornal da Tarde*, 28.7.1981. Texto aprovado na plenária final. Arquivo IAB-SP.

Imagens do passado

restaurado, a priorização do uso dos bens restaurados para fins sociais, a adoção de instrumentos de preservação ativa – listagem, cadastramento, incentivos fiscais –, a discussão de critérios de preservação tendo em vista as condições socioculturais do país, em especial o crescimento das cidades, e a revisão da legislação pertinente realçavam a inadequação das práticas preservacionistas ao presente e mostravam que a memória começava a ser entendida como um fato social e um direito. Juntavam-se a essas reivindicações outras, como a promoção de encontros interdisciplinares, expressão do entendimento do patrimônio como objeto cuja complexidade ultrapassava os limites do conhecimento arquitetônico e urbanístico e da preservação como campo de atuação de diferentes especialidades das ciências humanas.

As conclusões do Encontro apontaram para o estabelecimento de novas formas de atuação, pelas quais o patrimônio pudesse ser usado como arma de resistência pelos cidadãos na luta em defesa do direito de morar ou de preservar os referenciais de memória contidos nas “pedras das cidades”. Procurava-se politizar a finalidade da ação preservacionista oficial de há muito orientada para os campos pseudoneutros do passado e da técnica e vista por seus executores como missão que protegia indistintamente toda a sociedade.

A multiplicidade e diversidade de interesses encobertos pela palavra sociedade, as contradições e a crise da ação preservacionista vieram à tona de modo violento no episódio da Avenida Paulista. Alguns meses antes do término da administração Paulo Maluf no governo do Estado, o secretário Cunha Bueno afastou-se da pasta em razão de sua candidatura a um cargo eletivo, e foi substituído por João Carlos Martins.

Durante sua gestão, o Condephaat pretendeu tombar imóveis remanescentes da ocupação da Avenida Paulista, marco urbanístico de reconhecida significação na história da capital, intenção que geraria um episódio, a destruição dos antigos casarões daquela via.

A ideia, ventilada por uma entrevista em que Ohtake afirmou estarem as casas da Paulista incluídas no amplo levantamento de bens culturais que o Condephaat vinha realizando, levou os proprietários dos imóveis – seis dos quais já haviam recebido a notificação de abertura de processo de tombamento – a iniciar demolições antes mesmo da expedição dos respectivos alvarás pela Prefeitura. O tombamento nessa área altamente

Imagens do passado

valorizada apresentava-se como uma medida bastante delicada por contrariar interesses imobiliários de monta.

As demolições tiveram forte repercussão junto à opinião pública. Um artigo publicado em uma revista semanal⁹⁷ ao mesmo tempo desmoralizava as medidas de proteção aos bens culturais e criticava rudemente a legislação por permitir

que alguns burocratas decidam elevar à condição de obra significativa do patrimônio histórico uma propriedade para que ela tenha seu valor confiscado pelo governo.

A defesa da supremacia do direito privado sobre o público encontra forte argumento no desequilíbrio da situação resultante do tombamento, ato jurídico que impede o uso pleno da capacidade construtiva e, portanto, do valor imobiliário, sem oferecer qualquer compensação ao proprietário dos bens tombados; além disso, a partir do ato oficial, o proprietário permanece o único responsável pela manutenção de um bem de interesse público, pois não conta com nenhum incentivo do Estado.

É compreensível, portanto, que o tombamento seja defensável apenas no plano cultural, o que o torna anacrônico e frágil, e que a preservação apareça diante de uma parcela da sociedade como inimiga do presente e do progresso. A falsa oposição entre presente e progresso – em nome do qual, tomado difusamente como interesse de toda a sociedade, é justificada a destruição da memória – deita suas raízes nos limites da prática preservacionista que insiste em negar a lógica do sistema capitalista, o lucro, como estratégia necessária à própria eficácia de sua finalidade. Nesse sentido, a ação de proteger bens culturais desenvolvida pelo poder público assume feições, ao mesmo tempo, quixotescas e destruidoras, uma vez que abstrai o fato de os bens incluírem a qualidade de mercadorias e, como tal, estarem submetidos às leis do mercado. Esse é mais um fator que coloca como desafio da ação preservacionista oficial a busca de uma prática que traduza as possibilidades de manutenção do passado no presente.

A maciça demolição, da noite para o dia, foi, de qualquer forma, traumatizante. Transeuntes, atônitos diante da violência da destruição, concentravam-se nas calçadas e aplaudiram uma espontânea manifestação de protesto que, realizada diante dos destroços de um dos casarões, se iniciou indagando:

⁹⁷ O grande desastre, *Veja*, 30.6.1982.

Imagens do passado

Que povo será este
sem memória? Que povo será este
se destroem sua história?
Que homem é este que anula o trabalho
e a vida
de um outro tempo
de um outro homem?⁹⁸

Além de ampla cobertura do caso Paulista, a imprensa publicou inúmeras opiniões de profissionais criticando a atuação da Secretaria e do Condephaat e o instituto jurídico do tombamento, sugerindo que em seu lugar fosse adotada a listagem e estabelecidos incentivos fiscais e isenções tributárias e, até mesmo, a indenização ao proprietário de bens tombados de forma a estimular a preservação. Modesto Carvalhosa⁹⁹ considerou que “o desastre cultural ocorrido na Avenida Paulista foi fruto da demagogia cultural da Secretaria de Cultura”, que objetivava finalidades propagandísticas. Fábio Magalhães, então diretor da Pinacoteca, apontou a “neurose de tombamentos” que assolara São Paulo e a convicção de que

não se perpetua a memória cultural de um país através de decretos ou atos administrativos, mas sim com a conscientização da população que passará a conservar os imóveis mais significativos.¹⁰⁰

Por sua vez, João Carlos Martins manifestou publicamente intenções de “reestruturar a filosofia de trabalho do Condephaat”¹⁰¹ – para torná-lo mais atuante e creditado junto à comunidade e a entidades profissionais de arquitetos – e também de fazer uma revisão da legislação, tarefa com a qual se propuseram a colaborar Modesto Carvalhosa e Benedito Lima de Toledo. Em carta ao secretário em que comunicavam essa decisão, eles criticavam a displicência do governo em relação às “sugestões feitas pela sociedade civil, no sentido de buscar mecanismos para a preservação do patrimônio histórico” e afirmavam ser sua intenção propor

⁹⁸ Versos de Neuza Cardoso. *Folha de S.Paulo*, 24.6.1982.

⁹⁹ *Folha de S.Paulo*, 24.6.1982.

¹⁰⁰ *Ibidem*.

¹⁰¹ *Ibidem*. Atendendo à solicitação do secretário, Rui Ohtake lhe entrega uma minuta de revisão da Legislação de Tombamento que não chegou a ser apreciada pela Procuradoria do Estado, Processo n.22.300/82, Seção de Protocolo, Condephaat.

Imagens do passado

a representação efetiva da sociedade civil nos órgãos administrativos e consultivos ligados à preservação cultural, representantes esses que deverão ser eleitos e indicados pelas entidades ligadas ao interesse comunitário.¹⁰²

As linhas gerais da proposta de Carvalhosa e Lima de Toledo – alteração das normas tributárias, instituição da listagem e do “solo criado” – assemelhavam-se às apresentadas por Jorge Wilhelm, profissional de larga experiência na área de planejamento urbano e ex-secretário da Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, no período em que a Emplasa desenvolveu estudo sobre patrimônio ambiental urbano e sobre “solo criado”.

Wilhelm começava por considerar que a preservação de bens culturais não era “mero respeito por coisas do passado”, mas “um cuidado em melhorar as condições de vida do futuro, dando a estas um significado mais denso e seguro”. Em seu entender, tendo em vista a preservação, os bens culturais podiam ser classificados em três categorias: os de valor histórico, os de valor estético-cultural e os de valores de referência.

A listagem dos primeiros caberia ao Condephaat após o estabelecimento de critérios em conjunto com outras entidades governamentais; os bens de referência seriam apontados pela população mobilizada em associações de moradores, ou mesmo individualmente, e o mecanismo de sua proteção deveria basear-se no “solo criado”, nele considerando o “direito intrínseco” do proprietário – construir para fins residenciais, obedecidas as restrições da legislação municipal, uma área no máximo igual à do lote – e o “direito complementar”, isto é, o direito de construir uma área determinada que pode ser deslocada para outro terreno, o que permitiria transações comerciais entre particulares e entre estes e o poder municipal, pela desapropriação, possibilidade que ensejaria um estoque de solo urbano para fins públicos.¹⁰³

No episódio da Paulista, mais uma vez, ficou evidenciado que não faltavam propostas para a formulação de uma política preservacionista, mas sim a vontade política de

¹⁰² *Folha de S.Paulo*, 26.6.1982. Nessa oportunidade, Benedito Lima de Toledo e Modesto Carvalhosa elaboraram uma minuta de lei municipal de preservação do patrimônio cultural e ambiental de São Paulo, na qual estabeleciam procedimentos como a listagem, direito de uso do solo, incentivo e sanções. O trabalho foi anexado ao Processo n.22.300/82, Seção de Protocolo, Condephaat.

¹⁰³ Wilhelm, J. De como preservar casarões. *Folha de S.Paulo*, 3.7.1982. O artigo baseia-se nas propostas contidas no livro do mesmo autor, *Projeto São Paulo – Propostas para a melhoria da vida urbana*.

Imagens do passado

tratar o passado como parte integrante do presente; a legislação e a estrutura do Condephaat permaneceram inalteradas enquanto cresceram as dificuldades de preservação das representações materiais da cultura, parte da qual parece fadada ao desaparecimento enquanto o Estado, peça de fundamental importância para sua conservação, não for permeável aos ventos arejantes do exercício crescente da cidadania e da racionalização administrativa, elementos essenciais para a elaboração de uma política de preservação, e os profissionais do patrimônio não se perceberem enquanto profissionais da memória.

No plano interno, a destruição dos casarões recolocou as discussões de ordem conceitual, mas, sobretudo, as de ordem legislativa, e criou sério constrangimento entre o secretário da Cultura e o Conselho Deliberativo do Condephaat, que, depois de uma crise de três meses, apresentou sua demissão coletiva em setembro de 1982.

Após longas negociações envolvendo proprietários, empresários e poder público, o Condephaat realizaria uma experiência inédita ao autorizar a construção de uma moderna torre comercial na parte posterior do terreno de um dos casarões remanescentes da Paulista, o de n.37,¹⁰⁴ antiga residência de Ernesto Dias Castro, construída em estilo *renaissance* francês no ano de 1935, segundo projeto do engenheiro Felisberto Razzini, do escritório Severo Villares, sucessor de Ramos de Azevedo. Os empreendedores do moderno edifício comprometeram-se a restaurar a residência, hoje propriedade do Estado e utilizada para fins culturais, e a considerar no projeto a manutenção da visibilidade do bem de valor histórico.

A solução foi alvo de controvertidas discussões durante as quais se confrontaram opiniões ortodoxas e renovadoras sobre os efeitos da medida, sobretudo no que dizia respeito à adequação estética do projeto moderno ao espaço da propriedade e suas relações com as características arquitetônicas do antigo prédio. É inegável, porém, que a medida possibilitou o efetivo ingresso de um bem cultural representativo no cotidiano da cidade, sem que para isso fosse grandemente prejudicada a integridade histórica do conjunto.

Na década de 1990, com o total apoio da mídia, a Paulista, por sua contemporaneidade, seria reapropriada pela população de São Paulo como um dos símbolos da cidade. Contudo, o antigo casarão continua a ser visto pelos que por ela transitam como uma “casa bonita”, “diferente”, “casa de gente rica de outra época”, o que reforça o lugar

¹⁰⁴ Processo de tombamento n.22.104/82, tombada em 1985.

que o passado ocupa no imaginário social, o de um tempo ideal, para o qual se dirige a nostalgia.

Mais que nas falas dos transeuntes, essa importância está registrada em uma pintura mural realizada na empena de um edifício situado na Praça Oswaldo Cruz, na qual fundem-se tempos, como representação do tempo coletivo, simbólico, o tempo da memória, fora de qualquer possibilidade de medida cronológica. Na parede, o presente é a cortina de vidro azul do Edifício Parque Cultural Paulista, que espelha uma recriação da paisagem anterior à destruição dos casarões, na qual se destaca a Casa das Rosas.¹⁰⁵

Tempos de abertura, de 1982 a 1987

O retorno das eleições diretas para o governo do Estado possibilitou o retorno das oposições democráticas aos quadros da administração pública, à qual pretendiam imprimir nova dinâmica.

Antonio Augusto Arantes, presidente do Condephaat entre março de 1983 e outubro de 1984, expressou posteriormente o clima então vivido:

Eu achava que, como intelectual, tinha que ajudar a dar maior seriedade aos serviços públicos e usar o capital que havia sido acumulado pelo regime militar, socializar esse capital, equipamentos, acervo de conhecimentos e, se possível, trabalhar no sentido da mudança de relação entre a sociedade e o Estado.¹⁰⁶

A abertura pretendida envolvia definir mais precisamente o alcance das ações patrimonialistas. Envolvia também o recriar de maneiras de convivência e trabalho que possibilitassem ampliar a participação dos técnicos no cotidiano do Conselho e influir significativamente na qualidade das decisões técnicas e da organização do Serviço Técnico de Conservação e Restauro (STCR). Por fim, impunha a aproximação entre o Condephaat e a sociedade.

Algumas medidas não previstas na ordem legal que regia o Conselho pretenderam romper, ao menos temporariamente, os estreitos limites de sua atuação. Durante a gestão

¹⁰⁵ O tema foi escolhido pelos condôminos do edifício, entre outros apresentados pelo pintor Hughes Christian Desmazieres, por que “mostrava a Paulista de antes” (Rodrigues, 1996, p.201).

¹⁰⁶ Entrevista concedida à autora em 6.7.1992.

Aziz Ab'Sáber, de outubro de 1982 a março de 1983, foram nomeados “conselhos comunitários”¹⁰⁷ em cidades históricas nas quais o Condephaat vinha desenvolvendo trabalhos. Sua função era discutir os problemas da preservação local com a comunidade, propor soluções em conjunto com o Conselho e ampliar a base de apoio às ações oficiais. Foi também nomeado o “Grupo de apoio”,¹⁰⁸ composto por profissionais altamente especializados para assessorar os conselheiros na resolução de problemas específicos.

Das observações de um de seus membros, Flávio Império, desenvolveu-se no Conselho¹⁰⁹ uma discussão que, nesse período marcado pela ânsia de democratizar o poder público, refletiu uma sensível mudança de entendimento da ação preservacionista. Tratava-se do tombamento e restauração da Vila Itororó, conjunto residencial construído durante a década de 1920, na Bela Vista, em São Paulo.

A Vila, àquela época habitada por população de baixa renda, estava bastante deteriorada – embora seus aspectos peculiares, decorrentes do empirismo e da rica imaginação de seu antigo construtor e proprietário, se mantivessem – e fora objeto de um projeto de restauração de autoria dos arquitetos Décio Tozzi e Benedito Lima de Toledo. A proposta desses experientes profissionais era ocupar o conjunto com restaurantes, pizzarias, belvederes e ateliês de artistas, o que implicava desalojar os moradores, atitude justificada pelo argumento de serem esses usos, cultural e de lazer, tradicionalmente considerados compatíveis com a aura de excepcionalidade criada em torno de bens quando de seu tombamento

Estudando o processo¹¹⁰ que tramitava pelo Condephaat, Flávio Império classificou a interpretação de cultura que norteava o projeto de “altamente folclórica” e “alienada”, porque considerava apenas a antiga ocupação do bairro pelos italianos, desconhecendo a dinâmica posterior, marcada por elementos portadores de outras experiências culturais,

¹⁰⁷ Das comissões criadas em Bananal, a regional do Vale do Paraíba e a regional do Litoral, apenas a primeira funcionou. Na gestão de A. A. Arantes, na reunião de 5.12.1983, o Conselho definiu com maior precisão o perfil dessas comissões, de modo a subsidiar sua institucionalização. Processo n.22.449/83, Seção de Protocolo do Condephaat.

¹⁰⁸ Do “Grupo de apoio” participaram Antonio Augusto Arantes, Paulo Affonso Leme Machado, Helmut Troppmair, Miguel Juliano e Silva, Flávio Império, José Sebastião Witter, Mauro Vitor e Ernani Silva Bruno. Processo n.22.373/82, Seção de Protocolo do Condephaat; Reunião de conselho, Ata n.523, 9.11.1982, Centro de Documentação do Condephaat.

¹⁰⁹ Reunião de conselho, Ata n.531, 7.12.1982, Centro de Documentação do Condephaat.

¹¹⁰ Guichê n.00019/81; Processo n.22.372/82.

Imagens do passado

pertencentes a camadas recém-urbanizadas, cujas atividades de trabalho dependiam da proximidade com o centro da cidade e dos baixos aluguéis oferecidos pela transformação de residências unifamiliares em multifamiliares. Além de outras, referentes a influências do entorno na manutenção das condições de habitabilidade das antigas edificações, as observações de Império suscitaram discussões sobre as limitações ao uso do direito de propriedade impostas pelo tombamento e os efeitos sociais das intervenções preservacionistas sobre as populações carentes.

Dessa forma, Império invertia o sentido em geral impresso às análises dos patrimonialistas e chamaria a atenção para a dinâmica social e para a historicidade dos objetos culturais. Em sua colocação estão implícitas as ideias de que a preservação não envolve apenas a consideração do passado, mas, sobretudo, a do presente; que o tombamento não autoriza apropriações apenas para uso cultural; que o patrimônio tem um papel social mais amplo do que representar o passado.

O impacto social do tombamento merecera anteriormente uma observação de Ab'Sáber, o que reforça a ideia de que se processavam mudanças de ponto de vista quanto à utilização desse instituto jurídico:

Tombar por tombar não é atitude nem moral nem socialmente defensável. O tombamento deve ser feito com vistas à restauração da obra e visando à melhoria das condições de vida dos grupos humanos que a habitam.¹¹¹

Não se tratava de considerar apenas o reconhecimento oficial, mas o custo social do ato de proteção oficial, o que remetia à discussão de questões como a da adequação do instituto jurídico do tombamento e a do uso do patrimônio para a revitalização de áreas urbanas e a da importância das múltiplas memórias integrantes da cultura urbana.

Os efeitos da utilização adequada de bens culturais era uma das discussões do momento, quase sempre exemplificada pelo projeto de autoria de Lina Bo Bardi, recém-implantado pelo Serviço Social do Comércio (Sesc), no bairro da Pompéia, que rapidamente se tornara uma referência na cidade e estabelecera uma nova dinâmica nas proximidades de um antigo espaço fabril, adaptando-o para um centro de convivência no

¹¹¹ Entrevista sobre a Vila Itooró. *Folha de S.Paulo*, 21.11.1982.

Imagens do passado

qual se desenvolviam múltiplas atividades de cultura e lazer para diferentes estratos da população.

Segundo Flávio Império, após essa experiência, “não dá mais para a gente se perder em devaneios de pequeno-burgueses que não levam a nada”,¹¹² isto é, não era possível admitir-se o estabelecimento de usos voltados ao consumo das camadas médias urbanas sempre dispostas à fruição do “típico” produzido, com altos custos sociais, em função de um mercado consumidor; também já não se aceitava sem críticas a destinação dos bens tombados estabelecida pela ortodoxia preservacionista, quase sempre voltada a ressaltar suas características excepcionais, pelos usos culturais destacados e valorizados de um ponto de vista elitista.

A necessidade de impedir a criação de “um campo artificial”, de uma “redoma de valores culturais para o quadro do cotidiano” foi mencionada pelo conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses, e também por Ab'Sáber, ao considerar que ao Conselho cabia “cruzar os problemas de ordenação do espaço do passado com a ordenação do espaço do presente”,¹¹³ o que vale dizer que a preservação era uma das formas de se manter os elos entre os tempos que compõem a memória da sociedade.

A discussão sobre a Vila Itororó, pela própria composição do Conselho, orientava-se por uma concepção de cultura diversa das que anteriormente haviam prevalecido. Vista como criação cotidiana atinente a um espaço determinado, a cultura se tornava parte integrante do presente, objeto da ação preservacionista, elemento constitutivo da qualidade de vida e campo de expressão das contradições sociais, no qual estava colocada a memória social, ainda que como conceito difusamente delineado.

Essa concepção retomava as discussões sobre a preservação do meio ambiente iniciadas na década anterior e, juntamente com a crescente preocupação da sociedade com as condições ambientais, orientaram mais tarde a extensão das ações preservacionistas para grandes áreas urbanas, como os bairros Jardins, em São Paulo, e reforçaram outras já iniciadas para áreas naturais de porte, como a Serra do Mar e a Jureia.¹¹⁴ Do mesmo modo,

¹¹² Reunião de conselho, Ata n.531, 7.12.1982, Centro de Documentação do Condephaat.

¹¹³ Reunião de conselho, Ata n.531, 7.12.1982, Centro de Documentação do Condephaat.

¹¹⁴ O tombamento da Serra do Mar foi proposto em 1977; o Conselho decidiu favoravelmente a seu tombamento em 1982, mas apenas em 1985 ele seria homologado pelo secretário da Cultura, após estudos de delimitação da área tombada, realizados por uma equipe mista de representantes do Conselho Estadual de

embora restrita a menções nos trabalhos técnicos, essa concepção abria espaço para a consideração do universo da cultura popular, como um dos lugares de expressão de memória.

A partir de 1975, a “cultura popular” foi incluída na redefinição que se processava nas diretrizes da política de patrimônio do governo federal; o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) procurou mapear e qualificar os indicadores da cultura brasileira de modo a torná-los matéria-prima dos desenhos de produtos industriais. Ao ser incorporado pela Fundação Nacional Pró-Memória, em 1979, o CNRC, segundo Miceli,¹¹⁵ já havia contribuído para acelerar as mudanças no que se refere à doutrina e à renovação de lideranças do setor de proteção ao patrimônio.

De um modo geral, a ortodoxia preservacionista fragilizara-se, não obstante ainda presente no Condephaat, ao lado de outras posturas, parte das quais renovavam as reflexões sobre os critérios de valorização de bens culturais. Um exemplo é esclarecedor. Em parecer datado de 1982 sobre o Mercado Municipal de Campinas,¹¹⁶ Antonio Augusto Arantes, então assessor do Conselho, utilizou como argumento favorável ao tombamento o papel desse bem na dinâmica cultural da cidade; tratava-se de um ponto de encontro de todas as camadas sociais, de desenvolvimento de certas práticas comerciais e de formas de sociabilidade.

A organização do trabalho interno também refletiu a disposição de renovar, manifesta no Conselho. Os técnicos passaram a atuar em equipes de trabalho compostas por profissionais representantes de cada área de saber, presentes no STCR; em seu interior, as discussões e o confronto de opiniões foram rompendo a rigidez dos conhecimentos específicos e abrindo o entendimento da complexidade dos objetos de trabalho cujos desafios tenderam a ser enfrentados interdisciplinarmente.

Tendo acesso às sessões do Conselho, as opiniões dos técnicos ganharam peso nas decisões, o que os impulsionava a aprofundar e especializar seus conhecimentos. Referindo-se a esse aspecto, Arantes ressaltou que durante sua gestão a relação com o

Meio Ambiente e do Condephaat, liderados pelo Prof. Augusto Humberto Vario Titarelli, vice-presidente do Condephaat. O processo de tombamento do Maciço da Jureia e Rio Verde, n.0306, foi aberto em 1973. O tombamento foi homologado pelo secretário de Cultura em 1979.

¹¹⁵ Miceli, 1984, p.79.

¹¹⁶ Processo de Tombamento n.22.362/82, Centro de Documentação do Condephaat.

Imagens do passado

corpo técnico fora colocada desde o princípio “no plano das competências intelectuais”, uma vez que o perfil do STCR permitia “estabelecer o fluxo de idéias e debates” que construíram a “respeitabilidade do objeto específico, da maneira específica de se tratar esse objeto”.¹¹⁷

O aperfeiçoamento do pessoal técnico teve grande impulso quando da realização do Seminário *Cultura, Patrimônio e Preservação*,¹¹⁸ em meados de 1983, com o objetivo de fomentar a discussão e a troca de experiência entre os profissionais de diversas especialidades e os técnicos. As discussões desenvolvidas resultaram na ampliação do entendimento sobre a importância de diversos aspectos envolvidos nas mais recentes posturas internacionais sobre o patrimônio, marcando no STCR a superação, do ponto de vista conceitual, da história da arquitetura como referência básica para a seleção do acervo tombado.

Tomando contato com o pensamento de Walter Benjamin e participando de diversas discussões, entre as quais algumas de caráter técnico, os técnicos passaram a perceber mais claramente as relações entre preservação e memória; ao mesmo tempo, amadureceram a antes iniciada crítica da ação preservacionista desenvolvida pelo Estado e questionaram o posicionamento técnico que, com base em um saber específico, entende deter o direito exclusivo de decisões de interesse social.

O clima de reflexão entre os técnicos coincidiu com a crescente valorização da memória e da preservação pela sociedade, movimento expresso, entre outras formas, pela busca das raízes culturais de grupos étnicos que, reivindicando o direito ao passado, procuravam firmar sua cidadania; pela expansão de grupos voltados à preservação do meio ambiente; pelo interesse de empresas privadas em divulgar sua história e pela organização de arquivos históricos particulares.

Nesse quadro, o impacto das ideias veiculadas durante o Seminário *Cultura, Patrimônio e Preservação* foi comparável ao provocado anos antes por aquelas expressas por Varine-Bohan. A incorporação de memória entre os conceitos norteadores das atitudes

¹¹⁷ Entrevista concedida à autora em 6.7.1992.

¹¹⁸ Parte das conferências, mesas e discussões, então realizadas, foi publicada (Arantes, 1984). A publicação foi uma forma de divulgar as atividades do Conselho; nesse sentido, também foi publicado o trabalho de dois técnicos resgatando a cultura japonesa em Mogi das Cruzes, por meio do estudo da Fábrica de Chá Tokio, *Casarão do chá* (cf. Kuniyoshi & Pires, 1984).

preservacionistas dos técnicos faria surgir propostas de trabalho até então inéditas no Condephaat.

A disposição dos técnicos ia ao encontro da disposição renovadora da presidência do Conselho, favorecendo o desenvolvimento de algumas experiências que mostraram a necessidade de revisão das práticas preservacionistas oficiais, cada vez mais distantes das questões suscitadas pela dinâmica da sociedade.

A meta privilegiada por Arantes foi a aproximação entre o Condephaat e a sociedade. Para tanto, contou com a colaboração de uma assessoria específica, de Comunicação e Publicação, o que não obstaculizava iniciativas surgidas no STCR, como a de organização do Centro de Documentação do Condephaat, no qual está guardado um importante acervo – biblioteca especializada e o conhecimento gerado no órgão, pesquisas, levantamentos arquitetônicos e fotográficos, plantas, processos de tombamento – e que atende ao público interno e externo.

Na mesma época desenvolveram-se iniciativas complementares aos estudos de tombamento por meio dos quais procurou-se ampliar a ação do Condephaat. Entre essas, a desenvolvida em Bananal, cidade do Vale do Paraíba, com o objetivo de criar um espaço para que a “comunidade assumisse o papel de sujeito na defesa e valorização de seu patrimônio”.¹¹⁹ Durante o segundo semestre de 1983, um grupo de técnicos serviu-se da estrutura escolar daquele município para desenvolver um programa de formação de professores e discutir com setores da população a importância da preservação dos edifícios e traçados urbanos locais, tendo como referência os conceitos de memória coletiva e identidade, embora por vezes relacionados de forma ainda imprecisa. De qualquer modo, o esforço de utilizá-los como justificadores da ação preservacionista revelou a transformação de mentalidade que se operava no STCR.

Nesse mesmo semestre, com o objetivo de analisar as relações entre os moradores de Santana de Parnaíba e seu patrimônio, bem como sua percepção sobre a ação

¹¹⁹ Bananal, projeto de revitalização - Escolas, Condephaat, mimeografado, in Caixa s. n. com o mesmo título, Centro de Documentação do Condephaat. O projeto contou com os técnicos envolvidos no estudo de tombamento, Naira Morgado, Marly Rodrigues, Mauricio Galves, Samuel Kruchim, Sonia de Deus Rodrigues e com o apoio de outros, como Tereza Cristina Epitácio. Abandonado pelo Condephaat em 1984, foi retomado em 1987 por um grupo composto por técnicos do Sphan, da Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental (Cetesb), da Coordenadoria de Normas Pedagógicas e da Universidade de São Paulo (Cenp-USP), que deu origem à tese de Lucena (1991).

Imagens do passado

preservacionista do Estado,¹²⁰ a Assessoria de Comunicação e Publicação, criada por Arantes, coordenou uma pesquisa que exporia a complexidade da ação preservacionista e suas relações com o universo simbólico local. Os resultados mostrariam que os moradores tinham visões diferenciadas e fragmentadas dos bens que o Estado pretendia preservar, visões essas situadas entre a valorização do “passado colonial”, apreendido pela história oficial, e as memórias das antigas famílias, que se consideravam portadoras da verdadeira cultura local. Todas as visões encontravam-se, porém, na percepção do espaço público como cenário das festas locais, profanas e religiosas que, em diferentes graus, mobilizavam a todos e constituíam rituais de acesso dos novos moradores ao espaço privado das famílias tradicionais da cidade.

Os resultados da pesquisa evidenciaram a falência do modelo preservacionista baseado em critérios da história da arquitetura e da história nacional, e instigava a busca de formas de intervenção que considerassem a dinâmica das relações entre os moradores e os significados por eles atribuídos às manifestações da cultura local, no caso as festas, de modo a se contrabalançar “a tradicional (e inevitável) função de órgão fiscalizador”¹²¹ exercida pelo Condephaat. Promovendo o conhecimento sobre sua própria atuação, o Conselho procurava entender os mecanismos culturais que deveriam ser mobilizados no sentido de tornar suas ações mais eficientes.

Embora nessa fase a tendência do Conselho fosse a de diminuir a distância que separava a ação preservacionista dos processos culturais locais, uma política preservacionista que abarcasse o conjunto do processo cultural das localidades envolvidas encontrava forte resistência não apenas na estrutura da administração pública, como no interior do próprio Conselho. Ao propor ao colegiado uma estratégia de apoio à pesquisa então em desenvolvimento em Santana de Parnaíba – a exposição “Carnaval em Parnaíba”, que pretendia valorizar e divulgar as técnicas de feitura, os artesãos e o significado dos cabeções usados na cidade durante o carnaval –, uma historiógrafa do Condephaat, Celina

¹²⁰ A pesquisa *Santana de Parnaíba: memória e cotidiano* foi desenvolvida pelos técnicos Naira I. M. Morgado, Carmem Lúcia M. V. de Oliveira e Celina Kuniyoshi, sob a coordenação do antropólogo José Guilherme Cantor Magnani. Esse trabalho inspirou a elaboração de uma tese sobre a apropriação dos significados do patrimônio pela população local (cf. Morgado, 1987).

¹²¹ Relatório de pesquisa “Santana de Parnaíba: memória e cotidiano”, p.79, Centro de Documentação do Condephaat.

Imagens do passado

Kuniyoshi, foi questionada quanto à prioridade da iniciativa e a competência de o Conselho realizar essa atividade.¹²²

Efetivamente incorporados enquanto experiência pelos que dela participaram, os trabalhos de Bananal e Santana de Parnaíba não tiveram desdobramentos práticos. Isso implicaria mudar totalmente a orientação que por tradição baseava as ações patrimonialistas, ampliando-as a partir da consideração do papel dos bens nas dinâmicas culturais de cada localidade. Envolveria, portanto, romper com as bases conceituais da ação preservacionista, a história-memória oficial e a história-memória da arquitetura, substituindo-as pelo conceito de memória coletiva, adotar novos métodos e ampliar o rol das figuras jurídicas que suportam a proteção oficial.

Do ponto de vista político-administrativo, a adoção de uma postura preservacionista que privilegiasse a complexidade cultural teria como condição primeira a mudança do caráter do órgão, tornando-o um organismo voltado à pesquisa da memória e à interação com as populações locais.

Os temas de reflexão suscitados pelas duas experiências foram considerados na proposta encaminhada, sem resultados, a representantes dos poderes municipais paulistas, em setembro de 1984. Significando o amadurecimento da ideia de necessidade de mudança do caráter do Condephaat, essa proposta tinha como objetivo aliar a criação de conselhos locais à novas funções do Conselho, especialmente no que se refere a assessoria às prefeituras e ao estabelecimento de planos regionais de preservação, tornando, desse modo, o órgão mais normativo e menos fiscalizador.¹²³

A partir de então, os trabalhos referidos alimentaram inúmeras propostas que técnicos e conselheiros encaminharam ao secretário de Cultura visando à redefinição das ações e à melhoria das condições de atuação do Condephaat.¹²⁴ Uma delas, apresentada a

¹²² Reunião de conselho. Ata n.595, 27.2.1984, IBPC, Arquivo 9º CR, Pasta AD41.1, s. n.

¹²³ *Patrimônio Cultural* - Proposta para uma ação conjunta, apresentado no 28º Encontro Estadual de Municípios realizado em Campos do Jordão, in Secretaria de Estado da Cultura – Condephaat, *Relatório de Gestão*, maio 1983/outubro 1984, mimeografado, Centro de Documentação do Condephaat.

¹²⁴ No final de 1982, o corpo técnico expressou de modo sistemático a preocupação de formular uma “política de preservação ... dirigida à produção cultural em seu conjunto”, por meio de documentos que registraram a discussão realizada por três grupos – de legislação, de preservação e de balanço dos trabalhos; no início do ano seguinte, ampliados e sob o título *Trabalhos em andamento no STCR*, os documentos foram entregues ao presidente do Conselho, A. A. Arantes. Em abril de 1984, outro documento sintetizaria as discussões dos técnicos visando à formulação de uma política de preservação: *Contribuição do STCR para a discussão – Formas de atuação do Condephaat*, Centro de Documentação do Condephaat. Este último documento foi

Jorge da Cunha Lima, em junho de 1984, foi a *Diretrizes para a formulação de uma política de atuação do Condephaat*.

Essa proposta se estruturara ao longo de um processo de discussão desenvolvido por técnicos e conselheiros, do qual fizeram parte diagnósticos e análises relativas às dificuldades conceituais e administrativas do Conselho. Ela foi também uma resposta política à exclusão do órgão da reorganização em curso na Secretaria da Cultura, embora por ocasião das reformas, em setembro de 1983, tivesse sido entregue ao secretário o anteprojeto do decreto que pretendia reestruturar o Condephaat e ampliar suas atribuições, de modo a atender com mais eficácia as tarefas de identificação, proteção e valorização do patrimônio cultural paulista, dentro de uma nova conceituação que, ampliada, incluía o conceito de memória.

No anteprojeto o patrimônio fora definido amplamente como conjuntos urbanos, assentamentos, estruturas arquitetônicas, bens naturais e sítios arqueológicos, além de artefatos, obras de arte e documentação arquivística, tomados individualmente ou em conjunto, dotados de representatividade histórica, artística, técnica, científica ou afetiva, e dotados de significados para a memória social.¹²⁵

Após breve diagnóstico, a proposta de política de preservação expunha as premissas de suas diretrizes. No que se refere aos conceitos, reafirmavam o de patrimônio cultural como domínio da produção de sentido – com prioridade, no âmbito do Conselho, para a cultura material, entendida esta como vetor das relações sociais, isto é, portadora de significados –, o que implicava a não reificação do patrimônio e a impossibilidade de limitar a constituição do patrimônio cultural “oficial” à aplicação de “um rol de critérios fixos e de sintomas objetivos, representando o gosto e padrões culturais dominantes em segmento exclusivo da sociedade”.

Daí decorre que a definição de patrimônio “só deveria ser possível enquanto *conhecimento científico* e dar conta da compartimentação e hierarquização da sociedade”. Finalmente, no que se refere aos conceitos, o documento considerava na noção de patrimônio cultural “tanto os produtos da ação humana, quanto da natureza, já que é a

absorvido no *Diretrizes para a formulação de uma política de atuação do Condephaat*, representando a posição de técnicos e conselheiros, in *Relatório de Gestão*, maio 1983/outubro 1984, mimeografado, Centro de Documentação do Condephaat.

¹²⁵ Anteprojeto de decreto, *Relatório de Gestão*, op. cit.

apropriação cultural que permite entender, por exemplo, artefatos e paisagens”. Reconhecendo os conteúdos específicos dos bens naturais, o documento propunha defini-los segundo seu caráter específico: formal, relacionado à “relevância dos valores estéticos”; ambiental, relacionado à “preservação e valorização de outros bens culturais”; de documento biológico, testemunhos de excepcionalidade ou da tipificação de fenômenos da natureza e seus processos; de documento social, testemunho da apropriação social de espaços naturais, ressaltando-se, aí, o conceito de patrimônio ambiental urbano.

O *Diretrizes*¹²⁶ ampliaria esses conceitos ao estabelecer os objetivos do Condephaat a partir da perspectiva de que o patrimônio é um eixo privilegiado de “identidade social” e, assim, serve ao “enriquecimento da qualidade de vida pela dimensão política que a consciência histórica permite”. Sob esse aspecto, a participação do Estado deveria desenvolver-se segundo três linhas: de identificação, de proteção e de valorização do patrimônio cultural. O uso da palavra cultural para adjetivar o patrimônio significava exatamente que se pretendia trabalhar a partir de um conceito específico sobre o qual se compusesse um universo de bens, objetos e paisagens, selecionados por critérios culturais cujo sentido não seria apenas testemunhar o passado ou servir de documento para esta ou aquela disciplina, mas que atendesse o presente não apenas por sua materialidade mas também pelo esclarecimento do mundo simbólico explícito nas relações entre os homens, do qual faz parte a memória. A ação preservacionista deveria resultar do conhecimento científico e, por meio dele, contemplar os múltiplos fios que tecem a diferenciação cultural própria das sociedades contemporâneas.

Seguiam-se recomendações e propostas de curto e médio alcances, nas quais se destacava o papel da pesquisa científica como instrumento básico de ação, pela qual o Condephaat se articularia aos organismos a ela dedicados, como as universidades. Com base na pesquisa, os critérios de prioridade de tombamento deveriam levar em conta os valores cognitivos, formais e afetivos dos bens; em relação aos bens móveis recomendava-se a prevalência do caráter excepcional. O documento terminava com recomendações relativas à proteção física, uso e valorização dos bens e os requisitos institucionais e de funcionamento do órgão, nesse incluídas a criação da carreira de pesquisador como meio da

¹²⁶ *Diretrizes...* in *Relatório de Gestão*, op. cit.

Imagens do passado

efetiva profissionalização dos técnicos do Conselho e a articulação deste aos demais órgãos da Secretaria.

Ulpiano Bezerra de Meneses, juntamente com outros conselheiros e técnicos, participante ativo da elaboração dessa proposta, diz ter sido movido por duas preocupações fundamentais:

a primeira era a criação de uma estrutura que tivesse objetivos melhor definidos e que fosse mais eficaz para atingir estes objetivos; e a segunda era a proposta de linhas gerais para que o órgão pudesse desenvolver uma política que orientasse suas ações ao invés de ficar nessa atomização do cotidiano.¹²⁷

Como em ocasiões anteriores, a possibilidade de transformação do Condephaat seria obstaculizada por falta de apoio político travestido de falta de recursos materiais e de pessoal. Além das dificuldades inerentes a administração pública e da mentalidade que predomina nas ações culturais do Estado, voltada ao espetáculo, a melhoria das possibilidades de atuação na área de patrimônio enfrenta o fato de ele envolver a “história acompanhada de um suporte material que é valor imobiliário”¹²⁸ constituindo este a interface entre a possibilidade de destruição e de valorização cultural de um bem. O interesse do capital prevaleceria inúmeras vezes sobre os da cultura, o que contribuiria para a imagem de fragilidade e ineficiência do Condephaat junto à sociedade, mesmo nas frações beneficiadas com a destruição de edificações de importância reconhecida.

A disposição de reverter essa situação limitava-se, porém, a conselheiros e técnicos, como revela o descaso dos poderes estaduais com as inúmeras propostas delineadoras de políticas que buscavam tornar a determinação do patrimônio um elemento dinâmico do processo cultural. A dissociação entre expectativas e práticas aprofundava ainda mais o movimento de constante recomeçar sem acúmulo de experiência presente no Condephaat, fator este resultante da própria estrutura do órgão que conduz à descontinuidade de seu direcionamento.

Cinco meses após a posse de Modesto de Souza Barros Carvalhosa na presidência do Conselho, em janeiro de 1985, os conselheiros repetiriam um antigo ritual, a discussão

¹²⁷ Entrevista concedida à autora em 11.2.1991.

¹²⁸ Entrevista de A. A. Arantes concedida à autora em 6.7.1992.

das diretrizes de atuação do Conselho. O documento base,¹²⁹ elaborado por Ulpiano Bezerra de Meneses, reafirmava as perspectivas preservacionistas contidas em seus textos anteriores e no já referido *Diretrizes para a formulação de uma política de atuação para o Condephaat*.

Reconhecendo as limitações do tombamento, instituto jurídico rígido, que deixava à margem “não só a proteção social (uso), como também a valorização” dos bens culturais, ele reafirmava a pesquisa científica como instrumento de ação para o “primeiro e insubstituível passo para qualquer programa de preservação”. No entender do conselheiro, a pesquisa científica e outros procedimentos usuais, como as crônicas históricas e o inventário, deveriam ser interdependentes de modo a permitir a revisão constante do cadastro de bens a ser organizado, com o auxílio de instrumentos jurídicos mais flexíveis que o tombamento, como a listagem. Outros aspectos componentes de uma política de preservação – como a articulação com organismos de pesquisa e da administração pública, apoio financeiro, ação cultural e pedagógica – também foram abordados.

A prática do Condephaat continuaria, porém, dissociada das diretrizes de atuação propostas, embora, em consonância com o clima de democratização do período Montoro, o Conselho desenvolvesse algumas ações de grande importância como o tombamento dos bairros dos Jardins, na capital, por seu valor histórico e ambiental, e outros que, com amplo espaço na mídia, teriam mais repercussões políticas que preservacionistas, como a disputa de competências levada a efeito com a Prefeitura de São Paulo sobre a preservação dos bairros de Santa Ifigênia e Campos Elíseos.

O Condephaat também não teria forças para impedir a demolição da Indústria Matarazzo, no bairro paulistano da Água Branca. Embora o imóvel estivesse em estudo de tombamento e se desenvolvessem negociações ente o governo e os proprietários, acabaria por prevalecer o interesse destes que lograram, inclusive, “moldar” a demolição da fábrica promovida de noite para o dia, segundo motivações particulares.

Do antigo e belo edifício industrial que incorporara pequena parte de um dos estabelecimentos fabris mais antigos do Estado, a Cervejaria Antártica, restaram apenas a casa de máquinas e as chaminés, únicos elementos que, entendiam os proprietários –

¹²⁹ *Tombamento e outras formas de preservação*, Centro de Documentação do Condephaat.

contrariando a opinião dos técnicos, cuja proposta era o aproveitamento de todos os edifícios para atender a utilização pretendida pelos primeiros, a instalação de um *shopping* – deveriam permanecer como documento do passado.

A destruição de um significativo lugar de memória da industrialização de São Paulo seria tolerado sem consequências para seus promotores, em um momento em que o Condephaat começava a se proclamar defensor da memória.

Em um documento,¹³⁰ a presidência do Conselho reconhecia a comunidade como “detentora da memória” e apresentava a história como “prerrogativa das camadas dominantes”; em continuação, admitia caber ao conjunto da sociedade participar da proteção de seus bens, de modo a incentivar “a recuperação e o usufruto da memória”. Nesse quadro, prosseguia, as instituições públicas deveriam criar canais que reorientassem as ações institucionais de valorização de bens culturais segundo a conveniência democrática “entre interesses, pensamentos e anseios vários”, o que incluía a “gestão conjunta entre capital privado e público”.

Concluindo, explicitava o objetivo final destas ações:

O patrimônio cultural funciona assim como um eixo privilegiado de identidade social e, portanto, como enriquecimento da qualidade de vida pela dimensão *política* que a *consciência histórica* permite. Nessa linha, o objetivo final da ação relativa ao patrimônio cultural deve ser a reapropriação do sentido pleno da cidadania pela contribuição específica que pode ser trazida pela prática cultural.¹³¹

A menção à memória e o reconhecimento da dimensão política do patrimônio não garantiram efetivas transformações do significado atribuído ao patrimônio pelo Condephaat. Embora a ação do Conselho houvesse efetivamente se estendido para representações externas à história oficial, não alcançaria, ao menos plenamente, o campo da memória coletiva, um dos pilares sobre os quais se assenta a cidadania.

O Condephaat fora estruturado como um órgão instituidor da memória oficial, cuja determinante tem sido a história-memória regional e nacional. Estas, pretensamente de “todos”, são, de fato, dos grupos sociais nelas representados. Embora essa situação tenda a mudar em razão das próprias mudanças que vêm ocorrendo na escrita da história, o

¹³⁰ Carvalhosa, M., documento sem título, datado de dezembro de 1985, p.5 e 6, mimeografado, Centro de Documentação do Condephaat.

¹³¹ *Ibidem*, p.4.

Imagens do passado

patrimônio tem deixado de representar inúmeras memórias e também o Condephaat é pouco solicitado diretamente em relação a isso.

Um exemplo, talvez único, de solicitação de tombamento baseado na valorização da memória de um grupo específico foi encaminhado ao Condephaat pelo Sindicato dos Jornalistas de São Paulo. Iniciativa de um ex-presos político, ela significou a possibilidade de reconhecimento oficial do papel dos grupos que, em passado recente, haviam resistido ao autoritarismo implantado no país. A solicitação vinculava experiências ainda vivas, memória coletiva, a um espaço e, por meio deste, aos que, em períodos anteriores, haviam assumido atitudes de resistência política, de modo a estabelecer entre passado e presente uma linha de continuidade, a resistência da esquerda, também prova da resistência de um projeto de transformação da sociedade, em um momento em que este começava a se esvaír.

Diante da destruição do presídio Tiradentes, na capital paulista, “um dos mais célebres locais de confinamento de muitos que se bateram pela liberdade do país”, solicitava-se que o arco do portal, único marco remanescente da antiga edificação, fosse tombado e transformado em monumento público em “memória de todos aqueles que, durante toda a história do Brasil, se colocaram ao lado do povo na luta contra o arbítrio e a opressão”.¹³²

O momento, de redemocratização, e a presença de pessoas sensíveis às posições de esquerda no Conselho contribuíram para a decisão favorável ao tombamento, o que assinalou um importante acréscimo conceitual ao Condephaat. No parecer final, o conselheiro relator acrescentaria aos significados já atribuídos ao arco um outro, o de símbolo do “esforço atual para plena redemocratização do país”.¹³³

A memória coletiva não se tornaria, porém, um critério rotineiramente utilizado na avaliação de bens. Entretanto, com frequência, a necessidade do conhecimento dos objetos de tombamento levou os técnicos a buscarem informações que se situam fora do campo da memória histórica regional; assim, elementos novos, da memória individual e coletiva, foram sendo incorporados ao conhecimento dos bens, agregando-se a importância histórica que já lhes havia sido conferida pela própria sociedade ao solicitar o reconhecimento

¹³² Processo de Tombamento n.23.345/85, Centro de Documentação do Condephaat.

¹³³ Ibidem.

oficial. Dois casos exemplificam a preocupação com o registro da memória, os projetos *Caminho das Tropas* e *Memória Escolar*.

No primeiro, a utilização de um programa de depoimentos permitiu o registro de histórias de vida de pessoas que desde o início até meados do século XX haviam se dedicado à atividade tropeira. Desse modo, não apenas experiências individuais, mas também lembranças ouvidas de antepassados possibilitaram reconstituir a organização das atividades, as funções, os hábitos que caracterizavam esse grupo profissional, o antigo traçado de estradas, as referências topográficas e de paisagem, a localização de antigos criatórios e pousos; assim, o chão e as pedras comuns a muitas vidas puderam ser recolocados como elos remanescentes da cultura predominante em ampla região do sul do Estado, até há cerca de 50 anos, e, hoje, apenas revivida como tradição pelas festas periódicas, verdadeiros rituais que tentam a manutenção de uma memória que tende a se perder totalmente com o desaparecimento deste grupo profissional e com a destruição dos antigos espaços de desenvolvimento do tropeirismo.¹³⁴

O *Memória Escolar* originou-se de um ajuste de cooperação técnica assinado em 1984 entre o Condephaat e a Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo (Conesp), visando à adequação das intervenções de manutenção e restauro de antigos edifícios da rede pública de ensino. Durante as pesquisas, observou-se que as tipologias de edificações de escola no Estado refletiam o projeto educacional desenvolvido pelos republicanos no final do século XIX, o que ampliava o alcance de seu valor histórico. Isso originou a assinatura de um termo de cooperação técnica entre as Secretarias de Estado da Educação e da Cultura para o restauro de 166 escolas construídas até 1920.¹³⁵

¹³⁴ A pesquisa sobre o tropeirismo não foi continuada na gestão de Paulo Bastos, que se seguiu à de Carvalhosa, em 1987. O trabalho começara a se desenvolver em São Paulo por iniciativa de técnicos do atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, antes IBPC, e do Condephaat, em 1984. Posteriormente, se estenderia a outros Estados e recebeu o apoio oficial dos órgãos envolvidos – Spahn e Secretarias de Estado da Cultura do Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul –, com a assinatura de um protocolo de intenções em setembro de 1985, publicado no *Diário Oficial do Estado de São Paulo* em 24 de outubro daquele mesmo ano. O objetivo do projeto era a identificação e a valorização dos remanescentes da cultura tropeirista ao longo do antigo Caminho do Viamão.

¹³⁵ Respectivamente os documentos: Condephaat, Processo n.01.606/84, publicado no *Diário Oficial do Estado de São Paulo* em 19.5.1984, e o Termo de Cooperação assinado em 25.1.1986, durante uma cerimônia pública realizada no Instituto de Educação Padre Anchieta, em São Paulo.

Imagens do passado

Do projeto fazia parte um programa de “sensibilização da comunidade escolar”¹³⁶ que deveria se desenvolver concomitantemente às obras de restauro, como estratégia de mobilização e conscientização das comunidades escolares, para a preservação de cada unidade. A elas caberia tecer sua memória, o passado ainda vivo por meio de objetos e lembranças, recolhidos entre os que haviam convivido nas escolas eleitas para receberem a proteção oficial.

A história continuaria, porém, a ser o fundamento das ações do Conselho. Durante a gestão de Modesto Carvalhosa, algumas menções à necessidade de “conscientizar a população dos verdadeiros valores que o Condephaat procura preservar”¹³⁷ parecem indicar que, em certos momentos, o Condephaat voltava a perceber-se como portador, ao estilo modernista, da “missão” de salvar a cultura regional da ação de vândalos.

Tal postura, herdada da tradição elitista brasileira, que considera existirem segmentos da sociedade incapazes de se reconhecerem como produtores de cultura, contrasta com o discurso democratizante então assumido, embora explique, em parte, a inexistência de decisões para uma efetiva democratização da memória instituída pelo Estado. Para tanto, seria necessário assumir uma ação preservacionista, fruto de pressões de segmentos sociais, que ultrapassasse os limites estabelecidos pela rígida estrutura administrativa do poder público, baseada na vontade política de romper com traços marcantes da cultura política brasileira, especialmente o que referentes à mentalidade que rege as relações entre o Estado e a Sociedade, dos quais faz parte uma concepção de cidadania restrita ao exercício formal da expressão política. Uma ação preservacionista que se tornasse mobilizadora de memórias na qual elas ainda se encontram vivas, e, por isso, passíveis de preservação em lugares que, materializando-as, as tornem instrumentos de reflexão, de crítica e de recriação do presente.

No período entre 1982 e 1987 o Condephaat atingiu o perfil de atuação possível no quadro da estrutura político-administrativa em que está inscrito e de uma sociedade na qual o direito ao passado é, ainda, privilégio de poucos.

¹³⁶ Projeto *Memória Escolar*: arquitetura/história, proposta datada de 7.11.1985, Centro de Documentação do Condephaat. Previa-se a elaboração de programa didático-pedagógico, e elaboração de material de apoio: texto, cartazes e audiovisuais. Este projeto também não se desenvolveria. O estudo sobre a Escola Pública continuaria a ser desenvolvido em caráter particular pela arquiteta Wolff (1992).

¹³⁷ Reunião de conselho, Ata n.627, 3.3.1985. Centro de Documentação do Condephaat.

Imagens do passado

A ampliação gradativa do campo conceitual que baliza os trabalhos do órgão e a extensão de sua competência ao meio ambiente, ao mesmo tempo em que deixavam vislumbrar a potencialidade política do patrimônio, desnudavam os impedimentos à sua plena realização; essa possibilidade mostrou não se situar apenas no campo do conhecimento, mas também, mais claramente, no da vontade política dos governantes e da sociedade.

O patrimônio de São Paulo: memória e história

Considerado pelos antigos romanos como um direito de herança, parte da esfera privada, o patrimônio começa a significar herança pública a partir do Renascimento e, no século XVIII, torna-se objeto de políticas específicas de proteção.

A noção de patrimônio tem se ampliado e hoje o entendemos como parte da memória da sociedade, um amplo e diversificado conjunto de bens, no qual se incluem os documentos históricos, em geral depositados em arquivos públicos e privados, e o meio ambiente. É comum, porém, a palavra patrimônio ser utilizada em um sentido restrito, representando apenas o conjunto de bens tombados pelo poder público, ou ainda, mais restritamente, o de edificações que receberam a proteção jurídica do tombamento.

Por meio do patrimônio as sociedades criam formas de representação do passado nas quais se justificam valores que fundamentam as relações sociais no presente; ele é um lugar de memória que permite compor imagens que sustentam identidades individuais e coletivas. É, por isso, um campo de disputas simbólicas no qual se refletem as possibilidades de cada segmento social apropriar-se do passado e manter ou conquistar o acesso pleno aos direitos sociais, o que os torna também um lugar de esquecimento, de exclusão, em constante mudança.

O patrimônio do Estado de São Paulo, até 1987 composto de cerca de 260 bens, inclui coleções de arte, áreas naturais, logradouros, núcleos e áreas urbanas, além de inúmeros tipos de edificações. Conjunto heterogêneo, cuja seleção se faz com base, principalmente, na história e na arquitetura, sua composição está também sujeita às renovações que ocorrem nessas áreas de conhecimento.

No que se refere à história, as tendências que valorizam aspectos culturais da sociedade e admitem o conhecimento do passado como uma recriação parcial apenas recentemente ultrapassaram o círculo de especialistas para alcançar o do ensino e da mídia, de forma a impor a multiplicidade de perspectivas possíveis sobre o passado. No senso

comum, a concepção da história como narrativa do passado nacional ou regional não foi completamente rompida, manifestando-se ainda com parte do imaginário que norteia a valoração dos bens culturais, quer pela sociedade, quer pelo Condephaat.

A observação do conjunto de bens tombados, pelo menos até 1987, revela esse aspecto, bem como, em menor proporção, anuncia o valor que a sociedade começava a atribuir à memória, isto é, a busca de um “processo psicossocial de representação de si próprio”, embora muitas vezes mesclando-a com a própria história, “operação cognitiva”, “forma intelectual de conhecimento”.¹³⁸ Assim, a memória explicitada até esse período pelo conjunto de bens tombados é, ainda, marcadamente, a memória-histórica regional, e não a memória da sociedade paulista.

Na composição do patrimônio de São Paulo está também presente a tradição construída pela ortodoxia do Sphan, orientada na história escrita pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, que, preocupado em escrever uma história de caráter patriótico e cívico, elegeu o bandeirante como figura simbólica da terra paulista. Por meio dele se estabeleceram os vínculos entre a formação da nação brasileira e os paulistas, pois o bandeirante foi relacionado a momentos cruciais da história nacional. Durante o período colonial, ele alargou as fronteiras e os limites estabelecidos tornaram-se limites da nação; a independência, além de ser forjada por um líder paulista, José Bonifácio, também se concretizara em terras bandeirantes, às margens do Ipiranga.¹³⁹

Na opinião de Bittencourt,¹⁴⁰ o bandeirante tendeu a tornar-se um símbolo nacional. Nos livros didáticos, importantes instrumentos de divulgação da memória histórica, sua figura foi vinculada de diferentes modos – desbravador de territórios, disciplinador e guerreiro ou modelador de uma forma de brasilidade – que corresponderam a diferentes conjunturas entre as décadas de 1910 e de 1930; todos, porém, levavam às crianças o exemplo, interpretado como de disciplina e trabalho do povo paulista, que conseguira transformar sua pobreza inicial em progresso e modernização.

O mito bandeirante se afirmaria por vários caminhos e se prestaria a inúmeras manipulações justificadoras do presente pelo passado. Na década de 1920, diante da crise

¹³⁸ Meneses, 1992, p.22.

¹³⁹ Schwarcz, 1989.

¹⁴⁰ Bittencourt, 1990.

de representatividade do regime republicano, agravada pelos movimentos sociais urbanos, ele foi reforçado.

Em 1922, ano em que se comemorava o centenário da Independência, Afonso d'E. Taunay inaugurou no Museu Paulista, do qual era diretor, uma sala dedicada à História de São Paulo, e completou a decoração do saguão dando destaque a estátuas de bandeirantes. No edifício da Bolsa de Café, inaugurada em Santos no mesmo ano, um vitral desenhado por Benedito Calixto vincula as riquezas de São Paulo, lavoura e indústria, à atuação dos bandeirantes.

Também em 1922, começaria a ser publicada a obra de Taunay, *História geral das Bandeiras Paulistas*, foi reeditada a *Nobiliarquia paulista*, de Pedro Taques e, por iniciativa de Washington Luís, o Estado começou a publicar a coleção *Documentos da História de São Paulo*. Em 1936, quando as elites paulistas davam largos passos ao encontro do que acreditavam ser seu lugar na nação, o candidato à presidência da República, Armando de Salles Oliveira, reinterpreto o Monumento às Bandeiras, obra de Brecheret como “uma arrancada bandeirante para a conquista da terra virgem ... iniciando uma nova etapa de sua obra a serviço da Pátria”.¹⁴¹

Efetivamente inscrita no imaginário de gerações, a figura do bandeirante alimentaria a identidade e o orgulho dos paulistas e serviria para distingui-los do conjunto dos brasileiros. A pretendida excelência dos paulistas seria corroborada por outra figura mitológica, a do proprietário de grandes plantações de café, moldada como herdeira do espírito desbravador do bandeirante, e, mais ainda, passaria a ser considerada como portadora de qualidades que a levaram a influenciar a política nacional como membro da Corte e artífice da República.

Em um período de ascensão do conservadorismo, como os treze primeiros anos de atuação do Condephaat, a evocação do bandeirante e do grande cafeicultor atenderia quer à distinção de setores sociais, que identificavam sua genealogia com a dos bandeirantes, quer às abordagens comemorativas e cívicas da cultura e da educação. Entre os primeiros bens móveis tombados pelo Condephaat, respectivamente em 1969 e 1970, estão as obras de

¹⁴¹ Batista, 1985, p.97-103.

Imagens do passado

Benedito Calixto e Almeida Junior, autores que consagram os feitos bandeirantes em suas pinturas.

A pretendida excelência da gente paulista representada nas figuras do bandeirante e do cafeicultor já havia orientado a ação do Sphan em São Paulo. Ao avaliar as edificações passíveis de proteção no Estado, Mário de Andrade, referenciado no barroco, observa a “miséria artística tradicional” cujas causas atribui à “contínua evasão dos Paulistas empreendedores para outras partes do Brasil, nos sécs.XVII e XVIII”, e ao “vertiginoso progresso ocasionado pelo café”. Para ele, restava conservar

Ou ruínas de quanto o progresso rastaquera não cuidou de conservar, ou precariedades de uma gente dura e ambiciosa, que menos cuidava das delicias que aventura.¹⁴²

De fato, em São Paulo, o órgão federal se dedicaria a tombar os remanescentes da colonização, testemunhos da história nacional – fortes, casas de trem, de câmara e cadeia, capelas, aldeias jesuíticas –, e regional, “casas bandeiristas”, sedes de fazendas de café e sobradões, todos de igual importância para a memória da arquitetura brasileira, posteriormente reconhecidas *ex-officio* pelo Condephaat. Consagradores de um tempo passado, entendido como um tempo sem contradições, as representações bandeiristas, cafelistas e da colonização remetiam à nostalgia da vida rural, compondo uma espécie de contraponto à acelerada expansão das cidades paulistas verificada a partir da década de 1960. Em meados da década seguinte, quando a cultura urbano industrial definitivamente já havia se implantado no Estado, a ortodoxia preservacionista começava a ser questionada e as novas tendências historiográficas dissolviam o mito bandeirante e estendiam o entendimento da história como criação que envolve silêncios, singularidades e rupturas, o universo dos bens tombados começaria a absorver novos objetos.

Ao lado das antigas casas e sobradões de taipa e das igrejas e fortes de pedra e cal, começaram a aparecer, entre os bens tombados, a “memória da natureza”, como o Maciço da Jureia, em Iguape, a Reserva Florestal de Morro Grande, em Cotia, e a Serra do Mar, que ocupa vários municípios, cujos tombamentos foram decididos pelo Conselho

¹⁴² Relatório, 16.10.1937, in Andrade, 1981, p.80.

Imagens do passado

respectivamente em 1979, 1980 e 1985. A “memória da arquitetura” seria reforçada com o tombamento de exemplares contemporâneos, os edifícios da Faculdade de Arquitetura e do Museu de Arte de São Paulo, em São Paulo, tombados pelo conselho em 1981 e 1982, a residência Flávio de Carvalho, em Valinhos, e a Casa de Vidro, na capital paulista, cujas decisões de tombamento datam de 1982 e 1986.

Outras memórias, como a do ensino e do ambiente urbano, teriam lugares consagrados por decisões de tombamento, como a do Instituto Caetano de Campos, de 1975, a da antiga Faculdade de Farmácia e Odontologia, no bairro paulistano do Bom Retiro, de 1982, a da Escola Normal de Campinas, no mesmo ano, a do Largo da Memória, a do Parque da Independência, ambos de 1975, e a dos bairros dos Jardins, todos na cidade de São Paulo. Além dessas, a “memória da moderna indústria”, representada pelos tombamentos da Fábrica de Tecidos São Luiz, em Itu, decidido em 1983, e dos remanescentes da Indústrias Reunidas F. Matarazzo, na Água Branca, em 1986. Também seria contemplada a “memória da saúde pública”, com o tombamento, por exemplo, do edifício do antigo Desinfectório Central, no bairro do Bom Retiro, em São Paulo, em 1985.

Assim se ampliaria o universo cultural representado no patrimônio; inicialmente restrito aos espaços da família, da religião e do exercício político-institucional, ele incorporaria o espaço do trabalho, áreas naturais, espaço que simbolizam a adoção de novas políticas públicas, e o próprio ambiente urbano. Alargar-se-ia, também, o período cronológico abordado, embora aspectos da história recente, como a ocupação do extremo oeste do Estado, não estejam representados no patrimônio. Os bens tombados concentram-se no litoral e no eixo paralelo a este, o Vale do Paraíba, entre o Rio de Janeiro e São Paulo; outro eixo, perpendicular ao litoral em direção a Campinas, confirma a consagração das mais antigas áreas de colonização como limites para a localização da memória histórica paulista.

Desse múltiplo e complexo todo depende parte da formação de um conjunto de imagens de imensa força na configuração da ideia de passado e de presente. Integrante da paisagem, mais que as outras vertentes do patrimônio, o edificado potencializa a possibilidade de vinculação entre os tempos da sociedade, pois está exposto à fruição pública e sua materialidade torna a história uma “verdade” palpável.

Imagens do passado

Em geral envolvendo valor imobiliário, o patrimônio edificado é alvo predileto da destruição provocada por renovações urbanas ou por investimentos particulares. A “reciclagem”, como vem sendo chamado o ato de aproveitamento de antigas edificações de modo a integrá-las ao uso cotidiano, não raro tem provocado perdas relativas à sua representação no quadro da memória social. Para isso atuam propostas de uso e projetos arquitetônicos, em especial aqueles voltados às edificações de grande porte situadas em áreas muito valorizadas das cidades. Absorvidas como elementos complementares, e muitas vezes como um detalhe de projeto, muitas edificações de valor histórico tornam-se meras citações do passado em meio à contemporaneidade dos novos espaços criados, servindo de argumento à valorização financeira de empreendimentos particulares. O predomínio da reificação dos bens e a valorização da estética contemporânea sobre a memória estão a exigir um diálogo mais equilibrado entre presente e passado também nos projetos de restauro. É por meio deles que se pode manipular o complexo universo de símbolos impressos no espaço e interferir na historicidade dos bens, materializando-a.

Do conjunto de bens tombados no Estado de São Paulo, fazem parte poucas memórias de negros, de imigrantes e de trabalhadores. Os remanescentes de sedes de fazendas e ricas mansões urbanas sombreiam os de senzala, dos cortiços e dos bairros operários. Desse modo, o patrimônio paulista se apresenta não apenas como perpetuador da memória, mas também do esquecimento oficial. A exclusão atinge não apenas os excluídos, mas remete toda a sociedade à idealização do passado com um tempo desprovido de contradições e diferenças. Além disso, não permite a reflexão sobre as relações hoje vigentes na sociedade, dessa forma reafirmando igualdades idealizadas e camuflando conflitos, o que subtrai dos homens a ideia de possibilidade de transformação, razão mesma da memória, da retenção e socialização da experiência vivida. Assim, o patrimônio vem se configurando como uma instância acima das injunções do presente, coisa autônoma, que não tem relação com as negociações necessárias ao maior equilíbrio social.

O silêncio oficial sobre o passado, observa Pollak,¹⁴³ não significa que “memórias subterrâneas” não persistam sustentadas em famílias e associações, em redes de sociabilidade afetivas ou políticas, esperando a ocasião oportuna de se expressarem. E é

¹⁴³ Pollack, 1989, p.5-8.

Imagens do passado

nesses agentes e em suas práticas que reside a dinâmica da memória, cuja potencialidade deveria ser considerada na gestão que dela pretende fazer o poder público.

A definição do sentido e a democratização das práticas públicas de proteção da memória social, em especial as do patrimônio edificado, colocam-se no plano das amplas negociações entre os membros de uma mesma sociedade. A busca desse sentido implicaria o interesse em favorecer a emergência de uma consciência política que absorvesse o presente como um tempo historicamente constituído, no qual o passado é projetado como reflexão sobre a diferença, o outro, o conflito e a resistência, elementos constituintes da ininterrupta luta pelos direitos sociais.

Bibliografia

Livros

ANDRADE, M. *O turista aprendiz*. São Paulo: Duas Cidades, 1976.

_____. *Cartas de trabalho*. Correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945. Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Pró-Memória, 1981.

ANDRADE, R. M. F. *Rodrigo e seus tempos*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

_____. *Rodrigo e o SPHAN*. Coletânea de textos sobre patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

ARANTES, A. A. *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense/Secretaria de Estado da Cultura, 1984.

ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

ARGAN, G. C. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

BATISTA, M. R. *Bandeiras de Brecheret: história de um monumento (1920-1953)*, São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, DPH, 1985.

BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BERGSON, H. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BITTENCOURT, C. M. F. *Pátria, civilização e trabalho: o ensino de História nas escolas paulistas (1917-1939)*. São Paulo: Loyola, 1990.

BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

BOURDIEU, P. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. *Anais do II Encontro de Governadores*. Rio de Janeiro: Iphan, 1973.

Imagens do passado

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. *Restauração e revitalização de núcleos históricos*. Análise face à experiência francesa. Brasília: Sphan/Fundação Nacional Pró-Memória, 1980a.

_____. Ministério de Educação e Cultura. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília: Sphan/Fundação Nacional Pró-Memória, 1980b.

BRESCIANI, M. S. Cidades: espaço e memória. In: VVAA, *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura – DPH, 1992. p.161-6.

BURKE, P. *A Revolução Francesa na historiografia: a Escola dos Annales, 1929-1989*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

CAPELATO, M. H.; PRADO, L. *O bravo matutino*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CARDOSO, I. A. R. *A universidade da comunhão paulista*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.

CASTRO, M. W. *Mário de Andrade: exílio no Rio*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

CAUQUELIN, A. *Essai de philosophie urbaine*. Paris: PUF, 1982.

CESARI, C. (Org.) *Il passato per un nostro avvenire*. Ferrara: Comune di Ferrara, 1980.

CESCHI, C. *Teoria e storia del restauro*. Roma: Mario Bulzoni, 1970.

CHASTEL, A. La notion de patrimoine. In: NORA, P. (Dir.) *Les lieux de mémoire*. II- La Nation. Paris: Gallimard. 1986. p.405-50.

CHAUÍ, M. Notas sobre o pensamento conservador nos anos 30: Plínio Salgado. In: MORAES, R. et al. (Org.) *Seminários*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986a. p.27-42.

_____. *Conformismo e resistência – aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986b.

CHOAY, F. *O urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

_____. *L'allegorie du patrimoine*. Paris: Seuil, 1992.

DASSIN, J. *Política e poesia em Mário de Andrade*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

DECCA, E. S. de. Memória e cidadania. In: *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura – DPH, 1992. p.129-36.

Imagens do passado

- DETTI, E. Vitalità delle compagini storiche, fattore e prodotte del riequilibrio tra città e campana. In: CESARI, C. (Org.) *Il passato per un sonro avvenire*. Ferrara: Comuni di Ferrara, 1980. p.11-21.
- DIDEROT, D.; D'ALEMBERT. *Enciclopédia*. Discurso preliminar e outros textos. São Paulo: Editora Unesp, 1989.
- DONNE, M. D. *Teorias sobre a cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- DOSSE, F. *A história em migalhas*. Dos Annales à nova história. São Paulo: Ensaio, Campinas: Unicamp, 1992.
- DUARTE, P. *Contra o vandalismo e o extermínio*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1938.
- _____. *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo: Hucitec/ Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1977.
- ENCYCLOPÉDIE de La Pléiade – L'Histoire et ses Methodes. Conservation et Présentation des témoignages. Paris: Gallimard, 1961.
- FABRIS, A. O ecletismo à luz do modernismo. In: *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel/Edusp, 1987. p.280.
- FERMIGIER, A. Mérimée et l'inspection des monuments historiques. In: NORA, P. (Dir.) *Les lieux de mémoire*. II. La Nation. Paris: Gallimard, 1986. p.593-611.
- FOUCART, B. Viollet-Le Duc et la restauration. In: NORA, P. (Dir.) *Les lieux de mémoire*. II. La Nation. Paris: Gallimard, 1986. p.613-45.
- GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- GUILHOTI, A. C. et al. *Às margens do Ipiranga: um monumento-museu*. In: *Às margens do Ipiranga: 1890-1990*. São Paulo: Museu Paulista-USP, 1990. p.9-12. (Catálogo de exposição).
- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.
- HOBBSAWM, E.; RANGER, T. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO GUARUJÁ-BERTIOGA. *30 anos em prol da cultura*. s.n.t.

Imagens do passado

- KUNIYOSHI, C.; PIRES, W. *Casarão do chá*. São Paulo: Secretaria da Cultura, Condephaat, 1984.
- LA REGINA, A. *Preservação e revitalização do patrimônio cultural na Itália*. São Paulo: FAU-USP, 1982.
- LE GOFF, J. Memória. In: ROMANO, R. (Dir.) *Enciclopédia Einaudi*. I. Memória – História. Portugal: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984a. p.13-47.
- _____. Documento/Monumento. In: ROMANO, R. (Dir.) *Enciclopédia Einaudi*. I. Memória – História. Portugal: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984b. p.95-106.
- _____. História. In: ROMANO, R. (Dir.) *Enciclopédia Einaudi*. I. Memória – História. Portugal: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984c. p.158-259.
- _____. Antigo/Moderno. In: ROMANO, R. (Dir.) *Enciclopédia Einaudi*. I. Memória – História. Portugal: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984d. p.370-392.
- _____. Passado/Presente. In: ROMANO, R. (Dir.) *Enciclopédia Einaudi*. I. Memória – História. Portugal: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984e. p.293-310.
- LEMOS, C. A. C. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LIPOVETSKY, G. *A era do vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo*. Lisboa: Relógio d'Água, s. d.
- LOVE, J. *A locomotiva*. São Paulo na Federação Brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- LOPEZ, T. P. A. *Mário de Andrade: ramais e caminho*. São Paulo: Duas Cidades, 1972.
- MAGALHÃES, A. *E triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.
- MICELI, S. *Intelectuais e a classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. Rio de Janeiro: Difel, 1979.
- _____. (Org.) *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.
- MICELI, S.; GOUVEIA, M. A. *Política cultural comparada*. Rio de Janeiro: Funarte/Finep; São Paulo: Idesp, 1985.
- MILET, V. *A teimosia das pedras*. Um estudo sobre a preservação ambiental no Brasil. Olinda: Prefeitura de Olinda, 1988.
- MORAES, E. J. *A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

Imagens do passado

- MOTA, C. G. *Ideologia da cultura brasileira*. São Paulo: Ática, 1980.
- NAGLE, J. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU/Edusp, 1974.
- NAGLE, J. A. Educação na Primeira República. In: FAUSTO, B. (Dir.) *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1977. t.III, v.2 Sociedade e Instituições (1889-1930), p.261-91.
- NORA, P. Entre mémoire et histoire. La problematique des lieux. In: _____. (Dir.) *Les lieux de mémoire*. I- La République. Paris: Gallimard, 1984. p.XVII-XLII.
- OLIVEIRA, L. L. et al. *Estado Novo, ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- ORTIZ, R. *Cultura brasileira & identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. *A moderna tradição brasileira: Cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- PÉCAUT, D. *Os intelectuais e a política no Brasil; Entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- PERES, F. R. *Memória da Sé*. Salvador: Macunaíma, 1974.
- RIEGL, A. *Le culte moderne des monuments, son essence et sa genese*. Paris: Seuil, 1984.
- RODRIGUES, J. H. *A pesquisa histórica no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1969.
- SAIA, L. *Morada paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- SANTIAGO, S. Permanência do discurso da tradição no modernismo. In: VVAA. *Cultura brasileira tradição contradição*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Funarte, 1987. p.91-123.
- SANTOS, P. F. *Quatro séculos de arquitetura*. Rio de Janeiro: Ed. Valença, 1977.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Cultura, Ciência e tecnologia. Condephaat. *O sítio urbano original de São Paulo – O Pátio do Colégio*. Publicação n.1. São Paulo, 1977.
- _____. Secretaria de Economia e Planejamento. Coordenadoria de Ação Regional. *Programa de Preservação e Revitalização do Patrimônio Ambiental Urbano*. São Paulo, 1978.
- _____. Secretaria de Negócios Metropolitanos, Emplasa. *Comunidade em debate: patrimônio ambiental urbano*. São Paulo, 1979.
- _____. Secretaria de Cultura, Condephaat. *Santana de Parnaíba: Revitalização do centro histórico*. Série Monografia n.1. São Paulo, 1982. Mimeografado.
- SCHWARCZ, L. K. M. *Os guardiões de nossa história oficial*. São Paulo: Idesp, 1989.
- SCHWARTZMAN, S. *São Paulo e o Estado Nacional*. São Paulo: Difel, 1975.

Imagens do passado

SCHWARTZMAN, S. et al. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Edusp, 1984.

SEVCENKO, N. *Literatura como missão*. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA, J. A. *Aspectos jurídicos do patrimônio ambiental*. São Paulo: FAU-USP, 1981.

SUANO, M. A cultura da aristocracia: destruição e museu. In: COGGIOLA, O. (Org.) *A Revolução Francesa e seu impacto na América Latina*. São Paulo: Nova Stella/Edusp; Brasília: CNPq, 1990. p.65-70.

THEIS, L. Guizot et les institutions de mémoire. In: NORA, P. (Dir.) *Les lieux de mémoire*. II. La Nation. Paris: Gallimard, 1986. p.569-92.

UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. *Patrimônio Cultural: Documentos internacionais e nacionais sobre preservação dos bens culturais*. São Leopoldo: Departamento de Arquitetura, 1986.

VARINE-BOHAN, H. *A experiência internacional: Notas de aula 12-8-1974*. São Paulo: FAU-USP/Iphan, s. d.

VERNANT, J. P. *Mito e pensamento entre os gregos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

Artigos

AB'SÁBER, A. N. Diretrizes para uma política de preservação de reservas naturais no Estado de São Paulo. *Geografia e Planejamento*, São Paulo, n.34, p.1-8, 1977.

ARANTES, A. A. Preservação como prática social. *Revista de Museologia*, São Paulo, v.1, p.12-16, 1989.

D'ALLESIO, M. M. Os *Annales* no Brasil. Algumas reflexões. *Anos 90*, Porto Alegre, n.2, p.127-42, 1994.

DOMINGUES, H. M. B. Os intelectuais e o poder na construção da memória nacional. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n.87, p.43-57, 1986.

DUARTE SILVA, N. 40º aniversário do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v.XXXI, p.136-42, 1936.

FABRIS, A. Arquitetura eclética no Brasil; o cenário da modernização. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, Nova série, n.1, p.131-46, 1993.

GONÇALVES, J. R. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.264-75, 1988.

GUATTARI, F. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. *Espaço e Debates*, n.16, p.109-20, 1985.

GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.8-17, 1988.

MARSON, A. Dimensões políticas do modernismo na década de 20. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v.25, n.11, p.1030-7, 1973.

MENESES, U. B. de. Patrimônio ambiental urbano: do lugar comum ao lugar de todos. *CJ Arquitetura*, n.19, 1978.

_____. A História, cativa da memória? *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n.34, p.9-24, 1992.

MORAES, E. J. Modernismo revisitado. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.220-38, 1988.

PAOLI, M. C. Memória e Ação Cultural / apresentação. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, v.200, p.9-13, 1991.

PAVIA, R. Cultura materiale, territorio, patrimonio culturale. *Quaderni Storici*, Ancona, n.31, p.331-45, 1976.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

REIS, E. P. O Estado nacional como ideologia: o caso brasileiro. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.187-203, 1988.

RODRIGUES, M. De quem é o patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo. *Revista do Patrimônio*, n.24, p.195-204, 1996.

SANTOS, A. C. M. A invenção do Brasil: um problema nacional? *Revista de História*, USP, São Paulo, n.118, p.3-12, 1985.

_____. Memória, história, nação: propondo questões. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n.87, p.5-13, 1986a.

_____. Da casa senhorial à vila operária: patrimônio cultural e memória coletiva. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n.87, p.127-39, 1986b.

Imagens do passado

TAUNAY, A. d'E. Os quatro primeiros lustros da vida do Instituto. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v.XIX, 1914.

TOPALOV, C. Os saberes sobre a cidade: tempos de crise? *Espaço e Debates*, n.34, p.28-37, 1991.

VIRILIO, P. A cidade superexposta. *Espaço e Debates*, n.13, p.10-17, 1991.

Teses

BREFE, A. C. F. *A cidade inventada: a pauliceia construída nos relatos memorialistas (1870-1920)*. Campinas, 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

_____. *Um lugar de memória para a nação: o Museu Paulista reinventado por Affonso d'Escragno Taunay (1917-1945)*. Campinas, 1999. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

LUCENA, C. R. P. de T. *Memória e localidade: a escola como centro de recriação da memória local*. São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica.

MOREIRA, S. L. *A Liga Nacionalista de São Paulo: ideologia e atuação*. São Paulo, 1982. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

MORAGO, N. I. M. *O espaço e a memória – Santana do Paranaíba*. Campinas, 1987. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

PRADO, M. L. C. *A democracia ilustrada. São Paulo 1926-1934*. São Paulo, 1982. Dissertação (Doutoramento em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

RUBINO, S. *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*. Campinas, 1991. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

Imagens do passado

SANTOS, M. V. M. *O tecido do tempo: a ideia de patrimônio cultural no Brasil 1920-1970*. Brasília, 1992. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília.

WOLPP, S. F. S. *Espaço e educação: os primeiros passos da arquitetura das escolas públicas paulistas*. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

Fontes documentais

Anais

Câmara dos Deputados de São Paulo, 1911-1929.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1934-1969.

II Encontro de Governadores.

Atas de reunião do conselho deliberativo

Atas n.1 a 312, de janeiro de 1969 a dezembro de 1976.

Atas n.362 a 545, de janeiro de 1978 a fevereiro de 1983.

Atas n.588 a 743, de janeiro de 1984 a janeiro de 1987.

Coleção de leis e decretos estaduais, 1959, 1969.

Correspondência

Condephaat e 9º DR Sphan

Sphan e 9º DR Sphan

Mário de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade

Mário de Andrade e Paulo Duarte

Documentos diversos, internos ao Condephaat, 1969-1987.

Documentos nacionais e internacionais de preservação de bens culturais, 1930-1978.

Entrevistas

Abelardo Gomes de Abreu, 24.10.1991
Antonio Augusto Arantes, 6.7.1992
Antonio Luiz Dias de Andrade, 20.9.1991
Aziz Ab'Sáber, 22.1.1992
Carlos Lemos, 15.10.1991
Lucia P. F. M. Falkenberg, s. d.
Luiz Dória, 21.2.1992
Murilo Marx, 30.7.1992
Naira I. M. Morgado e Silvia F. S. Wolff, 4.11.1991
Nestor Goulart Reis Filho, 14.10.1991
Raphael Glender, 27.9.1991
Ulpiano Bezerra de Meneses, 13.12.1991
Waldisa Russio, 25.4.1984

Imprensa diária

Diário de São Paulo
Diário Oficial do Estado de São Paulo
Folha de S. Paulo
Jornal da Tarde
O Estado de S. Paulo

Periódicos

Acrópole
Arquitetura
Casa e Jardim
CJ Arquitetura
Habitat
Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo
Revista do Patrimônio
Veja

Relatórios de Gestão

Ruy de Azevedo Marques

Ruy Ohtake

Antonio Augusto Arantes

Modesto Carvalhosa

Arquivos e Bibliotecas consultados

Privados

Instituto dos Arquitetos do Brasil – Seção de São Paulo

Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

Instituto de Museologia, acervo Waldisa Russio

Planasa – Planejamento e Assessoria Administrativa Ltda.

Públicos

Arquivo do Estado

Assembleia Legislativa, São Paulo – Divisão de Redação Oficial e Artes Gráficas (Droag)

Biblioteca Nacional

Condephaat

 Centro de Documentação

 Protocolo

IBPC: Central, Rio de Janeiro; 9º DR, São Paulo

Unicamp: Biblioteca Central; Biblioteca IFCH

USP: Departamento de Apoio à Pesquisa de História (DAPH)

 Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

 Biblioteca de Ciências Sociais e Filosofia

 Biblioteca de História

 Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP)

Anexos

Bens tombados e pedidos de estudo de tombamento arquivado 1969-1987

Bens tombados	Município	Pedidos arquivados	Município
GESTÃO LUCIA FALKENBERG – jan./1969 a set./1970			
BENS MÓVEIS			
Obras do pintor Benedito Calixto	São Paulo		
Obras do pintor Almeida Júnior	São Paulo		
Obras de arte da Capela do Hospital das Clínicas	São Paulo		
ÁREAS NATURAIS E PAISAGENS			
Bosque dos Jequitibás	Campinas		
EDIFÍCIOS MILITARES			
Palácio do Imperador	Itapura		
EDIFÍCIOS RELIGIOSOS			
Igreja de Santo Antônio	São Paulo		
HABITAÇÕES RURAIS			
Solar Novais	Cruzeiro		
HABITAÇÕES URBANAS			
Palácio 10 de Julho	Pindamonhangaba		
Casa do Povoador	Piracicaba		
Solar do Barão de Jundiá	Jundiá		
Casa de Rodrigues Alves	Guaratinguetá		
Solar da Marquesa de Santos	São Paulo		
Palacete Palmeira	Pindamonhangaba		
Casa de Cândido Portinari	Brodósqui		
NÚCLEOS E ÁREAS URBANAS			
Núcleo urbano de Cananéia	Cananéia		
Núcleo urbano de São Sebastião	São Sebastião		
GESTÃO LUCIA FALKENBERG – mar./1971 a dez./1971			
EDIFÍCIOS RELIGIOSOS			
Igreja de São Gonçalo	São Paulo		
ÁREAS NATURAIS E PAISAGENS			
Parque da Independência	São Paulo		
GESTÃO AURELIANO LEITE – jan./1972 a maio/1975			
BENS MÓVEIS			
Sino da Independência	São Paulo		
* Coleção artística do Museu de Arte de São Paulo	São Paulo		
* Coleção de arte religiosa do Museu de Arte Sacra	São Paulo		
* Coleção artística do São Paulo Museu Paulista	São Paulo		
* Coleção Arqueológica, Etnográfica e Histórica do Museu Paulista	São Paulo		

Imagens do passado

Continuação

Bens tombados	Município	Pedidos arquivados	Município
<ul style="list-style-type: none"> • Igreja N. S. Rosário e antiga residência jesuítica 	Embu		
HABITAÇÕES RURAIS			
Fazenda Morro Azul	Iracemópolis		
Sítio da Ressaca	São Paulo		
Sede da Fazenda Santana	São Sebastião		
<ul style="list-style-type: none"> • Casa da chácara de São Bento (Sítio Morrinhos) • Casa do Tatuapé • Sede da Fazenda Santo Antônio • Sítio Mandu • Sítio Padre Inácio 	<p>São Paulo</p> <p>São Paulo</p> <p>São Roque</p> <p>Cotia</p> <p>Cotia</p>		
HABITAÇÕES URBANAS		HABITAÇÕES URBANAS	
Casa Souza Leão	Tupã	Casa de Ramos de Azevedo	Campinas
Casa do Brigadeiro Tobias	Sorocaba	Palácio Pio XII	São Paulo
Casa do Barão de Almeida Lima	Capivari	Residência de Santos Dumont	
Casa de Mário de Andrade	São Paulo	Vila Fortunato	São Paulo
Casa de Prudente de Moraes	Piracicaba		
Casa do Ajudante Braga	Santa Branca		
Casa Euclidiana	S. José do Rio Pardo		
Palacete Valim – G. E. Cel. Nogueira Cobra	Bananal		
Sobrado Júlia Ferraz	Atibaia		
<ul style="list-style-type: none"> • Casa de Anhangüera 	Santana de Parnaíba		
<ul style="list-style-type: none"> • Casa Esperança (ou do teto pintado) • Casa natal de Oswaldo Cruz 	<p>São Sebastião</p> <p>S. Luiz do Paraitinga</p>		
<ul style="list-style-type: none"> • Sobrado do Barão de Dourados • Sobrado do Porto 	<p>Rio Claro</p> <p>Ubatuba</p>		
LOGRADOUROS			
Caminho do Mar	Cubatão/ S. Bern. Campo		
Largo da Memória	São Paulo		
Relógio Solar	Franca		
<ul style="list-style-type: none"> • Barraca de Euclides da Cunha 	S. José do Rio Pardo		
GESTÃO AURELIANO LEITE – jan./1972 a maio/1975			
NÚCLEOS E ÁREAS URBANAS		NÚCLEOS E ÁREAS URBANAS	
Núcleo Urbano de Iguape	Iguape	Núcleo Urbano de Areias	Areias
<ul style="list-style-type: none"> • Aldeia de Carapicuíba 	Carapicuíba		

Imagens do passado

Continuação

Bens tombados	Município	Pedidos arquivados	Município
GESTÃO NESTOR GOULART REIS FILHO – out./1975 a dez./1975			
EDIFÍCIOS ESCOLARES Instituto de Educação Caetano de Campos	São Paulo	ACERVOS, BENS MÓVEIS Biblioteca da família Guizardi	Taubaté
HABITAÇÕES URBANAS Sobrado do Conde Moreira Lima	Lorena		
GESTÃO NESTOR GOULART REIS FILHO – maio/1976 a maio/1978			
ÁREAS NATURAIS E PAISAGENS Horto Florestal e Museu E. N. de Andrade Jardim da Luz	Rio Claro São Paulo	ÁREAS NATURAIS E PAISAGENS Jardim do antigo Palácio Pio XII Cama de Anchieta	São Paulo Itanhaém
EDIFÍCIOS ADMINISTRATIVOS Antigo Forum	Araras		
EDIFÍCIOS ESCOLARES Colégio Porto Seguro	São Paulo	BENS MÓVEIS Painel de Clóvis Graciano	São Paulo
EDIFÍCIOS FUNERÁRIOS Túmulo de Júlio Frank	São Paulo	EDIFÍCIOS PARA TEATROS Cine-Teatro Carlos Gomes	São Simão
EDIFÍCIOS MILITARES Fortaleza de Itapema	Guarujá	Teatro Carlos Gomes	Guaratinguetá
ESTAÇÕES Estação da Luz	São Paulo		
EDIFÍCIOS RELIGIOSOS Capela dos Aflitos	São Paulo	EDIFÍCIOS RELIGIOSOS Igreja de São Benedito	Sete Barras
Ermida de Santo Antonio de Guaíbe Mosteiro de São Bento	Guarujá Sorocaba		
HABITAÇÕES RURAIS Sobrado de Pedra, sede da Fazenda Grão-Mogol	Rio Claro	EDIFÍCIOS COMERCIAIS Edifícios da antiga Caixa Econômica	Dourado
HABITAÇÕES URBANAS Casa Oliveira Costa	Taubaté	Logradouros Sede do Guarujá Praia Club	Guarujá
Casa do Conde de Pinhal Casa dos Rangel Camargo Edifício à Rua XV de Novembro, 143 Palácio dos Campos Eliseos Residência Grassman	São Carlos Guaratinguetá Jacareí São Paulo São Simão		

Imagens do passado

Continuação

Bens tombados	Município	Pedidos arquivados	Município
Vila Economizadora Vila Penteado Imóvel à Rua São Bento, 189, antiga residência Elias Chaves	São Paulo São Paulo São Paulo		
GESTÃO NESTOR GOULART REIS FILHO – ago/1978 a abr/1979			
BENS MÓVEIS * Imagem de Nossa Senhora da Escada LOGRADOUROS Ruínas de Abarebebê	 Barueri Peruíbe	EDIFÍCIOS PARA ESCOLAS EEPG João Kopke	São Paulo
GESTÃO RUI OHTAKE - maio/1979 a jul./1980			
LOGRADOUROS Maciço da Juréia Reserva florestal de Morro Grande EDIFÍCIOS FINANCEIROS Bolsa Oficial de Café EDIFÍCIOS FUNERÁRIOS Cemitério da Colônia Japonesa EDIFÍCIOS MILITARES * Forte da Barra Grande * Fortaleza de São Felipe EDIFÍCIOS DE ASSIST. SOCIAL E SAÚDE Prédio da antiga Hospedaria dos Imigrantes ESTAÇÕES Estação Ferroviária Estação Ferroviária Remanescente da antiga Estação do Brás EDIFÍCIOS RELIGIOSOS Igreja de São Benedito Igreja Matriz e antiga sede da Prefeitura * Igreja e Mosteiro de São Bento	 Iguape Cotia Santos Álvares Machado Guarujá Guarujá São Paulo St. Rita do Passa Quatro Campinas São Paulo S. José dos Campos Redenção da Serra Santos	EDIFÍCIOS PARA EXP. E MUSEUS Conjunto do Caminho do Mar EDIFÍCIOS INDUSTRIAIS Edificações e área em torno do Engenho EDIFÍCIOS PARA ESCOLAS EEPG Dr. Heitor Penteado	São Bernardo do Campo Itu Americana Cachoeira Pta.

Imagens do passado

Continuação

Bens tombados	Município	Pedidos arquivados	Município
HABITAÇÕES RURAIS Casa da Fazenda Engenho D'Água	Ilhabela		
HABITAÇÕES URBANAS Imóvel à Av. Brigadeiro Luiz Antônio, 826	São Paulo		
NÚCLEOS E ÁREAS URBANAS Aglomerados humanos de Picinguaba Núcleo Urbano de Iporanga	Ubatuba Iporanga		
GESTÃO RUI OHTAKE - set./1980 a set./1982			
BENS MÓVEIS Acervo arquivístico da antiga Hospedaria dos Imigrantes • Acervo do MAC - USP • Quatorze quadros de autoria de Cândido Portinari	São Paulo São Paulo Batatais	BENS MÓVEIS Acervo do M.H.P.M. da Nóbrega	São Manuel
ÁREAS NATURAIS E PAISAGENS Parque Siqueira Campos Reserva Florestal de Cantareira e Horto Florestal	São Paulo Caieira e outros	ÁREAS NATURAIS E PAISAGENS Árvores antigas Área de Mangueiral	São Carlos Taubaté
EDIFÍCIOS ADMINISTRATIVOS Antiga Casa de Câmara e Cadeia Antigo Fórum Casa de Câmara e Cadeia Palácio da Justiça	Pindamo- nhangaba Avaré Areias São Paulo	Ilhas de Peruíbe e Guaáú Núcleos Setoriais Morro de Taquanduva Sítio arqueológico do Pátio do Colégio	Peruíbe S.L. Paraitinga Itanhaém São Paulo
EDIFÍCIOS ESCOLARES Antiga Escola Normal de Campinas Edifício da Antiga FFO da USP Edifício do Instituto de Educação Grupo Escolar Rodrigues Alves FAU - USP	Campinas São Paulo Pirassununga São Paulo São Paulo	EDIFÍCIOS ESCOLARES Edifício da FACE - USP	São Paulo
EDIFÍCIOS DE EXPOSIÇÕES E MUSEUS Antigo Palácio das Indústrias Museu de Arte de São Paulo Pinacoteca do Estado	São Paulo São Paulo São Paulo	EDIFÍCIOS DE EXPO. E MUSEUS Museu Arq. de Arte Sacra	Campinas

Imagens do passado

Continuação

Bens tombados	Município	Pedidos arquivados	Município
GESTÃO RUY OHTAKE - set./1980 a set./1982			
EDIFÍCIOS DE TEATROS Teatro Pedro II	Ribeirão Preto	EDIFÍCIOS FUNERÁRIOS Seminário dos Lazaretos	Jaboticabal
Teatro Municipal	São Paulo	Túmulo de Afonso Arinos	São Paulo
EDIFÍCIOS FUNERÁRIOS Mausoléu do Soldado Constitucionalista	São Paulo		
EDIFÍCIOS INDUSTRIAIS Usina Hidrelétrica de Corumbataí	Rio Claro	EDIFÍCIOS INDUSTRIAIS Engenho Central União	Iguape
EDIFÍCIOS MILITARES		Edifício do antigo Matadouro	São Paulo
Quartel do Segundo Batalhão de Guardas	São Paulo		
* Forte de São Tiago ou São João	Santana de Parnaíba		
EDIFÍCIOS DE PESQUISAS Instituto Butantã	São Paulo		
ESTAÇÕES Estrada de Ferro Central do Brasil	Cachoeira Paulista		
Estação Barracão	Ribeirão Preto		
EDIFÍCIOS RELIGIOSOS Basílica Nacional de Aparecida	Aparecida do Norte	EDIFÍCIOS RELIGIOSOS Catedral de São Paulo	São Paulo
Capela de Nossa Senhora das Mercês	S. Luiz do Piratininga	Capela N. S. do Rosário	Guaratinguetá
Catedral Metropolitana	Campinas	Capela do Menino Jesus e Sta. Luzia	São Paulo
Igreja das Chagas do Seráfico Pai São Francisco	São Paulo	Igreja Ev. Brasil de Guarulhos	Guarulhos
Igreja de São Cristóvão	São Paulo	Igreja Matriz de S. L. do Paraitinga	S. L. Paraitinga
Igreja de São Francisco da Venerável			
Ordem dos Frades Menores	São Paulo	Igreja de São Jerônimo	Planalto
Igreja Nossa Sra. do Rosário dos Homens Pretos	São Paulo	Igreja N. S. da Ajuda	Caçapava
Penha de França			
* Capela de Nossa Senhora da Conceição	Santana de Parnaíba	Santuário do Bom Jesus	Tremembé
* Capela de Nossa Senhora do Pilar	Taubaté		

Imagens do passado

Continuação

Bens tombados	Município	Pedidos arquivados	Município
<ul style="list-style-type: none"> • Igreja do Convento de N. Sra. do Carmo • Igreja da Ordem Terceira de N. Sra. do Carmo • Igreja da Ordem Terceira de N. Sra. do Carmo • Igreja Matriz de N. Sra. da Candelária • Igreja e Convento de N. Sra. do Carmo 	<p>Mogi das Cruzes</p> <p>Mogi das Cruzes</p> <p>Santos</p> <p>Itú</p> <p>Itú</p> <p>São Paulo</p>		
<p>HABITAÇÕES RURAIS</p> <p>Antiga Fazenda do Pinhal</p> <p>Antiga sede da Fazenda Salto Grande</p> <p>Casa sede da Fazenda Tenente Canito</p> <p>Casa sede da antiga Fazenda Cafeeira Mato Dentro</p> <p>Edifício da antiga Fazenda Dumont</p> <p>Sede da Fazenda Capuava, Casa de Flávio de Carvalho</p> <p>Sede da Fazenda Santa Eudóxia</p> <p>Sede da Fazenda Três Pedras</p> <p>Sítio Santa Luzia</p> <ul style="list-style-type: none"> • Casa da Fazenda Resgate • Casa da Fazenda Pau D'Alho <p>• Chácara do Visconde ou Casa de Monteiro Lobato</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sede da Fazenda Conceição • Sede da Fazenda Ponte Alta <p>• Sítio Mirim</p>	<p>São Carlos</p> <p>Americana</p> <p>Itapetininga</p> <p>Campinas</p> <p>Dumont</p> <p>Valinhos</p> <p>São Carlos</p> <p>Campinas</p> <p>São Paulo</p> <p>Bananal</p> <p>S. José do Barreiro</p> <p>Taubaté</p> <p>Paraibuna</p> <p>Redenção da Serra</p> <p>São Paulo</p>	<p>MONUMENTOS</p> <p>Estátua de Luiz de Souza Queirós</p> <p>Casa de Pedra</p>	<p>Piracicaba</p> <p>S. B. Campo</p>
GESTÃO RUI OHTAKE – set./1980 a set./1982			
<p>HABITAÇÕES URBANAS</p> <p>Casa do Barão de Mauá</p> <p>Casa do Capitão-Mór, R. Comendador Sampaio, 4 e 5</p> <p>Edifício da Praça Oswaldo Cruz</p> <p>Edifício situado no Largo Marquês de Monte Alegre</p> <p>Imóvel à R. São Miguel, 67</p>	<p>Mauá</p> <p>Areias</p> <p>S. Luiz do Paraitinga</p> <p>Santos</p> <p>Iguape</p>	<p>HABITAÇÕES URBANAS</p> <p>Antiga residência de Franco da Rocha</p> <p>Casa do Visconde de Cunha Bueno</p> <p>Edifício à R. Santos Dumont, 43</p> <p>Imóvel à R. Vitória, 595</p> <p>Imóvel à R. Capitão Dias, 18</p>	<p>Franco da Rocha</p> <p>São Carlos</p> <p>Araraquara</p> <p>São Paulo</p>

Imagens do passado

Continuação

Bens tombados	Município	Pedidos arquivados	Município
Residência à R. Florêncio de Abreu, 111 Sobrado à Praça Cel. Esmádio, 82 Sobrado à Rua João Pessoa, 2 Sobrado à Rua das Mercês, 6 Sobrado do Cap. Manuel José da Silveira * Casa de Anhangüera, sobrado * Casa de Fronteiras Azulejadas * Edifício sede do Museu da República * Palácio dos Azulejos	São Paulo Porto Feliz Areias Areias Silveiras Santana de Parnaíba Santos Itú Campinas	Palácio Zanine	Guaratinguetá
LOGRADOUROS Ponte Pênsil	São Vicente	LOGRADOUROS Ponte Torta Jardim e obras de arte entre o Teatro Municipal e a Rua Formosa	Jundiaí
NÚCLEOS E ÁREAS URBANAS Centro Histórico Centro Histórico	Santana de Parnaíba S. Luiz do Paraitinga		São Paulo
Remanescentes da Vila Colonial de São Vicente e Porto das Naus	São Vicente	NÚCLEOS E ÁREAS URBANAS Município de Embu	Embu
GESTÃO AZIZ AB'SABER – nov./1982 a mar./1983			
ÁREAS NATURAIS E PAISAGENS Reserva Florestal, Fundação J. P. de Oliveira Costa Parque Estadual do Jaraguá Serra de Atibaia ou Itapetinga Serra de Boturuna	Campinas São Paulo Atibaia/ B. J. Perdizes Pirapora B. Jes./ outros	ÁREAS NATURAIS E PAISAGENS Sambaquis	Cananéia
EDIFÍCIOS COMERCIAIS Edifício do Mercado Municipal	Campinas	HABITAÇÕES URBANAS Imóvel à Av. Liberdade, 899	São Paulo
EDIFÍCIOS INDUSTRIAIS Casarão do Chá	Mogi das Cruzes		
ESTAÇÕES Estrada de Ferro Central do Brasil	Guaratinguetá		
EDIFÍCIOS RELIGIOSOS Igreja de São José da Vila Real	Pindamonhangaba		

Imagens do passado

Continuação

Bens tombados	Município	Pedidos arquivados	Município
HABITAÇÕES RURAIS Casa do Bandeirante	São Paulo		
GESTÃO ANTONIO AUGUSTO ARANTES – maio/1983 a out./1984			
ÁREAS NATURAIS E PAISAGENS Morro do Botelho	Guarujá	BENS MÓVEIS Acervo da Sta. Casa de Misericórdia	Santos
EDIFÍCIOS ADMINISTRATIVOS Edifício Alexandre Mackenzie	São Paulo	EDIFÍCIOS ESCOLARES	
EDIFÍCIOS ESCOLARES Colégio Técnico da Unicamp	Campinas	Prédio da Escola Industrial	Rio Claro
EDIFÍCIOS INDUSTRIAIS Antigo Matadouro da Vila Mariana	São Paulo	EDIFÍCIOS RELIGIOSOS Capela do Morumbi	São Paulo
Edifício da Fábrica de Tecidos São Luís	Itú	Capela do Município de Cajamar	Jundiaí
Ruínas do antigo Engenho da Fazenda Bom Retiro	Ubatuba	Igreja N. S. do Rosário	Itapetininga
EDIFÍCIOS RELIGIOSOS Capela Nossa Senhora da Ajuda e seus pertences	São Paulo	HABITAÇÕES RURAIS	
Capela Nossa Senhora dos Remédios	Jacareí	Fazenda Jussara	Iguape
Igreja do Senhor Bom Jesus	Itú		
HABITAÇÕES RURAIS Sede do antigo Sítio Capão	São Paulo	HABITAÇÕES URBANAS Edifício "A Toca"	Rio Claro
HABITAÇÕES URBANAS Casa do Sertanista	São Paulo	Imóvel à R. Duque de Caxias, 385	Campinas
Imóveis à R. Pirapitingui, 111, 141 e 159	São Paulo	Imóvel à R. Jorge Miranda	São Paulo
Solar do Barão de Itapura	Campinas	Imóveis do Centro Urbano	Itap. da Serra
		NÚCLEOS E ÁREAS URBANAS Bairro Carioba	Americana
		Est. Viária e Jardins – J. Marajoara	São Paulo
GESTÃO MODESTO CARVALHOSA – fev./1985 a jan./1987			
ÁREAS NATURAIS E PAISAGENS Morro do Monduba Outeiro Sta. Catarina e Residência Dr. João Eboli	Guarujá Santos	ÁREAS NATURAIS E PAISAGENS Grutas Calcáreas Morro da Ponte	Iporanga São Sebastião

Imagens do passado

Continuação

Bens tombados	Município	Pedidos arquivados	Município
Parque da Aclimação	São Paulo	Palmeiras Imperiais	Jacaré
Serra do Mar	Apiá e outros	Ribeirão do Pote	Salesópolis
Sambaqui, loteamento Fepasa, Fazenda Boa Vista	Cananéia	Serra da Bocaima	Bragança Pta.
EDIFÍCIOS ADMINISTRATIVOS			
Antigo Fórum e Cadeia	Sertãozinho	BENS MÓVEIS	
Edifício do Paço Nóbrega	Ubatuba	Acervo Documental da Prefeitura	Itapetininga
Edifício Saldanha Marinho	São Paulo		
EDIFÍCIOS COMERCIAIS		EDIFÍCIOS MILITARES	
Antigo Gabinete de Leitura	Rio Claro	Imóvel à R. Saldanha Marinho	Campinas
EDIFÍCIOS ESCOLARES			
Colégio Sion	São Paulo		
Edifício do Instituto de Educação Dr. Álvaro Guião	Rio Claro		
EDIFÍCIOS DE TEATROS		EDIFÍCIOS DE TEATROS	
Teatro Municipal	São João da Boa Vista	Cine-Teatro Cel. Ramalho	S. de Parnaíba
EDIFÍCIOS INDUSTRIAIS		HABITAÇÕES URBANAS	
Conjunto Edifícios Kaigai	Registro		
Kogyo Kobushiky Kaisha		Casas	Cubatão
Edifício, chaminés remanescentes, ramal ferroviário e locomotiva – I. R. Francisco Matarazzo	São Paulo	Cel. Joaquim Montenegro	
EDIFÍCIOS DE ASSIST. SOCIAL E SAÚDE		Casa de E. Miragaia	S. J. dos Campos
Antigo Desinfetório Central	São Paulo	Mansão Calfati	São Paulo
Hospital e Maternidade Umberto I	São Paulo	Edifício à R. Madalena	São Paulo
GESTÃO MODESTO CARVALHOSA - fev./1985 a jan./1987			
ESTAÇÕES		Vila Dias	Campinas
Estação da Fepasa	Rio Claro		
Estação Ferroviária	Mairinque		
Prédio da Antiga			
Estação Rodoviária	Descalvado		
EDIFÍCIOS RELIGIOSOS			
Convento Santa Clara	Taubaté		
HABITAÇÕES RURAIS			
Casa Grande e Tulha	Campinas		
Sede da Fazenda Santa Eudóxia	São Carlos		
HABITAÇÕES URBANAS			
Casa de Vidro	São Paulo		

Imagens do passado

Continuação

Bens tombados	Município	Pedidos arquivados	Município
Imóvel à Av. Paulista, 37	São Paulo		
Prédio à Rua Tenente Duarte, 1425	Araraquara		
LOGRADOUROS			
Ponte metálica	São José do Rio Pardo		
Ponte pênsil sobre o Rio Paranapanema	Xavantes		
MONUMENTOS			
Monumento às Bandeiras	São Paulo		
Portal em arco do antigo Presídio Tiradentes	São Paulo		
NÚCLEOS E ÁREAS URBANAS			
Acervo da Estrada de Ferro Perus	Pirapora/Cajamar Amparo		
Núcleo urbano			
Traçado urbano, vegetação, linha demarcatória do Bairro Jardins	São Paulo		

Fontes: Fichas, guichês e processos, Seção de Protocolo do Condephaat. Processos de Tombamento, Centro de Documentação do Condephaat.

Notas: A classificação dos bens segue a data de decisão do colegiado e a tipologia utilizada pelo Conselho.

Alguns bens tombados não estão listados, uma vez que os processos a eles referentes não foram localizados na ocasião do levantamento.

(*) Bens tombados *ex-officio*.

Imagens do passado

Composição do conselho 1969-1987

GOVERNO	Roberto de Abreu Sodré jan./1967 a mar./1971	Laudo Natel mar./1971 a mar./1975	Paulo Egídio Martins mar./1975 a mar./1979			Paulo Salim Maluf mar./1979 a mar./1983			André Franco Montoro mar./1983 a mar./1987	
Secretaria	SCET Orlando Zancaner Paulo Pestana	SCET Magalhães Padilha	SCCT José Mindlin Max Feffer	SEC Antonio Henrique da Cunha Bueno João Carlos Martins	SEC João Pacheco Chaves Jorge da Cunha Lima					
Periodos	jan./69 a set./70 (3)	mar. a dez./71	jan./72 a maio/75	out. a dez./75 (9)	maio/76 a maio/78	maio/79 a jul./80	set./80 a set./82 (14)	nov./82 a mar./83 (16)	mar./83 a out./84	fev./85 a jan./87 (18)
Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA Cúria Metropolitana de São Paulo – CMSP	Arnaldo D'A. Florence	Arnaldo D'A. Florence	Arnaldo D'A. Florence	Arnaldo D'A. Florence	Arnaldo D'A. Florence (10) Jamil Nassif Adib	Antonio de O. Godinho Jamil Nassif Adib	Antonio de O. Godinho Jamil Nassif Adib	Antonio de O. Godinho Jamil Nassif Adib	Antonio de O. Godinho Jamil Nassif Adib	José Pedro de O. Costa (19) Plínio de A. Sampaio
Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB	Abelardo G. de Abreu	Abelardo G. de Abreu	Abelardo G. de Abreu (7)	Eduardo Corona	Murilo de A. Marx	Murilo de A. Marx	Eduardo Kneese de Melo	Helena Saia	Helena Saia	Jamil Nassif Adib Paulo Mendes Bastos
Instituto Histórico e Geográfico de Guarujá-Bertioga – IHGGB Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo – IHGSP	Lucia Falkenberg	Lucia Falkenberg	Licínio dos S. Silva Filho	Licínio dos S. Silva Filho Pedro Brasil Bandecchi	Licínio dos S. Silva Filho Pedro Brasil Bandecchi	Licínio dos S. Silva Filho Pedro Brasil Bandecchi	Lucia P. F. de M. Falkenberg José Leandro B. Pimentel	Mario Saveli	Mario Saveli	Lucia P. F. de M. Falkenberg Mario Savelli
Secretaria de Agricultura e Abastecimento – SAA	–	–	–	–	–	–	–	–	–	Luiz H. C. L. Oliveira
Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia – SCCT	–	–	–	Benedito L. de Toledo	Nestor G. Reis Filho	–	–	–	–	–
Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo – SCET	Francisco de A. Sales	Aldo Nilo Losso (5)	Aldo Nilo Losso	–	–	–	–	–	–	–
Secretaria de Esportes e Turismo – SET	–	–	–	–	–	–	–	–	–	Caio Luiz de Carvalho (20)
Secretaria de Estado da Cultura – SEC Comissão de Artes Plásticas	–	–	–	–	Carlos F. Von Schmidt	Ulpiano B. de Menezes	Ulpiano B. de Menezes (15)	–	–	–
Deppto. de Atividades Regionais de Cultura – DARC Gabinete do Secretário	–	–	–	–	–	–	–	–	Carlos A. C. Lemos	Augusto H.V. Titarelli
Serviços de Museus Históricos – SMH (1) Sec. de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN (2) Universidade Estadual Paulista – UNESP	Vinicius S. Campos Luis Saia	Vinicius S. Campos Luis Saia	Vinicius S. Campos Luis Saia	Vinicius S. Campos	Ernani Silva Bruno Francisco de Assis Barbosa	Ruy Othake Antonio L.D. de Andrade	Paulo J. da Costa Junior Ruy Othake Antonio L.D. de Andrade	–	Randair de A. Marques	Eunice R. Durhan Mocdesto Carvalhosa Antonio L. D. de Andrade
Deppto. de Ciências Sociais e Antropologia	–	–	–	–	–	–	–	–	–	Antonio Carlos Bernardo
Deppto. de História	–	–	–	–	–	–	–	–	–	Ana Maria M. Corrêa
Deppto. de História e Arquitetura	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Deppto. de Geografia	–	–	–	–	–	–	–	–	–	Helmut Troppmair
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Deppto. de Ciências Sociais e Antropologia	–	–	–	–	–	–	–	–	–	Geraldo Giovanni
Deppto. de História	–	–	–	–	–	–	–	–	–	Edgar S. de Decca
Deppto. de História da Arquitetura	–	–	–	–	–	–	–	–	–	Jorge Coli
Deppto. de Geografia	–	–	–	–	–	–	–	–	–	Irineu R. dos Santos
Universidade de São Paulo – USP	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Deppto. de Ciências Sociais e Antropologia	–	–	–	–	–	–	–	–	–	Lucio F. F. Kowarik
Deppto. de História	Nestor Goulart R. Filho	Nestor Goulart R. Filho	Nestor Goulart R. Filho	Nestor Goulart R. Filho	Eurípedes S. de Paula Aziz Ab'Saber	Maria Thereza S. Petrone José P. de Queiroz Neto Nestor Goulart R. Filho (13)	Edgar Carone Lea Goldenstein	Ulpiano B. de Menezes Augusto Titarelli	Ulpiano B. de Menezes Augusto Titarelli (17)	Ulpiano B. de Menezes Gil Soderero de Toledo
Deppto. de Geografia	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Deppto. de História da Arq. e Estética do Projeto	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Instituto de Pre-História	Paulo Duarte (4)	Eurípedes S. de Paula (6)	Ulpiano B. de Menezes	Ulpiano B. de Menezes	Benedito L. de Toledo Ulpiano B. de Menezes	Caio del Rio Garcia	Caio del Rio Garcia	Murilo de A. Marx Dorah P. Uchôa	Murilo de A. Marx Dorah P. Uchôa	Carlos A. C. Lemos Dorah P. Uchôa
SEDE	Av. Paulista, 326/15º and. (jan./69 a out./72)	–	Palácio dos Campos Eliseos (out./72 a jan./74) al. Joaquim Eugênio de Lima, 286 (jan./74 a ago./78) R. Haddock Lobo, 585, 12º and. (ago./78 a out./79)	–	–	R. Líbero Badaro 39, 12º /13º and. (out./79 a maio/89)	–	–	–	–

FONTES: São Paulo, Estado, Lei n.10.247, de 22.10.1968; Decreto 7.516, de 3.2.1976; Decreto 20.955, de 1º 7.1983 e Decreto 22.986 de 30.11.1984; Ata de Reunião do Conselho, de 1969 a 1987

NOTAS:

- (1) Depois de 1979, Departamento Estadual de Museus e Arquivos, DEMA.
- (2) Até 1970, DPHAN; 1979, IPHAN; 1987, SPHAN
- (3) Inativo de setembro de 1970 março de 1971
- (4) Até abril de 1969; Eurípedes S. de Paula
- (5) Maio de 1971

- (6) Até novembro de 1971; Ulpiano B. de Menezes
- (7) Até março de 1982; Icaro de C. Mello, abril de 72, Eduardo Corona
- (8) Até março de 1975; Luis Saia até maio de 1975
- (9) Inativo de março a outubro de 1975 e de dezembro de 1975 a maio de 1976
- (10) Até julho de 1977; Antonio de O. Godinho

- (11) Inativo de maio de 1978 a agosto de 1978
- (12) Inativo de abril de 1979 a maio de 1979
- (13) Até janeiro de 1980; Eduardo Corona
- (14) Inativo de julho de 1980 a setembro de 1980
- (15) Até abril de 1982; Pietro Maria Bardi

- (16) Inativo de setembro a novembro de 1982
- (17) Presidente em exercício de dezembro de 1983 a julho de 1984
- (18) Inativo de outubro de 84 a fevereiro de 1985
- (19) Até dezembro de 1986; Stela G. Carvalhaes
- (20) Até ? ; Guilherme W. de Magalhães
- (21) Até setembro de 1985; Marilda M. Monteiro